

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS (CCH)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCSOC)**

**ANDERSON AUGUSTO MOTA SERRA**

**A POLIFONIA DOS GRANDES PROJETOS:**

**o que dizem indígenas e brancos?**

**São Luís**

**2021**

**ANDERSON AUGUSTO MOTA SERRA**

**A POLIFONIA DOS GRANDES PROJETOS:**

**o que dizem indígenas e brancos?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho

**São Luís**

**2021**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)  
autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SERRA, Anderson Augusto Mota.

A POLIFONIA DOS GRANDES PROJETOS: o que dizem  
indígenas e brancos / Anderson Augusto Mota Serra. - 2021.  
110 p.

Orientador(a): Elizabeth Maria Beserra Coelho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências  
Sociais/CCH, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA,  
2021.

1. Grandes projetos. 2. Percepções. 3. Tentehar/Guajajara. 4.  
Pesquisadores. 5. Agentes governamentais. I. COELHO, Elizabeth  
Maria Beserra. II. Título.

**ANDERSON AUGUSTO MOTA SERRA**

**A POLIFONIA DOS GRANDES PROJETOS:**

**o que dizem indígenas e brancos ?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho

**Aprovada em:** 05.08.2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho (Orientadora)**

Universidade Federal do Maranhão

---

**Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira (1º examinadora)**

Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof.º Dr.º Emerson Rubens Mesquita Almeida (2ª examinador)**

Universidade Federal do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Agradecer para mim significa olhar para trás e perceber tudo que consegui conquistar nos últimos anos, desde que tive que sair da cidade onde morava para iniciar minha jornada acadêmica. Tenho muito orgulho da trajetória que percorri até o presente momento.

Primeiramente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me permitido realizar este mestrado com bolsa.

A minha mãe Geziane Serra, por ser a provedora de parte dos recursos necessários para manutenção de minha moradia em São Luís. A Leticia Serra, de quem sempre sinto muitas saudades durante os momentos em que estamos distantes. A meu pai Sebastião Soares Fortaleza, pelo carinho e acolhimento.

A Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho, minha inspiração profissional como pesquisadora e professora. Pessoa fundamental para realização de meus estudos desde a graduação. Agradeço por ter sido o abraço que me acolheu e o escudo que me protegeu em meio a tantas “pedras” atiradas em mim. Grato pelo imenso prazer inenarrável de ter sido seu orientando!

A minha amiga Jaqueline Bezerra, colega de turma essencial para realização deste mestrado. Agradeço por todos os momentos em que trocamos conhecimentos, experiências, aflições e confidências. Foi uma grande amiga nas horas difíceis.

A Lana Patrícia, pessoa fundamental e amiga de todas as horas, pelo apoio durante os meses solitários de escrita.

A Elisa Maria dos Anjos, querida professora, pelos conselhos, contribuições ao meu trabalho, e pelas palavras de incentivo que impulsionaram minha autoconfiança. Saiba que eu a adoro e prezo muito.

Ao professor Adalberto de Oliveira, por todos os ensinamentos, atenção e apoio que me deu durante orientação no PIBIC.

A Marceles Oliveira, pela carinhosa amizade que construímos como colegas de turma no curso de mestrado.

A Verissa Einstein, pelo companheirismo e solidariedade nos momentos turbulentos.

A Karoline Garces, pela amizade, afeto e amor construídos nos últimos anos.

A Maysa Moreira, pela parceria desenvolvida nos estudos de seleção ao curso de doutorado em Ciências Sociais, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Aos meus demais colegas de turma, pela companhia e amizade.

A minha mãe, Geziane Serra, e minha irmã, Leticia Serra, razão de ser da força que tive para enfrentar os obstáculos da vida com coragem, perseverança e tenacidade.

Avante, sempre!

A Elizabeth Coelho, querida orientadora, fonte real de aprendizado, proteção, ternura, carinho e acolhimento acadêmico.

## RESUMO

Reflexão acerca das experiências vivenciadas, nos últimos anos, em relação a pluralidade de discursos heterogêneos produzidos por pesquisadores, agentes governamentais e alguns indígenas Tentehar/Guajajara sobre o que consideram “grandes projetos”. Primeiramente, apresenta as percepções construídas por pesquisadores, a partir do mapeamento sistemático da literatura científica sobre o tema. Em seguida, analisa as percepções construídas por alguns agentes governamentais e alguns Tentehar/Guajajara com base em pesquisa realizada em diferentes momentos não contínuos, respectivamente desenvolvidas, nas cidades de São Luís e Imperatriz, Maranhão. Procura desnaturalizar algumas concepções cristalizadas na academia, visando a compreensão das relações entre produção de saberes construídos em contextos marcados pela diferença entre campos semânticos.

**Palavras-chave:** Grandes projetos. Percepções. Tentehar/Guajajara. Pesquisadores. Agentes governamentais.



## ABSTRACT

Reflection on the experiences lived in recent years in relation to the plurality of heterogeneous discourses produced by researchers, government agents and some Tentehar/Guajajara indigenous people on what they consider "big projects". First, it presents the perceptions built by researchers, based on the systematic mapping of the scientific literature on the subject. Then, it analyzes the perceptions built by some government agents and some Tentehar/Guajajara based on research carried out at different non-continuous moments, respectively developed, in the cities of São Luís and Imperatriz, Maranhão. It seeks to denaturalize some conceptions crystallized in the academy, aiming at understanding the relationships between the production of knowledge built in contexts marked by the difference between semantic fields.

Keywords: Big projects. Perceptions. Tentehar/Guajajara. Researchers. Government agents.

## LISTA DE SIGLAS

AGERP – Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

APOINME – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

ATL – Acampamento Terra Livre

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BIC – Bolsa de Iniciação Científica

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCOCALITIA – Coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação

CEMEAAR – Centro Maranhense de Estudos Socio-Ambiental e Assessoria Rural

CGTT – Conselho Geral da Tribo Tikuna

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CIR – Conselho Indígena de Roraima

COAPIMA – Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CPHNAMA – Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão

CTI – Centro de Trabalho Indigenista

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DESOC – Departamento de Sociologia e Antropologia

DF – Distrito Federal

EF – Estrada de Ferro

EFC – Estrada de Ferro Carajás

FAM – Florianópolis Audiovisual Mercosul

FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

FECIN – Festival de TV e Cinema do Interior do Espírito Santo

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

HE – Hectares

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

ISA – Instituto Socioambiental

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

MA – Maranhão

MEC – Ministério da Educação

MPF – Ministério Público Federal

NEI – Núcleo de Etnologia e Imagem

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PACI – Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas

PDT – Partido Democrático Trabalhista

P & D – Pesquisa e Desenvolvimento

PFC – Projeto Ferro Carajás

PGC – Programa Grande Carajás

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PIN – Postos Indígenas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PP – Partido Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

RBS – Revista Brasileira de Sociologia

REDE – Rede Sustentabilidade

SEDUC – Secretaria de Estado da Educação

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

TI – Terras Indígenas

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UHE – Usina Hidrelétrica

UNI-ACRE – União das Nações Indígenas do Acre

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

<b>Tabela 1 - Terras Indígenas no Maranhão .....</b>	<b>288</b>
<b>Tabela 2 - Colônias indígenas instaladas no Maranhão.....</b>	<b>355</b>
<b>Figura 1- Instituto de Barra do Corda.....</b>	<b>411</b>
<b>Figura 2 - Ilustração da Igreja de Alto Alegre em relação a Revolta dos indígenas.....</b>	<b>422</b>
<b>Figura 3 - Área total desmatada por ano na TI Araribóia.....</b>	<b>666</b>
<b>Tabela 3 - Crimes cometidos na TI Araribóia.....</b>	<b>688</b>
<b>Figura 4 - Menino Ramkokamekra-Canela em campo agrícola de feijão.....</b>	<b>722</b>
<b>Figura 5 - Mapa das TI contempladas pelo Projeto Coisa de Índio, Alma brasileira.....</b>	<b>900</b>
<b>Figura 6 - Indígenas Tentehar/Guajajara aprendendo a usar câmera audiovisual durante oficina.....</b>	<b>900</b>
<b>Figura 7 - Entrega dos certificados para indígenas Gavião Pykobjê.....</b>	<b>911</b>
<b>Figura 4 - Na foto, estão tamuiz Vicente e um produtor audiovisual Tentehar/Guajajara.....</b>	<b>922</b>
<b>Figura 5 - A homenageada Maria Santana e a líder indígena Sônia Guajajara segurando a placa de inauguração, e outros Tentehar/Guajajara durante a inauguração do Centro Audiovisual Maria Santana.....</b>	<b>944</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1 A construção do objeto.....	20
1.2 Os caminhos da investigação.....	24
<b>2. QUEM SÃO OS TENTEHAR/GUAJAJARA?</b> .....	27
<b>3. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS SOBRE “GRANDES PROJETOS”</b> .....	32
3.1 Os Tentehar/Guajajara na literatura etnográfica contemporânea.....	45
<b>4. A POLIFONIA DOS “GRANDES PROJETOS”</b> .....	53
4.1 O que dizem pesquisadores sobre “grandes projetos”?.....	53
4.2 O que dizem agentes governamentais acerca de “grandes projetos”? .....	61
4.3 O que dizem os Tentehar/Guajajara? .....	74
4.4 “Grandes projetos” são coisa de “índio”: a Mídia Índia.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	101
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103

## INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação se configura a partir das experiências que venho vivenciando, nos últimos anos, no contexto da investigação que desenvolvo sobre a pluralidade de discursos heterogêneos atribuídos ao uso do termo grandes projetos de desenvolvimento em contextos marcados pela diferença entre campos semânticos.

Comecei a desenvolver pesquisas sobre a temática que envolve “grandes projetos de desenvolvimento” em meados de 2017, quando fui convidado para participar do Núcleo de Etnologia e Imagem (NEI)<sup>1</sup>, grupo de pesquisa que possui como escopo, o estudo de “grandes projetos de desenvolvimento” voltados a instalação de empreendimentos vinculados a mineração ou agronegócio em terras ocupadas por povos indígenas, no Maranhão.

No NEI, fui contemplado com uma Bolsa de Iniciação Científica (BIC), no âmbito do projeto de pesquisa “Processos de Desenvolvimento, Conflitos Socioambientais e Povos Indígenas no Cerrado Maranhense” (OLIVEIRA, 2017). Fui orientado pelo Dr.º Adalberto de Oliveira a compreender o que são “grandes projetos”, através de estudos<sup>2</sup> realizados por este mesmo pesquisador ao longo de algumas décadas. A perspectiva da análise do professor supracitado aponta que grandes projetos estão diretamente ligados ao avanço, nas últimas décadas, das *frentes de expansão contemporâneas*, nos moldes colocados por Schröder (2003: 72-74), sob terras ocupadas por “sociedades indígenas” situadas na Amazônia legal<sup>3</sup>.

As *frentes de expansão contemporâneas* apresentadas por Schröder (2003) possuem características próprias e se diferenciam através de estratégias distintas de integração das “sociedades indígenas” a uma economia de mercado. O autor

---

<sup>1</sup> O NEI é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia (DESOC), da UFMA, coordenado pelo Prof.º Dr.º Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira.

<sup>2</sup> Cf. Oliveira (2011; 2004; 2014a; 2014b; 2015a).

<sup>3</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) classifica como Amazônia legal uma área com aproximadamente 5.015.067,75 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro, situada nos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e> > Acesso em: 15/07/2021.



menciona uma tipologia dividida em quatro frentes, entre as quais: a primeira é representada pelas *frentes extrativistas* ligadas a exploração e comercialização de recursos florestais como madeiras nobres, borracha natural (látex), sementes naturais (castanha-do-pará, amêndoas, etc.) e minérios como ferro e ouro; a segunda pelas *frentes agropecuárias* direcionadas ao desenvolvimento de atividades destinadas ao agronegócio; a terceira pelas *frentes missionárias* empreendidas por missionários católicos ou protestantes visando à inclusão das sociedades indígenas em um sistema de missões; a quarta pelas *frentes governamentais* que buscam a instalação de projetos de etnodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável em terras indígenas (SCHRÖDER, 2003).

Pude compreender, a partir de alguns estudos realizados por Oliveira (2002; 2011; 2004; 2014a; 2014b; 2015), que o Maranhão tem sido alvo de três dessas *frentes* vinculadas ao avanço de grandes projetos como o Projeto Ferro Carajás (PFC) vinculado ao Programa Grande Carajás (PGC), a indústria madeireira, as empresas carvoeiras, as fazendas destinadas ao agronegócio e os projetos de etnodesenvolvimento, instalados a partir dos anos 70, no Maranhão.

Os conhecimentos que obtive no NEI sobre “grandes projetos” voltados ao desenvolvimento de atividades econômicas, foram usados para realização de um relatório<sup>4</sup> acerca dos impactos socioambientais causados por empreendimentos vinculados a mineração e ao agronegócio em terras indígenas maranhenses. Para fazer este estudo, precisei levantar dados produzidos por outros pesquisadores ligados a agências governamentais localizadas na cidade de São Luís, Maranhão.

Essa abordagem foi escolhida por que, em São Luís, não havia qualquer possibilidade de interlocução direta com os povos indígenas localizados no interior do Maranhão. Ao mesmo tempo, não haviam recursos financeiros para realizar deslocamentos até as terras indígenas. Por isso, os dados da pesquisa foram construídos através da mediação de outros pesquisadores especializados em atividades voltadas ao indigenismo oficial.

Os conhecimentos que obtive, mediados por meus interlocutores, possibilitaram-me observar alguns discursos produzidos por pesquisadores ligados a agências governamentais sobre o que consideram “grandes projetos”, cujas percepções estão associadas, em grande medida, aos impactos causados por

---

<sup>4</sup> Cf. Serra (2018).

atividades econômicas destinadas ao agronegócio e mineração em áreas ocupadas por povos indígenas.

Até esse momento, eu era um pesquisador inexperiente, um neófito no que se refere à realização de trabalho de campo. Sequer havia vivenciado experiências diretas junto a qualquer povo indígena. Ainda no ano de 2018, busquei iniciar os estudos de etnologia indígena a partir de um estágio curricular que realizei no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA).

No CPHNAMA, atuei como assistente da coordenação do setor de etnologia indígena, onde tive a oportunidade de me aproximar diretamente de indígenas pertencentes aos povos Tentehar/Guajajara, Apanyekrá e Ramkokamekrá-Canela<sup>5</sup>. No mesmo museu, fui colega de trabalho do estagiário indígena Ytôhã Pompeu Tenetehara, do povo Tentehar/Guajajara, situado na TI Canabrava/Guajajara.

Nesse período, eu também estava realizando uma monografia<sup>6</sup> na qual analisei as “representações” que estão sendo produzidas na academia em relação aos “grandes projetos” voltados ao agronegócio e mineração, no Maranhão, via mapeamento de trabalhos (artigos) desenvolvidos sobre esse tema, principalmente vinculados a cursos de pós-graduação.

Meu olhar estava dirigido para compreender os posicionamentos atribuídos ao agronegócio por pesquisadores vinculados a universidades, numa inspiração buscada nas colocações sociológicas de Bourdieu (2008) e sua noção de força da representação. Neste estudo, pude perceber que pesquisadores vinculados às áreas de Ciências Humanas e Ciências Agrárias, associam grandes projetos a empreendimentos relacionados a agroindústria ou mineração (SERRA, 2019).

A pesquisa me possibilitou apreender aspectos importantes visando à compreensão de algumas concepções em jogo na academia. Desta monografia, resultou a elaboração de um projeto de estágio de mobilidade acadêmica<sup>7</sup> realizado em fevereiro do ano de 2019. Inicialmente, o estágio tinha a intenção de ampliar

---

<sup>5</sup> Crocker (1967) aponta que os Apanyekrá e Ramkokamekrá-Canela são dois povos diferentes classificados no tronco linguístico Macro-Jê. Ambos são falantes da língua Jê-Timbira.

<sup>6</sup> Cf. Serra (2019).

<sup>7</sup> A bolsa de mobilidade acadêmica foi viabilizada através do projeto de pesquisa “PROJETO DE ESTÁGIO NACIONAL - A “QUESTÃO” DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO” (BRUSTOLIN, 2018), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

experiências que eu vinha concretizando há quatro anos como estudante do curso de Ciências Sociais, na UFMA.

O Estágio possibilitou meu deslocamento da capital São Luís para a cidade maranhense de Imperatriz, localizada na região Central do Estado, onde procurei dar continuidade às pesquisas que eu já vinha realizando em relação aos discursos produzidos no campo acadêmico a respeito de grandes projetos voltados ao “agronegócio”, concentrando-me em mapear a produção acadêmica de pesquisadores alocados em cursos de pós-graduação da área de Ciências Agrárias/Rurais, no Maranhão.

Um dia antes de minha viagem à Imperatriz pude encontrar Ytôhã Tenetehara, e tive o interesse de perguntar-lhe se conhecia algum indígena de seu povo com quem eu poderia conversar, em Imperatriz, sobre “grandes projetos”. Ytôhã sugeriu-me, especialmente, o nome de Erisvan Bone de Sousa Guajajara, jornalista e “irmão da política” e, também, líder indígena Sônia Bone de Souza Silva Santos, conhecida internacionalmente como Sônia Guajajara.

Através da mediação de Ytôhã conheci Erisvan quando cheguei à Imperatriz e, por consequência, me aproximei de outros membros de sua família chamada Bone de Sousa. Eu e Erisvan, inicialmente, começamos a conversar por meio de um aplicativo de mensagens (WhatsApp). Na ocasião, apresentei minhas intenções como pesquisador e, em seguida, Erisvan me convidou para conhecê-lo pessoalmente.

O convite feito para conhecê-lo foi marcado em uma ocasião pouco formal. Conheci-o no dia 23 de fevereiro de 2019, em meio a ritmos conduzidos por shows de bandas e trios elétricos de blocos carnavalescos, numa multidão de incontáveis pessoas espalhadas pelas largas ruas ensolaradas de Imperatriz. Penso que foi muita sorte ter conseguido encontrá-lo estando rodeado de tantas pessoas. Por seu intermédio fui apresentado a outros membros de sua família como seu sobrinho Yaponã Bone Guajajara, filho de Sônia Guajajara, sua irmã.

Durante as cinco horas que se seguiram ao percurso dos blocos aproveitei para conversar com Erisvan Bone, conhecê-lo melhor e estreitar laços visando à realização de uma possível entrevista em momento mais oportuno. Ao conversar com meu interlocutor, recordei-me da primeira recomendação feita a mim por minha

orientadora, Dra. Elizabeth Coelho, ao iniciar qualquer trabalho de campo: “você tem que ser sedutor, Anderson!”

No decorrer de nosso encontro fui conquistando, aos poucos, sua confiança e a empatia de seus familiares. Posteriormente a nossa primeira aproximação, houve novas ocasiões em que fui convidado por Erisvan para ir a outros encontros em boates, bares, shows e restaurantes. Esperei, com cautela, o momento correto para lhe falar novamente do meu interesse, como pesquisador, em realizar uma entrevista semiaberta com ele a respeito do que pensava em relação aos “grandes projetos”.

Cordialmente, Erisvan Bone agendou uma entrevista para o dia 25 de fevereiro, que aconteceu na casa de Sônia Guajajara, onde também vivem outros familiares, localizada em um bairro onde vivem muitos indígenas da família Bone de Sousa Guajajara. Parte dos vizinhos de Erisvan são seus próprios tios, sobrinhos e primos que vivem em casas muito próximas a sua.

Naquela ocasião, já se colocava para mim o interesse em compreender como Erisvan Bone percebe o que chama de “grandes projetos”. Portanto, ao me aproximar dele, minha primeira abordagem foi direcionada pela indagação sobre o que pensa em relação aos “grandes projetos”.

Pude entender, a partir de Erisvan Bone, que o diálogo que estabelecia com ele poderia ser definido, segundo Cardoso de Oliveira (2001), como um “diálogo intolerante”, caracterizado por uma lacuna semântica. A categoria “grandes projetos” para ele remete a algo que é mais adequado chamar de “envolvimento” no sentido de abranger projetos direcionados a promover positivamente os povos indígenas, ao contrário da noção com a qual eu estava operando, desenvolvida por Oliveira (2002; 2011; 2004; 2014a; 2014b; 2015), cuja perspectiva associa aos efeitos negativos que empreendimentos econômicos ligados as *frentes de expansão contemporâneas* (SCHRÖDER, 2003) tem causado ao meio ambiente ou aos povos atingidos.

Comecei a refletir sobre os trabalhos que eu havia desenvolvido antes de realizar esta entrevista com Erisvan Bone. As indagações que fiz para meu interlocutor foram baseadas em experiências realizadas em momentos anteriores que me fizeram apreender algumas noções sobre o que eu pensava em relação a grandes projetos, por meio de dados construídos através da mediação de pesquisadores vinculados a agências governamentais e universidades.

Procurei dar continuidade à investigação na intenção de enveredar por um percurso teórico metodológico que me permitisse, como sugere Albert (2002), abrir o foco da observação etnográfica à diversidade de regimes expressivos e dimensões sociais pelos quais as “sociedades indígenas” constroem sua articulação com a fronteira envolvente.

As experiências que vivenciei durante minha inserção como pesquisador no NEI e minha aproximação com a família Bone de Sousa, em Imperatriz, fizeram com que eu me interessasse em desenvolver uma investigação relacionada a pluralidade de percepções heterogêneas atribuídas ao uso do termo “grandes projetos”.

Interessa-me entender principalmente às percepções de alguns indígenas Tentehar/Guajajara, e as possibilidades de desnaturalizar concepções cristalizadas que estão em jogo na academia. Reflito acerca da pluralidade de acepções heterogêneas produzidas. Busco compreender como indígenas, agentes governamentais e pesquisadores vinculados a universidades constroem percepções diferentes sobre o que chamam de “grandes projetos”, visando entender concepções produzidas em contextos marcados pela diferença entre campos semânticos.

### **1.1 A construção do objeto**

O recorte voltado à compreensão das percepções produzidas por pesquisadores, agentes governamentais e indígenas possibilita compreender concepções pertinentes aos seus próprios universos físicos e culturais.

De início, busquei compreender o que os Tentehar/Guajajara entendiam sobre “grandes projetos” com base em noções apreendidas em pesquisas desenvolvidas no NEI. Essa noção limitou minha compreensão, pois o uso do termo “grandes projetos” tem acepções variadas tanto na academia como em outros contextos culturais marcados pela diferença entre campos semânticos.

Inspirado em Geertz (1997), procuro pensar que a compreensão que eu tinha sobre os “grandes projetos” foi influenciada por um tipo de saber produzido no campo acadêmico, nos moldes de que o autor denomina de “discurso padrão”. Refiro-me ao discurso conduzido dentro dos limites de um conjunto de convenções

ou critérios aceitos e estabelecidos como, por exemplo, a linguagem que os pesquisadores imaginam usar em suas pesquisas em relação ao que pode ser considerada uma contribuição relevante, uma justificativa adequada, uma crítica pertinente ou resposta apropriada para uma pergunta.

Comecei então a entender a importância de ficar atento às noções naturalizadas em campos de produção do saber acadêmico. Como coloca Bachelard (1996), é preciso romper com a experiência primeira, isto é, a experiência colocada antes e acima da crítica. Passei a abrir o foco da observação para diversidade de percepções atribuídas em relação ao uso do termo grandes projetos.

As observações que eu havia feito junto a pesquisadores, agentes governamentais e indígenas levaram-me a perceber que eles atribuem percepções diferentes em relação ao que consideram grandes projetos. Como pesquisador, posso mencionar que me surpreendi com os relatos construídos pelos indígenas a partir de percepções que têm sido pouco utilizadas por parte dos pesquisadores na academia. Diante do que alguns Tentehar/Guajajara falaram em relação ao que pensam sobre os “grandes projetos”, busco entender suas percepções como discursos produzidos fora da academia, por pessoas que os produzem a partir do que Geertz (1997) chama de “discurso não padrão”.

Procurou usar a noção de “discurso não-padrão” como aquele conduzido por alguém que participa das discussões quando não está ciente das convenções, ou que as desconsidera, sejam elas acadêmicas ou não. As pessoas envolvidas na comunicação falam a partir de critérios divergentes, o que impossibilita aos participantes chegar a um acordo devido ao uso de conceitos que estão fora do eixo por meio do qual se desenvolve a comunicação (GEERTZ, 1997: 337-338). Considero que as percepções atribuídas aos grandes projetos por pesquisadores, agentes governamentais e pelos Tentehar/Guajajara revelam visões de mundo diferenciadas baseadas nos discursos produzidos por eles a partir de suas próprias cosmologias.

O resultado de um “discurso padrão” é obtido por meio de uma afirmação que é aceita e legitimada por todos os participantes de uma discussão que os demais participantes consideram “racionais”. Já o discurso “não padrão” é produzido por

qualquer coisa falada, desde uma bobagem intelectual até uma revolução intelectual (GEERTZ, 1997).

Para pesquisadores que operam com dicotomias (positivo ou negativo) baseadas em um conhecimento conduzido nos moldes de um “discurso padrão” em relação aos “grandes projetos”, pode soar estranha a reflexão que faço neste trabalho. Reconheço como árduo o esforço que pesquisadores assumem quando se dedicam a estudar categorias nativas produzidas por povos não ocidentais, desviando-se de dicotomias arraigadas em sua própria cosmologia.

Descola (2016) coloca que os pesquisadores precisam deixar de operar apenas com princípios de sua própria cosmologia particular. Como aponta o autor, outros povos (não ocidentais) não estabelecem tais distinções e vêem o mundo a partir de suas próprias cosmovisões. Por isso, é preciso admitir que até a cosmologia que torna possível o desenvolvimento da ciência não pode ser considerada como universal (DESCOLA, 2016).

Segundo Sousa Santos (2009), existem diferentes formas de saberes sobre matéria, vida, sociedade e espírito, como também muitos e diversos conceitos em relação ao que pode ser considerado como conhecimento e os critérios utilizados para validá-los. O autor confronta a epistemologia ocidental dominante através do reconhecimento de uma ecologia de saberes baseada na ideia de que conhecimento é interconhecimento (SOUSA SANTOS, 2009).

Uma ecologia de saberes parte da premissa da diversidade epistemológica do mundo visando o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimentos heterogêneos, sendo uma delas a própria ciência moderna, o que implica numa epistemologia da impossibilidade de uma epistemologia geral (SOUSA SANTOS, 2009).

De certa forma, a Universidade se construiu nos moldes daquilo que Sousa Santos (2009) chama de uma “monocultura da ciência moderna”. Moassab (2008) propõe que qualquer conhecimento produzido fora dos limites da ciência moderna, ou do campo acadêmico, é visto como banal ou ignorância.

A partir do que propõe Mignolo (2003), tenho refletido que parte dos pesquisadores quando abordam os “grandes projetos” o fazem a partir de um “olhar”

norteado pelo conhecimento construído em lugares “geoístóricos” como as universidades, especialmente inserido na perspectiva dos colonialismos modernos.

No entanto, compreendo que essas percepções são relacionais. Penso que o conhecimento produzido na academia ou em agências governamentais sobre “grandes projetos” poderia ser enriquecido através dos saberes construídos pelos Tentehar/Guajajara em outros contextos de produção de conhecimentos subalternos.

Inspirado em Mignolo (2003), considero possível buscar um ponto de intersecção entre a epistemologia colonialmente estabelecida (dos pesquisadores) e uma forma de conhecimento subalternizada (dos Tentehar/Guajajara), o que geraria outras questões passíveis de investigação.

Esse exercício se daria a partir de um movimento de descolonização epistêmica, pautado em novos “loci” de enunciação a partir dos saberes subalternos no embate com determinadas formas de saberes hegemônicos (MIGNOLO, 2003). Assim, seria possível contribuir para a construção de outra epistemologia, a qual Mignolo (2003) chama de pensamento liminar que permite operar entre diferentes contextos.

Peirano (2008) aborda que um dos desafios principais do etnógrafo consiste na dificuldade de contextualizar aquilo que precisa ser interpretado, traduzido e elaborado durante o diálogo com seus interlocutores, pois o antropólogo assume o trabalho de “transformar a indexicalidade que está presente na comunicação em texto referencial” (PEIRANO, 2008: 8).

Trata-se de compreender a ação das pessoas através de palavras sequenciais, frases contínuas, parágrafos e capítulos. Para a autora, certamente esse processo consiste num dos maiores desafios da pesquisa etnográfica e, de certa forma, não há uma fórmula preestabelecida de como realizá-lo (PEIRANO, 2008).

A meu ver, esse desafio se torna ainda mais complexo quando o pesquisador precisa lidar com situações que envolvem campos semânticos diferentes. Ao analisar os significados que alguns Tentehar/Guajajara atribuem aos “grandes projetos”, percebi o quanto a linguagem passou a exigir de mim maior atenção.



Penso no desafio que representa para o antropólogo transpor noções produzidas por povos não ocidentais para significados equivalentes no campo acadêmico.

Peirano (2008) afirma que uma nova descoberta possibilita reavaliar uma teoria acumulada, espiralando-a até atingir novos patamares que irão gerar questões novas e, conseqüentemente, dúvidas, ampliando o leque de possibilidades interpretativas. Em relação aos Tentehar/Guajajara, no que se refere as percepções que podem apresentar em seus discursos, penso que serão novos elementos que comunicarão aos pesquisadores e agentes governamentais outros significados atribuídos aos “grandes projetos”. Considero pertinente chamar atenção para crítica realizada por Peirano (2008) no tocante ao caráter dinâmico dos conceitos acadêmicos, já que não permanecem inalterados no tempo e no espaço, sendo históricos e contextuais.

Nenhum conceito, por mais que esteja firmemente estabelecido, pode ter um significado inalterável e, particularmente nas ciências sociais, a vida dos conceitos possibilita refletir sobre o que Peirano (2008), citando Weber (2001), se refere como a “eterna juventude das ciências sociais”. Ou seja, as ciências sociais estão sempre em processo de elaboração e sofisticação, permanecendo como ciências sempre jovens. Por isso, nada impede que uma teoria possa ser renovada ou reformulada (PEIRANO, 2008).

Investigo a contribuição fecunda de saberes que parte dos Tentehar/Guajajara constrói em seus próprios campos de produção de percepções nativas fora da academia, com base em uma perspectiva que ainda tem sido pouco utilizada na Antropologia em relação aos saberes que vêm sendo produzidos sobre “grandes projetos”.

## **1.2 Os caminhos da investigação**

Meu interesse tem sido desnaturalizar os saberes acadêmicos relacionados aos “grandes projetos” a partir da noção de “ecologia dos saberes” cunhada por Sousa Santos (2009), que reconhece a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, além do conhecimento científico, e suas interações sustentáveis e dinâmicas

Parti da leitura e discussão de bibliografia teórica e temática relacionada a trabalhos (dissertações, teses, artigos e livros). Realizei um mapeamento sistemático da literatura científica sobre o tema dos “grandes projetos” situados em áreas habitadas por povos indígenas, principalmente em relação aos Tentehar/Guajajara.

Para tanto, a busca foi feita em sítios de dados que considero ser pertinentes no que se refere ao armazenamento e difusão de trabalhos que vêm sendo produzidos nos últimos anos sobre essa temática, especialmente: Google Scholar, Scielo, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Curt Nimuendajú e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Realizei a análise dos saberes construídos na “academia” com base nos discursos assumidos pelos autores nos trabalhos.

As percepções construídas pelos Tentehar/Guajajara sobre o que chamam de “grandes projetos” foram reunidas com base na realização de entrevistas semiabertas feitas de forma direta ou utilizando aplicativos<sup>8</sup> de comunicação e chamada de voz. O uso da entrevista semiaberta, segundo Bourdieu (1998), possibilita ao pesquisador organizar um roteiro que permite ao entrevistado fazer determinadas intervenções (informalidades) ao responder as perguntas. Esse método estabelece entre o entrevistado e o pesquisador uma relação na qual o objetivo principal não é apenas extrair respostas, mas interagir com o entrevistado e os elementos do ambiente ao redor buscando obter respostas espontâneas (BOURDIEU, 1998).

De posse do material obtido, busquei refletir sobre os discursos, considerando a necessidade de examinar a parte que cabe às palavras na construção das coisas sociais e tomar como objeto de discussão articulações que podem ser feitas entre saberes produzidos em contextos hegemônicos e subalternos de produção do conhecimento.

Organizei essa dissertação em três partes. Na primeira, a introdução, delinhei o que busquei compreender e os caminhos que percorri para construir meu material. Na segunda parte apresento os Tentehar a partir dos primeiros estudos etnográficos, notadamente livros, publicados sobre esse povo. Na terceira parte intitulada A

---

<sup>8</sup> Essa abordagem foi usada devido à pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

*Polifonia dos Grandes Projetos* faço uma reflexão inspirada na pluralidade de concepções heterogêneas produzidas por alguns pesquisadores, agentes governamentais e indígenas Tentehar/Guajajara sobre o que consideram grandes projetos.

## 2. QUEM SÃO OS TENTEHAR/GUAJAJARA?

Os Tentehar/Guajajara, falantes de uma língua homônima classificada no tronco indígena tupi (RODRIGUES, 1986), constituem o povo indígena mais numeroso no Maranhão, representando mais de 60% da população indígena<sup>9</sup> nesse Estado (ALMEIDA, 2019). São chamados pela população regional de Guajajaras. O etnônimo Tentehar designa também aqueles conhecidos como “tembé”<sup>10</sup>, que habitam terras localizadas no Estado do Pará. Abordo aqui apenas os “Guajajara”, no Maranhão.

É possível identificarmos na literatura etnológica que o etnônimo Tentehar é mencionado a partir de formas variadas embora não existam grandes diferenças fonêmicas ou gráficas. Os jesuítas franceses, por exemplo, quando se depararam com os Tentehar/Guajajara por volta de 1613, os chamaram de “Les Pinariens” ou habitantes do Pindaré (UBBIALI, 1997).

Outros autores como Coelho (1986; 1987; 2001; 2002; 2014), Gomes (2002), Amaral (2019) e Muniz (2020) utilizam a grafia Tenetehara, inicialmente mencionada na literatura etnológica por Wagley & Galvão (1961), a qual foi adotada por boa parte dos etnólogos que realizaram pesquisas junto aos indígenas desse povo, especialmente Gomes (1977; 2002), Diniz (1994); Ubbiali (1997), Zannoni (1999) e Coelho (2002).

O etnônimo Tentehar começou a ser usado por antropólogos e outros pesquisadores após a realização de uma convenção escrita acordada por professores indígenas do povo Tentehar/Guajajara durante cursos de formação docente ministrados pela Secretária de Estado da Educação (SEDUC-MA) em convênio com o Ministério da Educação (MEC) e, também, durante curso realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MA). Esses cursos<sup>11</sup> ocorreram entre os anos de 1996 e 2001.

Nestas ocasiões, professores Tentehar/Guajajara de todas as terras ocupadas por eles, no Maranhão, participaram de reuniões visando discutir

---

<sup>9</sup> No Maranhão, a população indígena totaliza 38.837 pessoas conforme o censo do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Do total, 24. 428 indígenas são do povo Tentehar/Guajajara (IBGE, 2010). Disponível em: < <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf> > Acesso em: 16/12/2021.

<sup>10</sup> Os Tentehar/Tembé ocupam terras situadas no Estado do Pará e, de acordo com dados da FUNAI (2021), sua população equivale a 1.879 pessoas.

<sup>11</sup> Em relação aos cursos ministrados pela SEDUC (MA), MEC e CIMI (MA) cf. Almeida (2019).

elementos gráficos da língua nativa, entre os quais, o etnônimo “Tentehar”. Depois da segunda metade dos anos 2000, a maioria das publicações acerca desse povo adotou o etnônimo escolhido por eles próprios para sua autoidentificação. No entanto, ainda são poucos os trabalhos que usam a grafia Tentehar.

Atualmente, os Tentehar/Guajajara habitam um extenso território localizado entre o vale do Pindaré e a microrregião do Médio Mearim na Região Central<sup>12</sup> maranhense. Ocupam doze TI, das dezoito demarcadas e homologadas pelo Estado brasileiro, sendo que em oito delas possuem o usufruto exclusivo e em quatro dividem a terra demarcada com outros povos indígenas. No quadro abaixo, apresento às TI existentes no Maranhão.

**Tabela 1 – Terras Indígenas no Maranhão<sup>13</sup>**

	<b>TERRAS INDÍGENAS</b>	<b>POVOS INDÍGENAS</b>	<b>HECTARES (HA.)</b>
1.	Awá	Awá	111.000
2.	Caru	Tentehar, Awá	172.667
3.	Alto Turiaçu	Ka’apor, Awá	530.525
4.	Araribóia	Tentehar, Awá	413.288
5.	Bacurizinho	Tentehar	82.432
6.	Cana Brava/Guajajara	Tentehar	137.329
7.	Geralda Toco-Preto	Krepumkateyê	18.506
8.	Governador	Gavião Pykobjê, Tentehar	41.644
9.	Kanela	Ramkokamekra-Canela	125.212
10.	Kanela Memortumré <sup>14</sup>	Memortumré-Canela <sup>15</sup>	100221.0000
11.	Krenyê	Krenyê	8.000

<sup>12</sup> A Região Central Maranhense está localizada entre a microrregião do Médio Mearim e o Vale do Grajaú. CIDADE BRASIL (2021). Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-medio-mearim.html> > Acesso em: 12/01/2021.

<sup>13</sup> No quadro 01, menciono informações relacionadas às TI existentes, no Maranhão, a partir de consultas realizadas no portal virtual do Sistema Indigenista de Informações vinculado à FUNAI e ao Ministério da Justiça. O referido Sistema considera apenas informações cuja fase do procedimento demarcatório das TI consta como regularizadas, delimitadas, reservas indígenas ou em estudo. Cf. FUNAI (2021). Disponível em: < [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp) > Acesso: 08/08/2021.

<sup>14</sup> A TI Kanela Memortumré surge a partir do processo demarcatório de ampliação da TI Kanela.

<sup>15</sup> Os etnônimos Memortumré-Canela e Ramkokamekra-Canela designam o mesmo povo. Nos últimos anos, estes indígenas realizaram a mudança da grafia Ramkokamekra-Canela para Memortumré-Canela.

12.	Krikati	Krikati, Tentehar	146.000
13.	Lagoa Comprida	Tentehar	13.198
14.	Morro Branco	Tentehar	49
15.	Porquinhos	Apaniekrá	79.520
16.	Rio Pindaré	Tentehar	15.003
17.	Rodeador	Tentehar	2.319
18.	Taquaritiua	Gamela	0.0000 (em estudo)
19.	Urucú-Juruá	Tentehar	12.697
20.	Vila Real	Tentehar	11.029

**Fonte:** Ministério da Justiça/FUNAI. Acesso em: 10/06/2021.

Ressalvo que os Tentehar/Guajajara que vivem em TI demarcadas ou regularizadas pelo Estado não equivale ao total de indígenas pertencentes a esse povo, pois parte deles também vive em cidades localizadas no Maranhão e outras regiões fora do Estado, tanto de forma provisória como permanente.

Nas últimas décadas, as terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara vêm sendo afetadas pelos efeitos devastadores causados pelo avanço de uma frente expansionista de grandes projetos de desenvolvimento direcionados a implantação de empreendimentos agrícolas e minerais que visam à imposição de uma lógica econômica pautada na exportação de *commodities*<sup>16</sup>.

Considero que esse processo recebeu apoio através de incentivos fiscais e políticas de crédito, possibilitando instalar grandes projetos e direcionar novas *frentes de expansão contemporâneas*<sup>17</sup> em regiões tradicionalmente ocupadas por povos indígenas.

Até a década de 1960, a política de implantação de grandes projetos no Maranhão se restringia a execução de empreendimentos relacionados à construção de rodovias, hidrelétricas (COELHO, 1986; 1987; 2014) e projetos de mineração

<sup>16</sup> Commodities são produtos de origem agropecuária ou de extração mineral, em estado primário ou pouco industrializado, que possuem valor definido pela oferta e demanda no mercado internacional.

<sup>17</sup> A categoria *Frentes de Expansão Contemporâneas* é usada no sentido de Schröder (2003), tomando como referência os povos indígenas que tiveram seus territórios ocupados pelos não indígenas.

ligados, principalmente, a empresa brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente chamada de Vale S.A. <sup>18</sup>.

Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, a Vale S.A. iniciou a instalação de um projeto de exploração de minérios na Serra dos Carajás, situada no Sudeste do Estado do Pará, denominado como Projeto Grande Carajás (PGC). De acordo com o ICMBio (2016), a instalação do PGC compreendia 40% do território paraense, 10% de Goiás e 95% do Estado do Maranhão, abrangendo uma área de 895.265 km<sup>2</sup>.

O PGC inclui outros empreendimentos como a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí (após o ano de 1973) e a Estrada de Ferro Carajás (EFC). A EFC foi construída para realizar o escoamento da produção mineral. Para tanto, foram implantados 892 Km de trilhos ferroviários que ligam a Serra dos Carajás ao Porto do Itaqui, localizado na cidade maranhense de São Luís.

A implantação da EFC corresponde a um fenômeno chamado por Oliveira (OLIVEIRA, 2011; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b) de “frente mineradora industrial”. Em outro trabalho, percebo que essa “frente mineradora industrial” foi responsável por desencadear, no Maranhão, a atração de uma frente agrícola que teve origem na década de 1970, ligada aos deslocamentos de produtores rurais provenientes do Sul e Sudeste do Brasil, conhecidos regionalmente como “gaúchos” <sup>19</sup>, que se estabeleceram na região Centro-Sul maranhense, na perspectiva de instalar grandes projetos agroindustriais voltadas ao agronegócio, especialmente de produção de grãos ou pecuária semi extensiva destinados, principalmente à exportação (SERRA, 2019). Em decorrência desse processo, intensificou-se a incorporação de terras usadas na agricultura mecanizada, contribuindo para a expansão do agronegócio.

A partir da década de 1980, o processo de mudanças econômicas e socioambientais no centro-sul maranhense avançou, especialmente com o

---

<sup>18</sup> Inicialmente, quando foi criada em 1942, a Vale S.A. era chamada de Companhia Vale do Rio Doce. Em 1997, após ter sido privatizada, teve o nome alterado para Vale S.A.

<sup>19</sup> O gentílico “gaúcho” é uma classificação que pessoas nativas da região Centro-Sul do Maranhão usam para classificar os imigrantes do Sul e Sudeste do país. Os imigrantes são oriundos do Rio Grande do Sul, mas frequentemente também de outros estados como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, entre outros. De acordo com Heredia, Palmeira & Leite (2010), a origem geográfica dos imigrantes do sul do país em áreas de fronteira agrícola engendra classificações por meio dos gentílicos dos indivíduos. Por isso, é comum usar o termo “gaúcho” tendo em vista o suposto ou efetivo local de nascimento das pessoas.

asfaltamento e abertura de novas rodovias, e a construção de novos eixos ferroviários como a Ferrovia Norte-Sul, a qual ligada à EFC garante a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, para os mercados europeus e asiáticos, através do Porto do Itaqui (OLIVEIRA, 2015a).

Devido ao avanço das *frentes de expansão contemporâneas*, as principais relações que os Tentehar/Guajajara mantêm com a “sociedade nacional”, melhor dizendo, os não indígenas, são marcadas, na atualidade, pelos efeitos provocados pela instalação de grandes projetos vinculados ao agronegócio e ao extrativismo mineral.

Historicamente, as relações que os Tentehar/Guajajara mantêm com os não indígenas são marcadas pelo avanço das “frentes de expansão”. No século XVII, o Governo Provincial deu início a uma política de catequização e civilização dos povos indígenas localizados entre os Vales do Pindaré e Grajaú, visando à criação colônias indígenas baseadas em um sistema de integração da economia de mercado e dependência das missões. Essa política ocasionou o surgimento de uma “frente missionária”, nos moldes colocados por Schröder (2003).

No próximo item, abordarei a partir da literatura etnológica desenvolvida, nas últimas décadas, como a implantação de colônias indígenas em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara pode ser percebida como o *germe* da instalação de *grandes projetos*, no Maranhão.



### 3. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS SOBRE “GRANDES PROJETOS”

Segundo Ubbiali (1997), não há informações sobre os Tentehar/Guajajara da época pré-colombiana. Para o autor, provavelmente os primeiros contatos com os colonizadores ocorreram por volta de 1613, quando os franceses, ao realizar expedições fluviais no Rio Pindaré, encontraram com um grupo de “índios” Tentehar/Guajajara, chamados por eles de “Pinarienses” (UBBIALI, 1997).

No total, Gomes (2002) estima que os Tentehar/Guajajara eram cerca de 3.000 pessoas antes da colonização. Em comparação a outros povos indígenas<sup>20</sup>, os Tentehar/Guajajara possuem uma estrutura social mais flexível, habitando aldeias menores, baseadas na família extensa, politicamente descentralizadas, sem linhagens e menor coesão social, o que lhes permite ser mais habilidosos para enfrentar mudanças e sobreviver às adversidades (GOMES, 2002).

Ao analisar alguns relatos de cronistas e exploradores do século XVIII, Wagley & Galvão (1961) mencionam que inicialmente o território ocupado pelos Tentehar/Guajajara parece ter sido o Alto Pindaré. Essa região começou a ser colonizada pelos europeus depois que outros povos indígenas, como os Tupinambá e os Gamela<sup>21</sup>, escravizados nos engenhos coloniais litorâneos que usavam a mão-de-obra nativa nas lavouras, foram rechaçados para o interior.

Isso incentivou tanto franceses como portugueses a organizar explorações pelo rio Pindaré sob o pretexto de eliminar aldeias aguerridas ou consideradas hostis, resultando na escravização e massacre de muitos indígenas. Durante as primeiras incursões, os missionários jesuítas começaram a acompanhar os europeus visando a criação de missões religiosas para impedir os colonizadores de escravizá-los.

---

<sup>20</sup> No Maranhão, os Tentehar/Guajajara são diferentes de outros povos indígenas como, por exemplo, os Timbira classificados no tronco linguístico Macro-Jê. Os povos Timbira possuem uma organização social politicamente mais centralizada, habitando aldeias circulares e distribuídas em linhagens de parentesco.

<sup>21</sup> Ao longo dos séculos diversos povos indígenas, no Maranhão, foram considerados como extintos por extermínio ou por assimilação. Os Tupinambá e os Gamela durante muito tempo foram vistos pelas autoridades civis como povos extintos, restando apenas alguns remanescentes rotulados como descendentes de “índios”. Desde o início dos anos 2000, alguns processos de etnogênese estão em curso, dentre eles o dos Gamela e dos Tupinambá.

Isso causou conflitos entre missionários e europeus que acusavam os religiosos de impedir a participação dos “índios” na economia colonial, influenciando na expulsão dos jesuítas em 1759 (WAGLEY & GALVÃO, 1961). Nesse período, algumas missões foram criadas em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara.

Destacaram-se na época, afirmam Wagley & Galvão (1961), a instalação da Missão de Maracu (hoje, cidade de Viana), no baixo Pindaré, e o aldeamento de São Francisco Xavier, na região do Caru, fundado em 1730. Essas duas missões foram criadas pelos missionários de forma estratégica visando proteger aos Tentehar/Guajajara contra a invasão de suas terras pelos colonizadores.

No final do século XVIII, a expulsão dos jesuítas influenciou a migração de centenas de Tentehar/Guajajara localizados no Vale do Pindaré. Suas terras passaram a ser invadidas pelos colonizadores, provocando o surgimento dos primeiros povoados, notadamente Sapucaia, no Alto Pindaré, e Santa Cruz, na confluência com o rio Caru. Parte dos Tentehar/Guajajara de uma aldeia dessas regiões mudou-se para Sapucaia na intenção de trabalhar em atividades de extração de látex e copaíba, estabelecendo as primeiras uniões com pessoas não indígenas (WAGLEY & GALVÃO, 1961).

Em Santa Cruz, foi estabelecido um posto comercial, no qual muitos Tentehar/Guajajara realizavam atividades de extrativismo e transporte fluvial de mercadorias. Porém, os ataques feitos pelos indígenas Ka'apor<sup>22</sup>, no ano de 1613, levaram os colonos a abandonar este povoado.

Em Sapucaia, o declínio das atividades econômicas de extração de látex para comercialização de borracha ocasionou a perda crescente de habitantes no povoado. Com isso, a região passou a ser ocupada pelos Tentehar/Guajajara, sem a presença dos brasileiros (WAGLEY & GALVÃO, 1961).

Velho (1972) aponta que os primeiros fluxos de ocupação da “sociedade nacional” chegaram ao interior do Maranhão por meio da frente de expansão

---

<sup>22</sup> Os Ka'apor formam um povo classificado na família linguística tupi-guarani. Na literatura etnológica, alguns autores usam o etnônimo Urubu/Kapor, sendo o termo Urubu considerado pejorativo pelos próprios indígenas. Cf. Ribeiro (1976) & Samain (1985).

agrícola<sup>23</sup> oriunda do litoral maranhense e da frente pastoril nordestina. Esses agentes, formados por diversos extratos regionais, majoritariamente do Maranhão, Piauí, Bahia e Ceará, constituíram os primeiros segmentos sertanejos a ocupar as terras habitadas pelos povos indígenas.

Desta forma, considero que as relações que os Tentehar/Guajajara estabeleceram com os “Karaiw”, termo na língua tentehar utilizado para classificar “os de fora do povo” não indígenas (COELHO, 1999; ALMEIDA, 2019), envolviam sertanejos e fazendeiros.

Ubbiali (1997) descreve que no início do século XIX, o contato dos Tentehar/Guajajara com a “sociedade envolvente” foi mediado por uma política de criação de colônias elaborada pelo governo provincial, que buscava catequizar e civilizar os “índios” para inseri-los numa economia de mercado. Coelho (2002) relata que após a revogação do Diretório de Pombal, em 1798, os povos indígenas passaram a ficar sob a jurisdição das autoridades provinciais, especialmente dos Juízes de Paz e das Câmaras Municipais, de maneira dispersa e localizada.

A Lei 317, de 1843, estabeleceu de forma mais uniforme e regular, a “Catequese e civilização dos índios” e, posteriormente, a Lei 285 possibilitou a chegada de missionários capuchinhos para executar tal empreitada. Nesse período, a legislação que mais se destacou foi o Decreto 426, chamado de Regimento das Missões, que tratava de modo geral e minucioso a respeito das ações de civilização e catequização indígena (COELHO, 2002).

O Decreto 426, promulgado no ano de 1845, possibilitou a criação do sistema de Diretoria Geral dos Índios e suas diretorias parciais. Nesse período, a jurisdição sobre os povos indígenas ficou organizada sob o sistema de colônias/missões. No quadro abaixo, apresento a disposição e a localização das colônias indígenas instaladas, no Maranhão, durante o Governo Provincial.

---

<sup>23</sup> A categoria Frentes de Expansão usada por Velho (1972) expressa a concepção de ocupação da região centro-sul maranhense tomando como referência os povos indígenas que tiveram seus territórios ocupados pela sociedade regional.

**Tabela 2 – Colônias indígenas instaladas no Maranhão**

<b>Colônia</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>Povo indígena</b>
São Pedro do Pindaré	Rio Pindaré	1840	Tentehar/Guajajara
Januária	Rio Pindaré/Caru	1854	Tentehar/Guajajara
Leopoldina	Rio Mearim	1854	Kreyé e Pobzé
Palmeira Torta	Rio Mearim	1871	Tentehar/Guajajara
Aratauy Grande	Rio Grajaú	1873	Tentehar/Guajajara
Dous Braços	Rio Mearim	1874	Tentehar/Guajajara
Nova Olinda	Rio Corda	1873	Kanela

**Fonte:** Coelho (2002: 8).

No total, das sete colônias indígenas instaladas cinco delas foram ocupadas pelos Tentehar/Guajajara. Ao analisar documentos oficiais do século XIX, Coelho (2002: 8) observa que os indígenas deste povo eram vistos como “o de mais fácil convívio e que mais facilmente acatavam os ensinamentos da civilização”.

Isso se explica porque antes mesmo do Diretório dos Índios ser instituído, em 1755, parte dos Tentehar/Guajajara já havia sido aldeada em missões jesuíticas no período colonial. Ou seja, segundo Coelho (2002), a administração provincial atuou principalmente junto a um povo de contato antigo, direcionando pouca atenção aos outros povos indígenas que ainda tinham pouca aproximação com a “sociedade envolvente”, como, por exemplo, os Timbira<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Os Gavião Pykobjê, Apaniekrá, Ramkokamekrá-Canela, Kepunkateyê, Krikati e Krenyê foram classificados por Nimuendajú (1946) como um conjunto de seis povos Timbira localizados no Maranhão. São falantes da língua Jê-Timbira classificada no tronco linguístico Macro-Jê. Cf. *Os Timbira* escrito por Ferreira (2001).

Essa iniciativa de instalação de colônias indígenas pode ser percebida como o germe dos *grandes projetos*. O objetivo era “civilizar” os indígenas e “desenvolver” o país. A área onde situava-se a Colônia Pindaré não permaneceu como terra indígena. Foi confiscada. Tratava-se de uma área comprada pelo governo provincial para os Tentehar/Guajajara. Na região permaneceram os indígenas que foram invisibilizados. Dentre eles os *Gamela*, que hoje lutam por um território.

Na área onde havia a colônia Leopoldina também não há mais povo indígena. Lá vivem os *Krenyê*<sup>25</sup>, que foram expulsos pelas frentes de expansão, e foram morar em terras de outros povos indígenas. Atualmente, vivem na TI *Krenyê*<sup>26</sup> homologada desde 2019.

Ao analisar a legislação da época, Coelho (2002) constata que está explícita em documentos oficiais da época a preferência por religiosos franceses, da ordem dos trappistas. No entanto, foram solicitados pelas autoridades provinciais, na maioria, frades capuchinhos por serem considerados os religiosos mais eficazes para realizar o trabalho de catequese e civilização.

Há diferenças entre o trabalho missionário desenvolvido ao longo do Império e aquele realizado no Brasil Colonial. As missões estabelecidas no período imperial foram criadas por determinação das autoridades provinciais que solicitavam missionários para regê-las. Nesta época, a presença de missionários foi bastante acentuada, e a instalação das missões não precisou estar vinculada a uma ordem católica específica (COELHO, 2002). Isso intensificou o comprometimento dos missionários frente ao trabalho nas colônias.

---

<sup>25</sup> Atualmente, os *Krenyê* formam um povo com aproximadamente 300 indígenas. Cf. Figueiredo Júnior (2015).

<sup>26</sup> Anteriormente, viviam em áreas próximas à cidade maranhense de Bacabal. Após conflitos com criadores de gado provenientes do Ceará, precisaram ser deslocados com o apoio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para TI Rio Pindaré, onde viveram junto aos Tentehar/Guajajara até meados da década de 1990, quando resolveram migrar para TI Governador ocupada pelos Gavião *Pykobjê*, além de parte dos Tentehar/Guajajara. Pouco tempo depois, os *Krenyê* foram morar na TI Rodeador, localizada próxima ao município de Amarante (MA), onde vivem alguns Tentehar/Guajajara. Porém, o avanço da fronteira agrícola na região, os forçou a migrar para periferia da cidade de Barra do Corda (MA), enquanto alguns *Krenyê* buscaram abrigo em terras de outros povos. Por volta de 2004, resolveram retornar para TI Rodeador, onde começaram a reivindicar a demarcação de suas próprias terras junto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério Público Federal (MPF).

A colônia de São Pedro do Pindaré, criada em 1840, foi à primeira missão instalada no Maranhão, sendo instituída às margens do Rio Pindaré com o objetivo de facilitar a navegação fluvial. Um relatório de Antônio Manuel de Campos Mello, nomeado presidente da província do Maranhão (1861-1863), relata que os:

[...] indígenas tomavam arriscadíssima pela guerra que faziam à tripulação dos barcos que nele navegavam como também, com o intuito de melhorar a segurança da vida e propriedade dos fazendeiros estabelecidos nas margens deste rio e, mesmo, para dar novo impulso à civilização dos “índios” (MELLO, 1862 apud COELHO, 2002).

Um dos principais objetivos da instalação desta colônia era evitar que os Tentehar/Guajajara se unissem aos “balaíos”, como ficaram conhecidos os rebeldes da Revolta da Balaiada. O primeiro diretor foi o Padre Antonio Bento da Costa Curtinhas, responsável pela “administração” dos primeiros anos de prosperidade da colônia. Em 1850, a missão de São Pedro do Pindaré acabou extinta devido a problemas causados pela falta de segurança alimentar, ausência de administração eficiente e às fugas dos Tentehar/Guajajara para as matas da região (COELHO, 2002).

A promulgação do Regulamento de 11 de Abril de 1854 originou a criação de duas novas colônias indígenas voltadas ao aldeamento de parte dos Tentehar/Guajajara, especialmente a Colônia Januária, situada no Vale do Pindaré, na confluência com o Rio Caru, e a Colônia Leopoldina, no Alto Mearim. O Governo provincial também criou algumas diretorias parciais, buscando resolver problemas relacionados aos atos considerados “hostis” praticados pelos “índios” nas fazendas da região (COELHO, 2002).

A possibilidade de eventuais hostilidades causadas pelos povos indígenas era a principal justificava alegada para criação de colônias e diretorias parciais. A diretoria parcial de Palmeira Torta, transformada em colônia em 1870, foi instalada nas margens do Rio Grajaú. Naquela época, justificou-se a necessidade de defender o comércio fluvial pelo Rio Grajaú, ocupado em suas margens por povos não identificados chamados de “índios bravos”.

Em 1896, mais uma missão foi criada no Maranhão junto aos Tentehar/Guajajara, situada em áreas próximas ao município de Barra do Corda,

através de missionários capuchinhos, nos moldes das missões implementadas no período colonial. Esta missão recebeu o nome de colônia de Alto Alegre.

Foi instalada na antiga vila de Barra do Corda após a chegada do padre Carlo da San Martino, em 1895. Os habitantes de Barra do Corda receberam padre Carlo com grande alegria. Isso possibilitou-o ter as condições necessárias para voltar a fundar uma nova missão na região. O frade capuchinho Bartolomeu da Monza (2008), em visita a Barra do Corda naquela época, descreve que padre Carlo sabia que numa distância equivalente a 94 Km de Barra do Corda ficavam situadas as aldeias Canabrava, Coco, Jenipabu e Nanu, todas ocupadas pelos Tentehar/Guajajara. Também havia outras aldeias ocupadas pelos indígenas Apaniekrá, Ramkokamekrá-Canela e Gavião Pykobjê<sup>27</sup>.

A inauguração da colônia de Alto Alegre, mais tarde chamada de São José da Providência, atraiu pessoas de cidades próximas como Barra do Corda e Grajaú. Parte dos participantes era formada por indígenas Tentehar/Guajajara de aldeias vizinhas da região. Essa Colônia acabou marcando intensamente as relações dos Tentehar/Guajajara com os não indígenas. Era a segunda experiência dos Tentehar/Guajajara da região com os capuchinhos e acabou sendo marcada pelo que os indígenas denominam “tempo do Alto Alegre” e os brancos chamam “massacre do Alto Alegre”.

Há várias versões sobre o que teria motivado as agressões cometidas pelos Tentehar/Guajajara contra os missionários. Monza (2008), por exemplo, menciona que alguns comerciantes de bebidas alcoólicas estavam insatisfeitos com os hábitos introduzidos pelos religiosos no meio dos povos indígenas.

Segundo Coelho (2002), a versão construída pelos capuchinhos procura justificar a ação dos indígenas como resultado de interferência externa e sobrenatural. A mesma autora, coloca que os indígenas justificam seu ataque à missão como fruto da revolta contra os métodos de catequese e colonização empreendidos pela missão (COELHO, 2002).

Lima (2008 apud MONZA, 2008) aponta que o processo catequético e civilizatório empreendido pelos capuchinhos buscou a transformação radical dos

---

<sup>27</sup> Povos indígenas falantes da língua Jê-Timbira classificada no tronco linguístico Macro-Jê.

costumes e tradições dos Tentehar/Guajajara. A dura disciplina implantada junto aos indígenas internados no instituto é descrita por Gomes (2002: 245) no item abaixo:

- Às 5h30 da manhã, os alunos internos deviam levantar-se e lavar-se;
- Às 6h00 assistiam à missa e em seguida faziam o desjejum;
- Às 7h00 iniciavam o trabalho;
- Às 9h00 assistiam às aulas;
- Às 11h15 almoçavam e tinham tempo livre para recreação;
- Às 13h00 voltavam às aulas;
- Às 14h00 faziam uma refeição leve e voltavam ao trabalho;
- Às 17h30 regavam as plantas ou a horta, lavavam e enchiam os recipientes de água;
- Às 18h00 descansavam;
- Às 20h30 faziam a reza noturna e em seguida iam dormir.

**Fonte:** Gomes (2002: 245).

Ao implantar a missão, na época, os missionários capuchinhos, realizaram um censo da população indígena nas regiões de Barra do Corda e Grajaú. Há poucas décadas, Gomes (2002) estimou que, ao todo, existiam nas redondezas da missão 22 aldeamentos com cerca de 2.200 “índios” incluindo 18 aldeias Tentehar/Guajajara totalizando 1.500 pessoas, além de quatro aldeias Timbira. As aldeias eram formadas por, aproximadamente, 500 indígenas da extinta colônia Dous Braços, 500 do que foi a diretoria Bananal, e mais outros 500 da ex-diretoria da Chapada. Estavam ausentes deste censo citado por Gomes (2002), aqueles situados no Rio Zutiua, pois esta era uma região distante de Alto Alegre.

Boa parte das meninas do instituto instalado na Missão do Alto Alegre era Tentehar/Guajajara com algumas exceções de outras internas dos povos *Krepumkateye*<sup>28</sup> ou *Kokuokamekra*<sup>29</sup>, do rio Grajaú. Também foram enviadas outras sete meninas brasileiras da elite barra-cordense para serem educadas junto às freiras. A missão tinha uma população que oscilava entre 70 e 150 pessoas.

---

<sup>28</sup> Povo falante da língua Jê-Timbira classificada no tronco indígena Macro-Jê.

<sup>29</sup> Povo considerado extinto. Cf. Ribeiro (1970).



Algumas aldeias Tentehar/Guajajara mudaram sua localização para as redondezas de Alto Alegre, entre as quais Gomes (2002) menciona as aldeias Canabrava, Coco, Curcajé e Crioli, além daquelas formadas pelos Timbira. Os povos indígenas reunidos nessa missão conviviam de forma intensa com os missionários, servindo de mão-de-obra para trabalhar nas lavouras de algodão e cana-de-açúcar, e nas obras de infraestrutura da colônia.

Os capuchinhos usavam noções de catequese e civilização inspiradas na experiência jesuítica do século XIX. Para catequizar e civilizar os nativos pensavam que seria necessário desestruturar as formas nativas de organização social dos povos indígenas. Para Gomes (2002), o livro de correspondência da missão do Alto Alegre considera:

[...] de suma importância "desmembrar as aldeias indígenas e reduzi-lás a grupos familiares". O sacramento do batismo, que independentemente da missão e anteriormente a ela, já era fortemente desejado pelos "índios" como meio de virarem cristãos e serem aceitos pelos regionais, não deveria ser ministrado a nenhum "índio" de quem não se tivesse a garantia moral de que não mais viveria em sua aldeia. O "índio" que fizesse parte da Missão do Alto Alegre, por viver nela ou em aldeias de sua autoconcedida jurisdição, e dela quisesse se ausentar, teria que obter permissão dos frades. Caso contrário, ficaria sujeito ao devido castigo (GOMES, 2002).

O sistema capuchinho interferiu de forma incisiva na cultura Tentehar/Guajajara. O casamento, por exemplo, deveria ser monogâmico, "eterno" e realizado mediante um rito católico, algo diferente das uniões entre os guajajara, algumas vezes baseadas em relações poligâmicas e separações. Outros costumes indígenas foram chamados pelos capuchinhos de "escandalosos" como os hábitos de passar *lenottiintiere in feste, baili e canti* (as noites inteiras em festas, danças e canções) (GOMES, 2002).

Para controlar a conduta dos indígenas em Alto Alegre os capuchinhos criaram uma rede de informantes, em grande parte formada por colonos não indígenas, que mantinham relações com os Tentehar/Guajajara.

O sucesso econômico provocado pela colônia chamou atenção dos fazendeiros e comerciantes locais, começando a criar na elite da região um sentimento de inveja. Justificavam, na época, que os indígenas e camponeses que viviam em suas terras começaram a migrar para colônia. Já os comerciantes de

Grajaú e Barra do Corda sentiam-se ameaçados pela preponderância da missão sobre a economia das cidades. A colônia era:

[...] um ponto de parada na passagem entre essas duas cidades. Os capuchinhos se ressentiam dessa acolhida com reservas, e anos mais tarde iriam acusar seus detratores de serem maçons, simpatizantes do protestantismo e anti-católicos (GOMES, 2002 apud Nembro, 1955a: 40-42). Enfim, no ambiente de rivalidades latentes e interesses contrariados, não se pode deixar de considerar a influência que os regionais tiveram entre as motivações que impeliram os “Tenetehara” a se rebelar e destruir o Alto Alegre (GOMES, 2002).

Somado a isto, em janeiro de 1900, aconteceu um surto de varíola na região, seguido de tétano. No início, não foi algo alarmante, pois eram poucas as vítimas, mas no decorrer do mês supracitado, o número de mortes aumentava gradativamente a cada dia. A doença acometia tanto crianças como adultos. Apesar dos cuidados profiláticos tomados pelos frades e freiras na missão, em poucos dias morreram no instituto de Barra do Corda 28 garotos e 22 meninas (GOMES, 2002).

Na interpretação dos indígenas a epidemia era efeito de um “feitiço dos cristãos que destruiria seus filhos e filhas. Algumas mães pediram as filhas de volta. Mas a madre superiora preferiu atender a determinações higiênicas e religiosas, negando-lhes o pedido.



**Figura 1- Instituto de Barra do Corda.**

**Fonte:** Monza (2008: 86).

Gomes (2002) menciona que a recusa da madre superiora em entregar as crianças do instituto para as mães causou um profundo ressentimento entre os Tentehar/Guajajara. Alguns meses depois ocorreu outro incidente envolvendo

missionários e João Caboré, chefe da aldeia Colônia, que era casado com uma brasileira devido a um arranjo feito pelos frades. O cacique resolveu unir-se a outra índia mais jovem da Aldeia Canabrava de nome Luísa. Ao ficar sabendo do que havia feito Caboré, os padres enviaram uma mensagem ao mesmo pedindo que fosse até a colônia. Pensando que seria apenas repreendido pelos padres, foi castigado, sendo acorrentado no porão do prédio principal da colônia por quatro semanas pelos braços, pés e pescoço.

De acordo com Monza (2008), João Caboré e Manuel Justino firmaram uma aliança. Ambos começaram a espalhar boatos viajando de aldeia em aldeia para alertar aos Tentehar/Guajajara sobre os malefícios trazidos pelos capuchinhos. Reuniram todos os “índios” de aldeias próximas a eles, ou até mais distantes, incluindo aquelas que ainda não tinham tido aproximação com os missionários ou participado de rituais católicos como batismo, casamento e cerimônias (MONZA, 2008).

Em março de 1901, ocorreu a revolta à missão do Alto Alegre. Segundo Coelho (2002), os Tentehar/Guajajara mataram todos os missionários, totalizando doze entre freiras e frades, assim como os lavradores que se encontravam na igreja.



**Figura 2 - Ilustração da Igreja de Alto Alegre em relação a Revolta dos indígenas.**

**Fonte:** Monza (2008: 140).

Após a realização da Revolta, os Tentehar/Guajajara se dispersaram de forma massiva. Foram poucas as aldeias que continuaram na região. Parte deles atravessou o rio Grajaú na direção Oeste. Outras famílias, se assentaram entre o médio Grajaú e o rio Zutuia, de onde, se tem notícias da sua existência por volta de 1924. Viviam no interior das matas distante dos regionais. Alguns grupos foram para lugares mais distantes em direção ao rio Gurupi, encontrando por lá os Tentehar/Tembé. Muitos também migraram para áreas distantes das terras que costumavam ocupar nos cerrados grajaúenses.

O ressentimento provocado pela gravidade da Rebelião entre os Tentehar/Guajajara e os brasileiros durou pouco. Ao mesmo tempo, os capuchinhos tentaram novamente estabelecer projetos de missões entre os indígenas da região. Porém, o início das atividades do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1913, na cidade de Barra do Corda, proibiu a criação de missões religiosas, podendo os capuchinhos realizar apenas visitas as aldeias.

Apesar do susto e horror que sentiam os barra-cordenses e grajaúenses diante do que o jornal da época “O Norte” chamou de “hecatombe”, Gomes (2002) coloca que ao menos um fazendeiro, Pedro Lopes, proprietário da fazenda Sibéria, auxiliou um grupo de Tentehar/Guajajara levando-os para região do Gurupi, no Estado do Tocantins.

Essa fazenda foi uma das poucas poupadas dos ataques dos rebeldes. O grupo que foi socorrido pelo fazendeiro Pedro Lopes era de uma aldeia onde havia alguns participantes da Revolta com os quais matinha relações de cordialidade, nos moldes das relações patrão-cliente<sup>30</sup>.

Gomes (2008) faz algumas especulações sobre o apoio dado por Pedro Lopes aos Tentehar/Guajajara. Pode ter sido que este fazendeiro tenha se aproveitado da ocasião para ocupar as terras destes indígenas, ou que tenha sido um dos principais instigadores do “Massacre de Alto Alegre”. Passados alguns anos, Pedro Lopes trouxe esses “índios” de volta a região, chegando a dar certa instrução

---

<sup>30</sup> As relações patrão-cliente, nos moldes definidos por Gomes (2008), são baseadas na desigualdade de poder entre patrões (fazendeiros) e clientes (indígenas), e na reciprocidade dos laços estabelecidos nessas relações.

para alguns meninos desse grupo. Dois desses garotos, diziam-se filhos naturais de Pedro, e adotaram mais tarde seu sobrenome. Tornaram-se conhecidos na região como pessoas inteligentes e articuladas que atuavam protegendo os interesses de suas aldeias contra os brasileiros (GOMES, 2008).

Um desses descendentes era Raimundo Lopes que se afastou de Grajaú para região do Gurupi fugindo dos bandos perseguidores de indígenas. Algumas décadas depois, seu neto, Arão Marizé, expôs para Almeida (2019) as consequências provocadas pelos tempos de Alto Alegre nas relações com os regionais.

Naquele evento, os Tentehar/Guajajara tiveram que colocar em prática as habilidades de planejamento e estratégias de guerrilha necessárias para saber o momento oportuno de lutar, fugir e lidar com as consequências futuras. Arão Marizé, interlocutor da pesquisa de Almeida (2019), expõe que:

mas uma outra coisa que eu queria te repassar aqui, talvez para finalizar. É que aqui, em Grajaú, quando aconteceu aquele conflito de Alto Alegre, aquela situação lá, ela teve um reflexo muito pesado aqui em Grajaú. Até muitos anos depois, ela continuou tendo essa perseguição contra os Guajajara, principalmente. Eu lembro que meu pai me contou uma história que o pai dele e ele, com a família, tiveram que sair de Grajaú e passaram seis meses ou foi um ano no Tocantins porque existia um grupo de brancos aqui na cidade de Grajaú que perseguia os “índios”. Aí, esse cidadão da Trizidela ali, o nome dele era Zeca Lopes. Por isso o sobrenome do meu pai é Lopes, por estratégia de sobrevivência, de defesa. Porque se ele tivesse continuado com o sobrenome Guajajara, possivelmente tanto o pai dele, Raimundo Lopes, quanto ele, poderia ter sido assassinado. Ainda reflexo da questão do Alto Alegre. Então, ele foi morar para lá, no Tocantins. Aí, quando o pessoal esqueceu um pouco mais essa situação, depois de um ano, ele voltou, mas já com nome Lopes acrescentado. E aí, esse Zeca Lopes era uma pessoa que tinha grandes fazendas aqui em Grajaú e tinha muita grana. Aí, ele praticamente adotou ele para poder fazer a defesa. Então, quem falava alguma coisa, ele dizia [o Zeca Lopes]: “Não mexe não, que esse povo aí é da minha família!” (ARÃO MARIZÉ, entrevista realizada em 04.06.2018 apud ALMEIDA, 2019: 44-45) (Grifos meus).

O “Tempo de Alto Alegre” representa para os Tentehar/Guajajara um período de aprendizado nas relações com os brancos. Estes últimos são considerados por eles como pouco confiáveis, opressores e causadores de conflitos internos e externos. O período de Alto Alegre marca memorialmente a história de parte do povo Tentehar/Guajajara entre os séculos XIX e XX. Demonstra os perigos que enfrentam cotidianamente ao estabelecer relações com os *karaiw*. No decorrer dos anos,

muitas aldeias Tentehar/Guajajara mantiveram pouco contato com os brancos, ficando quase isoladas da “sociedade nacional”.

Nas décadas seguintes, Gomes (2002) aponta que os Tentehar/Guajajara passaram a estabelecer algumas relações de troca definidas como patrono-cliente com fazendeiros, comerciantes e sertanejos. No entanto, o autor menciona que as relações entre patrão e cliente foram enfraquecidas devido ao início das atividades realizadas por funcionários ligados ao Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), mais tarde, chamado apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Em 1967, o SPI é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), período em que as terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara começaram a ser demarcadas e homologadas pelo Estado. Ao mesmo tempo, as relações entre patrão e cliente se tornaram mais fracas devido ao caráter mais autônomo que os Tentehar/Guajajara começam a ter em suas relações econômicas com os não indígenas (GOMES, 2002).

No Maranhão, especialmente entre os Tentehar/Guajajara, o período de atuação do SPI foi considerado como emblemático por Almeida (2019) pela relação de ambiguidade que o órgão manteve com os povos indígenas. Mesmo assumindo um discurso pautado na defesa dos interesses dos indígenas, o SPI estabeleceu relações próximas com autoridades locais, na maioria das vezes contra os Tentehar/Guajajara. Essas relações poder ser melhor destacadas na literatura acadêmica desenvolvida a partir dos anos 40, período em que começaram a ser desenvolvidas as primeiras monografias sobre os Tentehar/Guajajara.

### **3.1 Os Tentehar/Guajajara na literatura etnográfica contemporânea**

O primeiro estudo etnográfico realizado sobre os Tentehar/Guajajara resultou no livro *Os Índios Tenetehara: uma cultura em transição*, escrito pelos antropólogos Charles Wagley e Eduardo Galvão. Foi publicado no Brasil pelo Ministério da Educação (MEC), em 1955, a partir da tradução do original em inglês, de 1949. A pesquisa dos autores supracitados compreende aspectos relacionados a

organização social, cultura material, parentesco, xamanismo, mitologia, cosmologia e contato interétnico.

Ambos buscaram inspiração nos estudos norte-americanos baseados na teoria da aculturação, embora uma análise limitada a elementos claramente considerados aculturativos seja, como afirma Pacheco de Oliveira (2001), de pouco valor, sugerindo este autor que seria mais profícuo pensar em termos de assimilação nos moldes das discussões desenvolvidas por Cardoso de Oliveira e Egon Schaden.

Os Tentehar/Guajajara foram considerados por Wagley & Galvão (1961) como remanescentes dos numerosos povos tupi-guarani, distribuídos pelo litoral maranhense. Esses autores consideravam que esse povo seria assimilado pela sociedade envolvente, em mais ou menos uma geração, através de um processo de assimilação nacional que os transformaria em caboclos (WAGLEY & GALVÃO, 1961).

A monografia realizada por Wagley & Galvão (1961) influenciou, em grande medida, toda a literatura etnológica desenvolvida nos últimos 66 anos em relação aos Tentehar/Guajajara. Alguns autores, nas últimas décadas, fizeram previsões a respeito do inexorável desaparecimento desse povo.

Uma das primeiras exceções foi o pesquisador brasileiro Mércio Pereira Gomes que defendeu em 1977 a tese de doutoramento *The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão, Brazil*, na University of Florida. Este trabalho enfoca o modo de produção Tentehar/Guajajara, do qual a questão da terra é apenas um fator básico. O modo de produção é analisado como um elemento importante para a continuidade da existência da “etnia Tentehar/Guajajara”. A análise é realizada em termos históricos e estruturais. Gomes (1977) afirma que os Tentehar/Guajajara estão em contato com a civilização ocidental há 350 anos e que sofreram, mas sobreviveram ao impacto das doenças ocidentais, aos processos de perseguição, escravidão, servidão e domínio geral da sociedade brasileira em formação. Eles modificaram sua sociedade e cultura para sobreviver a esse impacto, mas nisso não se limitaram a ser recipientes passivos. Eles também reagiram e, no processo, contribuíram para moldar o tipo de relação de contato que mantêm com a sociedade brasileira. Essa relação de contato se deu pela necessidade mútua de brasileiros e Tentehar/Guajajara obterem bens um do outro. Nesse processo,

modificaram seu modo de produção e, por consequência, sua sociedade e cultura em geral, para atender às demandas do mercado por seus produtos. No entanto, os Tentehar/Guajajara continuaram, com algumas exceções, a produzir para o consumo interno, mantendo assim a base econômica sobre os seus resquícios de autonomia étnica. O processo de aculturação deu-se quando as condições para a continuação da produção voltada ao consumo interno foram suplantadas pelas condições da produção destinada ao comércio e pelo rápido aumento da população brasileira na área (GOMES, 1977). Porém, o constante contato com a “sociedade brasileira envolvente”, seja pelas relações de trocas comerciais ou pela presença de não indígenas em suas terras, não impediu a “sobrevivência étnica” dos Tentehar/Guajajara, pois como coloca Gomes (1977):

The tenetehara have survived, and indeed have increased their populations since aboriginal times, because they have been able to maintain a distinct mode of production apart from that of the Brazilian society. The future of the tenetehara lies in continuing this strategy, a possibility which poses new problems in view of the recent developments of the rural Maranhão society (GOMES, 1977: XII-XIII)<sup>31</sup>.

Outros autores foram mais pessimistas em seus trabalhos como, por exemplo, Orlando Costa (1994: 18 apud DINIZ, 1994), que prefaciou a monografia de Edson Diniz apontando o lento processo de diluição dos Tentehar/Guajajara no “mar” da integração nacional. Foi enfático ao dizer que embora não tenham desaparecido nos trinta anos seguidos após a publicação do livro escrito por Wagley e Galvão (1961), fatalmente isso aconteceria nos próximos trinta. Orlando Costa (1994 apud DINIZ, 1994) faz um diagnóstico que:

[...] anuncia a morte de um povo. Passados mais trinta anos, como os que foram consumidos entre a pesquisa de Wagley/Galvão e a de Edson Soares Diniz, se outro antropólogo se propuser a investigar o que aconteceu, no mesmo ambiente, com essa gente verdadeira, talvez encontre apenas algumas provas da sua existência, pois seus homens terão desaparecido, tragados pelo tempo ou absorvidos pela multidão dos civilizados (COSTA, 1994: 18).

Em seguida, o texto de Diniz (1994 apud DINIZ, 1994) apresenta uma pesquisa baseada em aspectos levantados por Wagley & Galvão (1961), e outros

---

<sup>31</sup> Os Tenetehara sobreviveram e, de fato, aumentaram sua população desde os tempos indígenas, porque puderam manter um modo de produção distinto daquele da sociedade brasileira. O futuro dos tenetehara está na continuidade dessa estratégia, possibilidade que traz novos problemas diante dos desenvolvimentos recentes da sociedade rural maranhense (tradução minha).



observados diretamente por ele próprio através de trabalho de campo. Este autor observa que os Tentehar/Guajajara costumam desenvolver em suas relações interétnicas certa “flexibilidade cultural” ou, melhor dizendo, plasticidade suficiente para filtrar elementos culturais alienígenas, adaptando-os em termos nativos. Porém, os efeitos do contato interétnico com os brancos têm levado a um processo contínuo de integração nacional sem, no entanto, perderem seu “perfil étnico-cultural” (DINIZ, 1994).

Passados alguns anos da publicação de Diniz (1994), no livro *O filho de Ma'ira*, Carlo Ubbiali (1997) usa o método biográfico para compreender aspectos sobre a história, mitologia e estrutura social dos Tentehar/Guajajara situados na TI Rio Pindaré, abordando a trajetória de Cipriano Viana Guajajara, um dos mais prestigiosos líderes “guajajara” atualmente vivos.

O enfoque do trabalho de Ubbiali (1997) recai sobre um processo dinâmico e próprio da cultura “guajajara”, que os protege da assimilação nacional, tornando-os capazes de adaptar seu modo de ser as mudanças históricas causadas pelo contato com os brancos. O avanço da aculturação progressiva é, na verdade, efeito de um “dinamismo cultural” admirável que dá sinais muito intensos de vitalidade e força cultural.

Os Tentehar/Guajajara, como diversos outros povos da família linguística tupi-guarani, conseguem passar por diferentes formas de flexibilização de sua própria cultura, adaptando-se as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas da “macrossociedade envolvente” (UBBIALI, 1997).

Já no início dos anos 2000, o livro *O índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*, de autoria do antropólogo Mércio Pereira Gomes, foi considerado por Melatti (2003: 266) “uma excelente obra de consulta” de informações relacionadas a indicações bibliográficas e documentais fornecidas por agentes indigenistas que atuaram em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara em diferentes períodos históricos.

Gomes (2002) realizou seu trabalho de campo em duas etapas. A primeira é resultado de sua tese de doutoramento, enquanto a segunda foi feita a partir de novas experiências vivenciadas em aldeias já conhecidas ou ainda não visitadas

após a conclusão do curso de doutorado. O texto apresenta experiências concretizadas durante dezesseis meses de trabalho de campo realizado.

Gomes (2002) aponta que os Tentehar/Guajajara construíram parte de sua história em constante busca de liberdade e autonomia, destacando aspectos históricos relacionados ao contato interétnico com brancos e outros povos indígenas. A perspectiva diacrônica é usada para reconstituir em termos comparativos a história antropológica da cultura e sociedade tentehar/guajajara utilizando informações da literatura acadêmica já conhecida e relatos de anciões indígenas que tem o conhecimento sobre o passado cultural do seu povo, relatando mitos, eventos, histórias e casos. Também são reunidos depoimentos orais de diversos brasileiros como camponeses, comerciantes, ex-agentes indigenistas, fazendeiros, missionários religiosos e indígenas de outros povos, como fonte empírica de informações.

Também em 2002, Elizabeth Maria Beserra Coelho escreveu o livro *Territórios em confronto: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão*, resultado do trabalho de seu doutoramento nos anos 1999 na Universidade Federal do Ceará (UFC). O escopo mais amplo do livro analisa as relações dos povos indígenas junto ao Estado Brasileiro, tomando como referência uma situação de disputa pela posse da terra ocorrida no período de 1977 a 1997 entre parte dos Tentehar/Guajajara e pequenos lavradores, no interior do Maranhão.

O interesse da pesquisadora por esse objeto empírico decorre de um projeto de mapeamento e identificação de situações de disputa por terras envolvendo “índios” e não “índios”, no Maranhão, entre os anos de 1993 e 1994, sob uma perspectiva inicialmente inspirada na noção de “situação colonial”, de Balandier (1993). O trabalho de campo revelou a necessidade de relativizar a relação domínio *versus* sujeição baseada na noção de “situação colonial”, deslocando o eixo da pesquisa para os elementos mais internos e dinâmicos em detrimento dos estruturais.

O caso selecionado é considerado por Coelho (2002) como um processo político marcado por conflitos que revelam a plurinacionalidade do Estado Brasileiro. De um lado, envolve os Tentehar/Guajajara e, de outro, os habitantes dos povoados de São Pedro dos Cacetes, Alto Alegre e Centro do Meio, que viviam em uma área

destinada para demarcação da TI Cana Brava/Guajajara, localizada entre as cidades limítrofes de Barra do Corda, Grajaú e Jenipapo do Vieiras, na microrregião dos vales do Alto Mearim e Grajaú.

Esse processo é analisado por Coelho (2002) visando a compreensão do conflito como parte fundamental da interação, algo que remete as colocações sociológicas propostas por Simmel (1995) que considera o conflito um fator que influencia a formação de associações e organizações no interior da coletividade, o que também faz aflorar nela contradições e tensões.

Os confrontos são marcados por conflitos de reconhecimento pela posse da terra, demarcando fronteiras plurinacionalizadas. De um lado, a legislação brasileira atua de forma ambígua reconhecendo ou desconhecendo a existência de nações específicas no interior do território nacional, e de outro, os Tentehar/Guajajara expressam conflitos de identidade perante a percepção que tem de si próprios ora se assumindo como cidadãos brasileiros ora contrapondo-se com os brasileiros e delimitando fronteiras étnicas/nacionais.

Os Tentehar/Guajajara defenderam de maneira intensa a área de demarcação da TI Canabrava/Guajajara incrustada dentro dos limites dos povoados. Apesar de todos os recursos possíveis usados pelos moradores, sobretudo de São Pedro dos Cacetes, para sua permanência na região, os indígenas exigiram a retirada de todos os “invasores” demarcando suas fronteiras em relação aos brancos.

Frente às pressões empreendidas pelos brancos contra os Tentehar/Guajajara a análise de Coelho (2002) conclui que:

A correlação de forças que se estabeleceu ao longo do contato entre guajajara e brasileiros forçou os guajajara a acatarem as regras impostas pelo estado nacional e restaram-lhes duas alternativas: ou a diluição da nação guajajara no seio da nação brasileira ou o confinamento em terras definidas pelo Estado brasileiro. Os guajajara têm construído sua história enveredando pela segunda opção. E, ao longo do tempo, fizeram-se respeitar como um povo específico e decidido a lutar por sua identidade. A luta pela garantia do território tem sido uma das principais formas de transformar as fronteiras territoriais em fronteiras nacionais (COELHO, 2002, p. 332) (Grifos meus).

Destaca-se no trabalho de Coelho (2002) a referência que esta autora faz aos conflitos gerados pelos brancos em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara. O avanço das frentes de expansão sejam elas direcionadas ao desenvolvimento econômico de atividades voltadas à produção pastoril, extrativista ou agrícola, causa confrontos e tensões nas relações interétnicas entre povos indígenas e brasileiros.

As frentes de expansão da “sociedade envolvente” provocaram muitos deslocamentos de populações indígenas no meio rural maranhense. Originalmente, como coloca Gomes (2002), os Tentehar/Guajajara viviam no Vale do Pindaré, mas o avanço das frentes de expansão sobre a região pressionou seus deslocamentos para as partes mais altas dos rios Mearim e Grajaú. Coelho (2002) ao mencionar o trabalho de Correia de Andrade (1973) aponta que o movimento de expansão agrícola penetrou, primeiramente, o Vale do Itapecurú através das cidades piauienses de Floriano e Teresina, dirigindo-se depois para os rios Grajaú, Mearim e Pindaré.

Para Gomes (2002) os brasileiros provenientes dessas frentes que se estabeleceram próximos aos Tentehar/Guajajara tiveram o desejo de se apoderar das terras ocupadas por eles, constituídas de florestas e matas de transição. No Maranhão, a maior ameaça à integridade das terras dos Tentehar/Guajajara foi o avanço do desenvolvimento econômico na região Sul do Estado. Há cerca de 20 anos, Gomes (2002) especulou que o avanço do desenvolvimento no meio rural maranhense geraria problemas graves como o aumento da densidade demográfica e concentração fundiária, resultado da inserção de novos atores que influenciariam o Estado brasileiro a diminuir sua responsabilidade perante os povos indígenas situados no interior.

As descrições feitas por Gomes (2002) viriam a se concretizar progressivamente no decorrer dos anos. Nas últimas décadas, o Maranhão tem sido palco do avanço de uma frente expansionista de grandes projetos voltados a mineração e ao agronegócio, que teve origem na década de 1970, e atualmente se espalha por terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara nas regiões Central e Sul do Estado.

As terras indígenas ocupadas por eles vêm sendo afetadas de forma predatória por “grandes projetos” voltados a implantação de eixos rodoviários e

ferroviários, vinculados ao Programa Grande Carajás (PGC) (COELHO, 1986; 1987; 2014), e atividades voltadas a produção de commodities agrícolas nas regiões Central e Sul (SERRA, 2018; 2019).

As transformações econômicas ligadas ao agronegócio e mineração vêm sendo avaliadas a partir de diferentes perspectivas por pesquisadores, analistas e técnicos. Procurei mapear em bases bibliográficas trabalhos desenvolvidos por pesquisadores interessados em compreender as transformações econômicas que vêm ocorrendo em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara.

No próximo item, realizo uma análise dos saberes construídos na “academia” com base nos posicionamentos assumidos pelos autores nos trabalhos, visando identificar os discursos atribuídos aos “grandes projetos” em campos de produção de saberes hegemônicos.

## 4. A POLIFONIA DOS “GRANDES PROJETOS”

A partir de uma trajetória possível iniciada no campo acadêmico, pude identificar diferentes percepções sobre os “grandes projetos” que motivaram minha busca por versões discursivas construídas pelos Tentehar/Guajajara. Organizei as diferentes vozes basicamente pelos discursos daqueles com quem mantive interlocução direta ou indireta, considerando experiências vividas e dados coletados em campo em diferentes momentos não contínuos. Apresento a seguir a perspectiva dos pesquisadores, dos técnicos e dos Tentehar/Guajajara.

### 4.1 O que dizem pesquisadores sobre “grandes projetos”?

Em 2021, realizei um mapeamento sistemático da literatura científica sobre o tema dos “grandes projetos” situados em áreas ocupadas por povos indígenas, principalmente em relação aos Tentehar/Guajajara. Pesquisei nas bases de dados Google Scholar, Scielo, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, trabalhos (artigos, dissertações, teses, capítulos de livro e livros) a partir das palavras-chave: Tenetehara/Guajajara<sup>32</sup>, discursos e grandes projetos.

Nas bases de dados Portal de Periódicos CAPES e Scielo não são mencionadas pesquisas sobre esse tema. Na BDTD, foram identificadas 6 dissertações e 3 teses desenvolvidas entre os anos de 2007 e 2021, especialmente nas áreas de educação, antropologia social e linguística. Na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, no período entre 2002 e 2021, identifiquei 6 trabalhos (teses, artigos e dissertações) vinculados à área de linguística envolvendo o estudo da língua tentehar, mas, em nenhum destes mapeamentos foi possível encontrar pesquisas que abordam elementos pertinentes aos “grandes projetos”.

No Google Scholar, diferentemente, pude encontrar 374 trabalhos, dos quais selecionei 29 pesquisas acerca dos Tentehar/Guajajara desenvolvidas entre 1986 e 2021. Os estudos têm abordado temáticas como relações interétnicas,

---

<sup>32</sup> Usei a grafia Tenetehara para realizar o mapeamento por ser utilizada com mais frequência na literatura etnológica em relação ao etnônimo Tentehar. Ainda são poucos os trabalhos acadêmicos que adotam a grafia Tentehar.

territorialidades, educação indígena, movimentos sociais, gênero e escolarização, cosmologia, violência e direitos humanos, saúde, mineração, agronegócio e língua tentehar/guajajara. Do total, 06 deles mencionam os posicionamentos dos pesquisadores sobre o que consideram “grandes projetos”. Destaco-os a seguir.

O antropólogo Varga (2008), por exemplo, discute os impactos socioambientais causados pelas frentes expansionistas de grandes projetos de desenvolvimento na região conhecida como Amazônia maranhense. Sua pesquisa usa fontes documentais, bibliográficas e de campo para demonstrar como os Tentehar/Guajajara, situados na TI Arariboia, vem tendo sua qualidade de vida prejudicada pelos impactos causados pelo convívio com a “sociedade envolvente” e o avanço de suas frentes de expansão a partir dos anos 1970.

O avanço das frentes de expansão naquela época justificou a criação de diversos Postos Indígenas (PIN), entre os quais dois<sup>33</sup> deles na região onde atualmente está localizada a TI Araribóia, buscando proteger as terras demarcadas para os Tentehar/Guajajara no interior do Maranhão da penetração de imigrantes provenientes de diversos extratos regionais nordestinos, “que vinham sendo atraídos pelos “grandes projetos de desenvolvimento” (VARGA, 2008: 94).

No bojo dessas frentes expansionistas de “projetos de desenvolvimento”, são destacados por Varga (2008) a implantação de empreendimentos madeireiros e agropecuários que vêm reduzindo drasticamente o bioma nativo, constituído pela floresta tropical densa (equatorial) amazônica.

Os “projetos de desenvolvimento” analisados por Varga (2008: 87) na região em que está localizada a TI Araribóia ocasionaram o desalojamento de muitos lavradores (sem títulos de terras) que foram espoliados das terras que tradicionalmente ocupavam, e tiveram que invadir as florestas e as terras demarcadas para os Tentehar/Guajajara, menos protegidas em relação aos latifúndios.

A ausência de responsabilidade do Estado perante as terras demarcadas para os Tentehar/Guajajara e outros povos indígenas no interior maranhense, foi influenciada por um programa desenvolvimentista criado no regime militar que

---

<sup>33</sup> Varga (2008) aponta que a criação dos PIN Angico Torto (à margem do rio Zutuia) e Canudal (à margem do rio Buriticupu), em 1973, faz parte do que hoje é a TI Araribóia.

visava ocupar áreas chamadas de “vazios demográficos”, consideradas pouco habitadas, entre as quais estavam incluídas as terras indígenas. Esse programa de desenvolvimento deu início à construção de uma série de estradas no Brasil, principalmente no Maranhão, em áreas densamente ocupadas por povos indígenas. Como coloca Varga (2008):

Impelida, sucessivamente, pelas construções das rodovias BR 010 e 222, pelo crescimento de Açailândia e Imperatriz, pelo Projeto de Colonização Agrícola de Buriticupu, e pela construção da Estrada de Ferro (EF) Carajás, a frente madeireira promoveu, a partir da década de 1970, uma rápida devastação da floresta amazônica em sua então fronteira oriental: o oeste e sudoeste do Maranhão. Os impactos sociais e ambientais destes projetos na região foram imensos: dos grandes contingentes de trabalhadores rurais por eles desalojados proveio, segundo pesquisas realizadas pela então Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) – que, em 1991, seria incorporada à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) – a maioria dos garimpeiros (e profissionais do sexo, como indica pesquisas posteriores) mobilizados, em meados dos anos 1980, por toda a Amazônia, devastando e invadindo Terras Indígenas, na esteira da frente garimpeira (VARGA, 2008: 94).

Acompanhando esse processo, entre 1990 e 1995, aproximadamente 30 madeireiras foram instaladas em Amarante, cidade do Maranhão, interessadas na exploração de madeira oriunda do interior da TI Araribóia. Somado a isto, os pecuaristas controlam de forma hegemônica os aparelhos estatais nas esferas administrativas local e regional. Isso favorece a profissionalização da violência na região Central maranhense, por meio do recrutamento de jagunços, ou seja, grupos armados colocados à disposição de grandes fazendeiros, donos do poder local/municipal, interessados no sucesso dos “projetos de desenvolvimento regional de um “coronel” maior (ou de um “major”), estadual – conivente, por sua vez, com o projeto nacional hegemônico” (VARGA, 2008: 99).

O geógrafo Malheiro (2019: 3) analisou “os grandes projetos de mineração” tomando como eixo investigativo a diversidade territorial do corredor Carajás-Itaqui, buscando pluralizar os sentidos atribuídos a um espaço pensado unicamente a partir da lógica “financeirizada” da produção de *commodities*. O autor analisa o que chama de diferentes “vozes” baseadas em “múltiplas geografias” que pluralizam os repertórios geográficos da região situada ao longo do eixo ferroviário da EFC, vinculada ao PGC, no Maranhão. Demonstra que os “caminhos de ferro” na Amazônia maranhense também podem ser pensados através de outras ontologias



construídas por pescadores, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e povos indígenas como os Awá/Guajá<sup>34</sup> e os Tentehar/Guajajara.

Pude observar no trabalho de Malheiro (2019) as consequências negativas causadas ao meio ambiente por grandes projetos de mineração a partir do discurso proferido por Bruno Caragiu Guajajara, cacique da aldeia Januária, situada TI Rio Pindaré, sobre a atuação da empresa mineradora Vale S.A. No depoimento de Bruno ele relata: “uma coisa que eu deixei bem clara para a Vale é que eu não ia deixar eles matarem o rio Pindaré igual eles mataram o rio Doce (...) uma perda pra nós do Rio Pindaré seria quase que uma morte “pra” gente” (MALHEIROS, 2019: 4-5).

Diferentemente da visão de mundo ocidental que vê a natureza como uma fonte de recursos naturais usados na produção de matéria-prima, na cosmologia dos Tentehar/Guajajara natureza significa uma teia formada de espíritos chamados de Karowara com os quais se relacionam na vida cotidiana, seja na convivência com a floresta ou nos caminhos dos rios. Os Karowara são seres sobrenaturais conscientes do que são e protegem, isto é, a própria natureza. Assim, na interpretação dos “índios”, ações irresponsáveis ou hostis contra esses habitats podem ocasionar consequências graves na forma de doenças, pragas ou mortes (MALHEIRO, 2019: 4-5).

Almeida (2019), em tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, desenvolve a noção de “sagacidade” partindo de categorias nativas<sup>35</sup> para analisar as estratégias construídas pelos Tentehar/Guajajara em suas estratégias de relacionamento interétnico com brasileiros e outros povos indígenas. No capítulo intitulado “Os brancos não sabem!”, este autor compreende como a implantação de “grandes projetos econômicos” (ALMEIDA, 2019: 142) de mineração vinculados ao PGC modificou as relações sociais de troca entre os Tentehar/Guajajara por meio de um processo de ajuste a instituições capitalistas.

---

<sup>34</sup> Os Awá/Guajá, classificados na família linguística tupi-guarani, habitam terras localizadas no Maranhão e no Estado do Pará. Cf. Coelho (2013).

<sup>35</sup> Almeida (2019) faz uso das categorias nativas *irairakatu* (“bom de fazer coisas”, “talentoso”, “disposto”, “habilidoso”) e *ukwawkatu* (“aquele que sabe; que é sabido ou sábio”, ou ainda “aquele que acumulou conhecimento”).

Almeida (2019: 148) analisa alguns discursos relatados pelos Tentehar/Guajajara que vivenciaram “os tempos da CVRD”, período no qual ocorreram alterações nos processos nativos de reciprocidade e distribuição causados pela injeção massiva de recursos financeiros nunca vistos pelos Tentehar/Guajajara, colocando-os num estado crítico de disputa interna por dinheiro, bens e serviços proporcionados pelos “grandes projetos econômicos” (ALMEIDA, 2019: 148).

Esses recursos eram fomentados através do funcionamento do programa que recebeu o título de “Projeto Ferro Carajás – Apoio às comunidades indígenas”, entre os anos de 1982 e 1986. Foi resultado de denúncias enviadas ao Banco Mundial, principal financiador do PGC, sobre os impactos negativos causados aos povos indígenas situados na área de influência do eixo ferroviário da EFC. Frente a esse problema o Banco Mundial exigiu medidas mitigadoras. A FUNAI, órgão tutelar legal dos indígenas, foi encarregada pela administração e distribuição do dinheiro destinado aos povos indígenas.

Os interlocutores da pesquisa realizada por Almeida (2019) relataram que o programa de apoio do PGC causou o que diversos moradores das terras indígenas chamam de “desunião” dos Tentehar. Uma delas, Maria Santana, importante liderança da aldeia Lagoa Quieta, diz em entrevista a Almeida (2019: 148) que “a doença do índio começou desde o projeto Carajás. Foram juntando os índios e depois foi separando. A área Araribóia está muito dividida. A desunião começou com o projeto Carajás”.

Maria Santana expressa os problemas ocasionados à organização social dos Tentehar/Guajajara através da instalação do PGC. Em outro discurso, Arão Marizê, interlocutor da TI Bacurizinho, expõe para Almeida (2019) que os chefes de famílias extensas das TI Bacurizinho e Morro Branco eram unidos. Após a instalação do PGC ocorreram “situações internas” de disputa pelos recursos financeiros, o que levou a falta de articulação em torno de um “projeto” bem mais relevante na época envolvendo a demarcação de novas terras indígenas. Observa-se que a união entre os antigos caciques foi colocada em questão quando houve a instalação de “grandes projetos econômicos” (ALMEIDA, 2019: 148) próximos das terras indígenas lideradas por eles, levando a um processo de desentendimento generalizado.

A concorrência pelos recursos financeiros multiplicou o número de caciques e a criação de novas aldeias, em grande parte, formadas por famílias nucleares desprovidas de redes mais extensas. O autor conclui que o volume de dinheiro advindo da CVRD desestruturou as relações econômicas nativas baseadas numa economia simbólica de pessoas, redes de parentesco e na família extensa. Isso causou uma ruptura nas relações de troca através da banalização do papel da chefia tentehar/guajajara, tratando indiscriminadamente os papéis exercidos pelos caciques e chefes de famílias extensas. Posteriormente, o fim dos recursos destinados aos Tentehar/Guajajara por meio de medidas mitigadoras do PGC, fez os Tentehar/Guajajara se direcionarem para outros projetos envolvendo ONG, saúde e educação indígena, usando a experiência vivida nos “tempos da CVRD” para captação de novas fontes de recursos (ALMEIDA, 2019).

Martins (2019), em dissertação de mestrado também defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, apresenta uma relação que os Tentehar/Guajajara situados em algumas aldeias na TI Araribóia constroem em relação à alteridade e sua imbricação com a territorialidade. A territorialidade tentehar, segundo a autora, vem sendo formatada a partir do confronto com outras formas diferentes de territorialidades (não indígenas), “agenciadas por diversos segmentos da “sociedade nacional” brasileira, e pelas relações que estabelecem com outros povos indígenas com os quais convivem” (MARTINS, 2019: 05).

A autora descreve que durante os anos de compensação da CVRD, os “projetos” desenvolvidos melhoraram a infraestrutura das aldeias por meio da instalação de enfermarias, veículos para transporte, máquinas agrícolas e roças coletivas mais extensas. Foram quatro anos de funcionamento do Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas (PACI) e aproximadamente treze milhões de reais destinados a compensação dos efeitos negativos causadas pela implantação da EFC na área de influência de terras ocupadas por povos indígenas no Maranhão. Após o fim dos recursos, os Tentehar/Guajajara tiveram problemas para fazer a manutenção das roças coletivas, serviços de saúde e dos veículos nas aldeias. Passaram então a desenvolver estratégias construídas juntamente com os indígenas do povo Gavião Pykobjê visando reunir novos recursos financeiros através da venda de madeira para não indígenas. O lucro proveniente da venda da madeira seria

destinado ao fomento de um projeto chamado pelos Tentehar/Guajajara de “projeto dos índios”. Consiste em uma fonte secundária de dinheiro obtida para dar prosseguimento aos projetos inacabados que foram iniciados durante “os tempos da CVRD” como a manutenção da infraestrutura adquirida e a construção de novas escolas previstas no PACI (MARTINS, 2019: 05).

O “projeto dos índios” possibilitou, de acordo com Martins (2019), o início da comercialização madeireira na região. A madeira foi extraída através das derrubadas realizadas nas roças. Ressalvo que, ao invés de destinar o dinheiro obtido na venda de madeira para o “projeto dos índios”, os donos das roças acabavam ficando com os lucros para si próprios.

Antes da instalação dos projetos de compensação, a acumulação de bens ocorria de maneira mais lenta e em menor proporção em relação às atividades estritamente comerciais, nas quais os Tentehar/Guajajara estiveram envolvidos. O incremento de recursos financeiros provenientes do projeto de mitigação dos impactos gerou um problema direto nas formas de organização social dos Tentehar/Guajajara, os influenciando a capitanearem mais dinheiro para criação de outras aldeias através do aumento de novas chefias familiares (MARTINS, 2019).

Em outro trabalho, publicado na Revista Brasileira de Sociologia (SBS), Barbosa e Mesquita (2017: 63) fazem uma análise dos processos históricos, sociais e políticos vividos por povos indígenas na Amazônia maranhense no contexto do surgimento de movimentos sociais indígenas, articulados politicamente, contra os “grandes projetos” de exploração de recursos naturais.

Entre os povos indígenas envolvidos nesse processo Barbosa e Mesquita (2017) mencionam os Tentehar/Guajajara, Krikati, Gavião Pykobjê, Ramkokamekrá-Canela, Apaniekrá, Awá-Guajá e Ka’apor. São tomados como protagonistas de suas próprias lutas, no bojo da expansão de “projetos desenvolvimentistas” voltados ao agronegócio e a instalação do PGC, cujas consequências têm levado a desestruturação, repressão e supressão de suas terras. Os Tentehar/Guajajara, juntamente com outros povos indígenas, vêm construindo estratégias coletivas visando usá-las nos “embates étnicos” cotidianos.

Os autores supracitados compreendem que há uma clara política de cercamentos, venda de terras públicas, expulsões de camponeses e ameaças as

“populações indígenas”. Os “grandes projetos” que foram inseridos em TI localizadas na Amazônia maranhense caracterizam-se pela implantação de eixos rodoviários, avanço do agronegócio e aumento demográfico dos municípios vizinhos (BARBOSA & MESQUITA, 2019: 79-80).

Nesse cenário e sem muitas alternativas, as “nações indígenas” articularam, em 2003, na cidade de Santa Inês, MA, a primeira Assembléia dos Povos Indígenas do Maranhão reunindo mais de 60 lideranças. Para Barbosa e Mesquita (2017) essa entidade tinha como objetivo principal:

Defender o que sobrou dos territórios indígenas e, de forma articulada com ampla rede de apoio institucional e não governamental, reivindicar educação, saúde e programas de autossustentação para as aldeias, respeitando a autonomia e especificidade de cada povo. Entretanto, isso não impediu a permanência de conflitos típicos de regiões de fronteira, onde a luta pela terra é marcada por massacres e perseguições (BARBOSA & MESQUITA, 2017: 80).

Apesar de um cenário nefasto, os povos indígenas no Maranhão vêm desenvolvendo estratégias de organização pautadas no associativismo indígena para reivindicar direitos fundamentais envolvendo educação, saúde, segurança, entre outros, sob a mediação de suas próprias organizações (BARBOSA & MESQUITA, 2017).

No âmbito nacional, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, o protagonismo indígena se apresentou como necessidade aos povos indígenas para sobreviver ao avanço do capital sobre seus territórios. Ao invés de permanecerem dependentes de órgãos tutelares para terem seus direitos reconhecidos pelo Estado, esses agentes têm mobilizado estratégias políticas próprias e articuladas. Diferentes movimentos indígenas se fortaleceram, até mesmo contrariando a política indigenista oficial. Frente a essas iniciativas, diversas organizações foram se consolidando nas últimas décadas em nível local, regional e nacional como: CGTT (Conselho Geral da Tribo Tikuna); UNI - Acre (União das Nações Indígenas do Acre); FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro); CIR (Conselho Indígena de Roraima); APOINME (Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo); COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), dentre outras (BARBOSA & MESQUITA, 2017).

O mapeamento da literatura acadêmica em bases bibliográficas, portanto, permite afirmar que as pesquisas a respeito da temática que envolve os “grandes projetos” em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara, vêm sendo desenvolvidas especialmente nas áreas de Antropologia, Geografia e Sociologia. As bases bibliográficas pesquisadas, apesar de mostrar um vasto acervo de material de consulta, revelam poucos trabalhos referentes ao povo Tentehar/Guajajara nos quais se podem analisar os discursos produzidos pelos pesquisadores em relação aos “grandes projetos”.

Os trabalhos mapeados revelam que alguns pesquisadores associam “grandes projetos” ao desenvolvimento econômico de empreendimentos agroindustriais, madeireiros, rodoviários e minerários próximos as terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara, no Maranhão. De um lado, o enfoque dos autores se divide em apontar os impactos socioambientais causados por esses projetos às terras indígenas, afetando diretamente na qualidade de vida dos Tentehar/Guajajara e, por outro, dão ênfase às consequências negativas geradas nas formas nativas de organização social/simbólicas.

Assim, os trabalhos que vêm sendo produzidos sobre os “grandes projetos” em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara, permitem compreender alguns discursos produzidos no campo acadêmico, considerando os posicionamentos assumidos pelos pesquisadores.

Para além dos discursos produzidos por pesquisadores, outros agentes situados fora do campo acadêmico também vêm produzindo diferentes pontos de vista. Nos últimos anos, tenho observado que técnicos ligados a agências governamentais produzem diferentes acepções sobre os “grandes projetos” a partir dos projetos que desenvolvem junto aos Tentehar/Guajajara na TI Araribóia. Na seção seguinte, farei uma reflexão inspirada nos discursos produzidos por eles através de experiências de pesquisa realizadas diretamente em agências governamentais localizadas na cidade de São Luís, MA.

#### **4.2 O que dizem agentes governamentais acerca de “grandes projetos”?**

No ano de 2018, realizei observações diretas, entrevistas semiabertas e coletei relatórios junto a funcionários públicos ligados a agências governamentais

localizadas na cidade de São Luís, MA, que direta ou indiretamente desenvolvem “grandes projetos” de etnodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável na TI Araribóia ocupada pelos povos indígenas Tentehar/Guajajara e Awá-Guajá. Esses projetos visam à mitigação dos impactos causados pelas transformações econômicas provocadas por atividades voltadas a mineração, extrativismo e agronegócio.

O trabalho de campo foi realizado, especialmente, na Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (Agerp-MA), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-MA) e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF-MA).

A AGERP participou, em meados de 2017, da elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Araribóia <sup>36</sup> (CCOCALITIA, 2017) como parte do cumprimento de um contrato<sup>37</sup> firmado entre o Centro Maranhense de Estudos Socio-Ambiental e Assessoria Rural (CEMEAAR) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Tive acesso ao Plano através de Marluze Pastor, engenheira agrônoma responsável pela coordenação do setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da AGERP (MA), que me falou sobre suas experiências vivenciadas junto aos Tentehar/Guajajara, na TI Araribóia, durante sua participação como pesquisadora na elaboração do PGTA.

A TI Araribóia está situada na mesorregião oeste e central do Maranhão entre os municípios de Amarante do Maranhão, Buriticupu, Arame, Santa Luzia, Grajaú e Bom Jesus das Selvas. Parte do território é formado por 97, 56% do bioma amazônico e 2,44% de cerrado, totalizando 413.288,0472 hectares. Naquela época, existiam no interior da TI Araribóia 148 aldeias, situadas nas regiões denominadas pelos Tentehar/Guajajara como Angico Torto, Araribóia, Bom Jesus, Canudal, Lagoa Comprida e Zutiua (CCOCALITIA, 2017).

O PGTA foi desenvolvido junto aos Tentehar/Guajajara buscando identificar as preocupações dos indígenas referentes aos problemas causados pela presença

---

<sup>36</sup> O PGTA é uma ferramenta para gestão de políticas públicas que parte da estratégia de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) em desenvolvimento pela FUNAI.

<sup>37</sup> O PGTA da Terra Indígena Araribóia, faz parte do cumprimento do Contrato BRA/13/019 – Implementação de Política Nacional De Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, Projeto Auto- Empoderamento Coletivo na TI Araribóia.

de agentes vinculados aos grandes projetos direcionados ao agronegócio e extrativismo em suas terras. Ao mesmo tempo, também visa fornecer informações sobre o conhecimento que os Tentehar/Guajajara têm de sua própria terra e da biodiversidade presente nela.

Marluze afirmou que a implantação de grandes projetos na região central do Estado onde está localizada a TI Araribóia têm causado diversos problemas aos Tentehar/Guajajara relacionados a pecuária semi extensiva, agronegócio e exploração ilegal de madeira, cujas consequências geram impactos nas formas tradicionais de obtenção de alimentos. Fatores como o aumento de áreas degradadas, perdas de sementes agrícolas e florestais e falta de renda, coloca os Tentehar/Guajajara em situação de insegurança alimentar.

No PGTA da TI Araribóia consta que os chamados grandes projetos de exploração mineral têm sido responsáveis por inúmeros conflitos internos nas aldeias ocupadas pelos Tentehar/Guajajara, especialmente em relação ao aumento do número de aldeias ou das invasões para extração clandestina de madeira (CCOCALITIA, 2017).

O principal “grande projeto” vinculado a mineração é o PFC, pois a EFC usada para transportar minérios extraídos na Serra dos Carajás, no Pará, até o Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, em São Luís, foi construída nos limites de diversas terras indígenas, especialmente daquelas ocupadas pelos Tentehar/Guajajara (CCOCALITIA, 2017).

Já no interior da TI Araribóia, a implantação de carvoarias tem sido um dos principais agentes causadores de queimadas e desmatamento. Quase sempre, as carvoarias são construídas no interior da TI ou em locais próximos, buscando extrair ilegalmente vários tipos de madeira que são usados para produzir carvão vegetal destinados ao abastecimento das usinas siderúrgicas de Açailândia, MA. Somado a isso, alguns Tentehar/Guajajara vêm atuando no comércio de madeira desde os anos 1984, segundo estimativa feita pela CCOCALITIA (2017).

A presença de madeireiros também tem sido um problema constante no interior da TI Araribóia. Geralmente, as pessoas que atuam na exploração ilegal de madeira são tratoristas, motoristas, serralheiros, catraqueiros ou cozinheiros que moram dentro da terra indígena. Muitos deles são fugitivos da justiça por cometerem



crimes de assassinato ou assalto. O processamento da madeira envolve várias etapas executadas por “desmatadores”, operadores de caminhão, madeireiros e serrarias. A invasão é iniciada a partir da entrada de “desmatadores” pessoas responsáveis por selecionar, brocar e derrubar às árvores. Na sequência, o transporte dos troncos é feito por operadores de caminhão, que os conduzem para ser beneficiados nas serrarias. São privilegiadas na extração ilegal madeiras nobres como ipê (*Tabebuia spp.*), aroeira (*Litharae brasiliensis L.*), cumaru (*Dipteryx odorata*), jatobá (*Hymenaea courbaril L.*), sapucaia (*Lecythis spp.*), maracatiara (*Astronium lecointei*), amarelão (*Plathymenia reticulata spp.*) e cedro (*Cedrela fissilis*) (CCOCALITIA, 2017).

A exploração de madeira, causada por ações antrópicas, altera a composição nativa dos ecossistemas naturais. A floresta se torna mais aberta e seca, favorecendo o aumento de anfíbios e répteis. Em contrapartida, outros animais silvestres têm desaparecido devido à falta de espécies florestais necessárias para sua alimentação. No Plano elaborado pela CCOCALITIA (2017) consta que:

O desmatamento da mata ciliar do rio Serozal, por madeireiros e caçadores reduziu a profundidade do rio, pondo em risco espécies de peixe e outros animais que habitam naquele ambiente, como tatu, tucano, macacos e peixes. Os primatas e os mamíferos possuem apenas uma cria por gestação, característica reprodutiva que os torna mais sensíveis as alterações ambientais. A morte de uma fêmea no período de gestação ou lactente afeta a população que pode se manter abaixo do nível populacional normal (CCOCALITIA, 2017: 48-49).

Marluze Pastor informou-me que o PGTA fornece algumas descrições relevantes sobre o estabelecimento de contratos não formais entre os Tentehar/Guajajara e os pecuaristas. Neste Plano observei que:

Em algumas aldeias é comum o aluguel de pasto para “engorda” de bovinos. Aproximadamente 6.000 cabeças de gado estão presentes na TI em 6.000,000 hectares de floresta “que se transformado em pasto”. O contrato de aluguel não é formal, o período, normalmente, é estabelecido por seis meses. O pecuarista fornece a vacina e sal. No final do contrato o dono da área recebe um animal, fêmea nova. Às vezes, o pagamento acordado não é cumprido, o contratante agracia o contratado com bebidas alcoólicas. Outro agravante é que depois do primeiro contrato, o dono do gado exige a continuidade do contrato, considerando os investimentos feitos e quase sempre o morador/família é obrigado a aceitar (CCOCALITIA, 2017: 21).

Percebo que o estabelecimento de contratos informais (re) atualiza antigas relações de troca definidas como patrono-cliente entre os Tentehar/Guajajara e fazendeiros. Mas, nesse caso, os Tentehar/Guajajara não prestam serviços na propriedade do fazendeiro. Ao contrário, alugam suas terras aos pecuaristas que as transformam em pastagem para o gado bovino.

A permanência de alguns resquícios desse sistema de trocas nos moldes das relações patrono-cliente ainda coloca os Tentehar/Guajajara numa situação de dependência e dominação devido as exigências previstas em contratos que não são legalizados.

Seja pelo pouco valor pago aos indígenas pelo aluguel dos pastos, ou pelo não cumprimento do pagamento, a exigência de continuidade do “contrato” feita pelo proprietário do rebanho coage as famílias tentehar a aceitar o sistema, colocando-os numa situação de dependência ou convivência com não indígenas em suas terras.

Paralelamente às atividades econômicas provenientes do transporte de minério, exploração de madeira e pecuária semi extensiva, o Plano da CCOCALITIA (2017) menciona também o comércio de produtos florestais extrativistas entre os Tentehar/Guajajara e grandes empresas. Esse processo ocorre desde o ano de 1935. Os Tentehar/Guajajara começaram a extrair e comercializar folhas de jaborandi (*Pilocarpus jaborandi*), resinas de almecega (*Protium heptaphyllum*), jatobá (*Hymenaea courbaril* L.) e óleo de copaíba (*Copaifera reticulata* Ducke). Um caso, em especial, é mencionado pela CCOCALITIA (2017) a respeito da presença da empresa Vegetex, ligada a indústria farmacêutica Merck S.A.

Desde a década de 1970, a Vegetex passou a comprar folhas de jaborandi vendidas por moradores de algumas aldeias Tentehar/Guajajara. No total, foram mais de 40 anos de comercialização sem que nenhum plano ou proposta de mitigação ou reparação dos impactos causados a fauna nativa fosse elaborado por essa empresa. Um documento divulgado pela série Povos Indígenas no Brasil (1991) ilustra a forma como era feita a exploração de jaborandi usando mão-de-obra dos moradores da TI Araribóia.

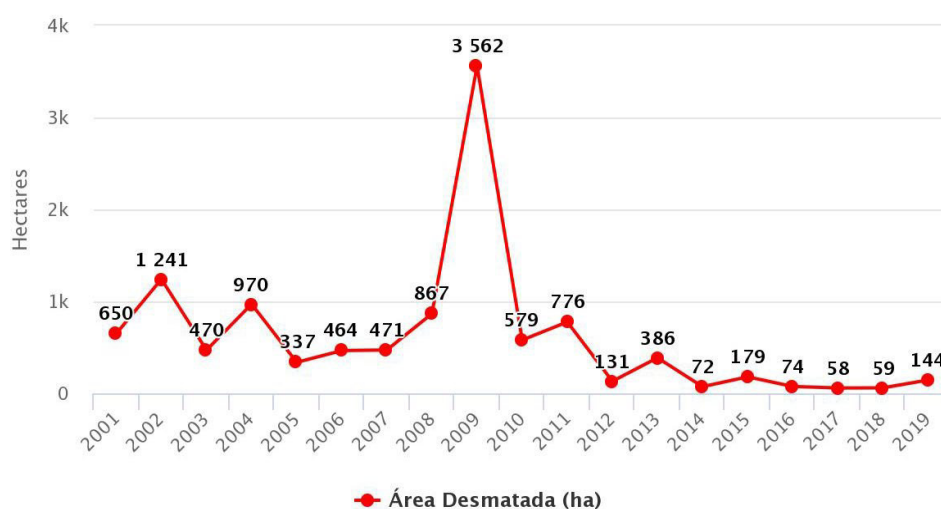
[...] a coleta das folhas de jaborandi pelos guajajara é submetido ao tradicional sistema de aviamento. Nas aldeias “Arariboia”, Canudal, Lagoa Comprida, Zutiwa, os “índios” dedicam-se a arrancar as folhas de jaborandi para vender verde, aos cantineiros estabelecidos dentro das aldeias. A rede

de intermediários pratica preços crescentemente extorsivos, abastecem os “índios” e os submetem a um endividamento permanente... [...] O trabalho é intensivo envolvendo até mulheres e crianças. Mas, há casos em que as famílias preferem secar e vender a atravessadores em Imperatriz, Amarante e Arame. A FUNAI se posicionou contra a venda para a Vegetex, mas, a empresa negou que estivesse extraindo folhas em terras indígenas. (Acervo do ISA/ACONTECEU, dados do PIB/CEDI, março de 1990 apud CCOCALITIA, 2017).

O desmatamento gerado por atividades de pecuária ou extrativismo leva a ocorrência de queimadas na TI Araribóia. A derrubada das árvores e o transporte da madeira serrada formam trilhas que tornam a floresta mais seca, pouco úmida, aumentando a probabilidade de incêndios. Associado ao desmatamento, o fogo amplia a perda da biodiversidade e influencia o desaparecimento de espécies animais ou florestais nativas.

Dados analisados pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2021) permitem avaliar o desmatamento que vem ocorrendo entre os anos de 2001 e 2019 na TI Araribóia. Até os anos 2000, a área total desmatada era de 13.227 hectares (He). Quase 20 anos depois a área total foi de 11.490 (He).

Inicialmente, de 2001 à 2008, o número de hectares desflorestados variou entre 650 e 867 He. O pico do desmate ocorreu em 2009 com 3.562 (He). Em 2010 e 2011, foi registrado, respectivamente, 579 e 776 (He), até os números começarem a diminuir em 2012. Apesar de um rápido aumento verificado no ano de 2013, os índices mantiveram-se relativamente constantes.



**Figura 3 - Área total desmatada por ano na TI Araribóia.**

**Fonte:** Instituto Socioambiental (ISA, 2021). Acesso em: 13/06/2021.

Do total, foram desflorestados 24. 718 hectares de mata nativa. Ao mesmo tempo, as trilhas abertas através do desmate contribui para formação de focos de incêndio no interior da TI Araribóia. O maior incêndio florestal aconteceu em 2015. Dados analisados pela AGERP (2017) consideram esse o maior incêndio registrado em uma terra indígena no Brasil.

Buzatto (2015: 14), no relatório sobre *Violência contra os povos indígenas no Brasil* publicado pelo CIMI, expõe que as invasões em terras indígenas para obtenção de recursos florestais foram intensificadas em 2015 “pela prática de atear fogo intencionalmente no interior dessas terras”. Na TI Araribóia, os incêndios são uma grave ameaça as famílias indígenas. Tal ação começou a ser praticada por madeireiros e fazendeiros como represália às atividades de monitoramento articuladas pelos próprios indígenas para conter as invasões em seus territórios.

No PGTA consta que o incêndio provocado em 2015 na TI Araribóia causou a destruição de setes casas na aldeia Juçaral. Após o incidente, espécies como o jabuti (*Chelonoidis spp.*) sofreram grande redução populacional. Isso afetou significativamente a manutenção do ecossistema local, pois este animal contribui para dispersão de sementes na floresta (CCOCALITIA, 2017).

Dados informados por Buzatto (2015) revelam que as queimadas devastaram aproximadamente 50% dos 413 mil hectares de área demarcada na TI Araribóia. As lideranças indígenas que articulam movimentos de resistência às investidas dos madeireiros acabam sendo ameaçadas de morte, ou se tornam vítimas de atentados. Quando ocorrem os assassinatos, o Estado age de forma omissa aos casos, no que se refere a ausência de ações preventivas e eficazes visando a integridade das terras indígenas e a prisão dos madeireiros envolvidos nos assassinatos.

A presença de madeireiros na TI Araribóia constitui um cenário de alta periculosidade, pois são frequentes os assassinatos cometidos pelos não indígenas contra os Tentehar/Guajajara. Os crimes ocorrem tanto dentro da terra indígena como em municípios ou povoados próximos.

Para Marluze Pastor, a principal motivação dos criminosos é a instalação de “grandes projetos” voltados à exploração de madeira, o discurso de ódio e o preconceito contra os indígenas. Apresento abaixo alguns crimes ocorridos, nos últimos anos, no interior da TI Araribóia.

**Tabela 3 - Crimes cometidos na TI Araribóia.**

<input checked="" type="checkbox"/> Em 2007, cinco indígenas foram assassinados;
<input checked="" type="checkbox"/> Em 2010, uma menina de seis anos, da aldeia Anajá, foi morta quando dois homens atiraram contra uma família, no centro comunitário;
<input checked="" type="checkbox"/> A aldeia Cururu foi invadida por comerciantes e moradores da área urbana do município de Arame (MA). Nesta situação, casas foram queimadas e dois indígenas ficaram feridos;
<input checked="" type="checkbox"/> Em 2016, entre os meses de março e abril, três indígenas foram mortos, cujos nomes eram Aponuyre Guajajara, Genésio Guajajara e Assis Guajajara; Posteriormente, outros três Agentes Ambientais foram assassinados e muitos deles também já receberam ameaças de morte. Muitas famílias indígenas se mudaram para o interior da TI Araribóia, buscando distância de áreas próximas da cidade de Arame (MA).

**Fonte:** CCOCALITIA (2017).

Conclui-se dos dados apresentados por Marluze que a TI Araribóia vem sobrevivendo a uma verdadeira escalada de violência. Os confrontos entre os Tentehar/Guajajara e brancos são travados em um cenário de alta periculosidade. Bandos armados conhecidos como pistoleiros são contratados por madeireiros e pecuaristas, os principais interessados na instalação clandestina de grandes projetos voltados a exploração econômica de madeira ou de pastos usados na pecuária. As violações cometidas contra os Tentehar/Guajajara, na maioria das vezes, permanecem impunes sem qualquer identificação dos mandatários envolvidos nos crimes.

O Jornal El País (2019) noticiou em dezembro de 2019 que um total de três indígenas “guajajara” já haviam sido assassinatos naquele ano. O primeiro ocorreu no dia 01 de novembro. O líder indígena Paulo Paulino Guajajara, membro do

coletivo denominado *Ka'alwar*<sup>38</sup>, isto é, Guardiões da Floresta da TI Araribóia, foi morto a tiros durante uma emboscada organizada por madeireiros dentro dos limites da TI Araribóia, onde caçava na ocasião. Laércio Guajajara, acompanhante de Paulo Paulino naquele momento, acabou ferido no confronto, mas sobreviveu ao ataque. Pouco tempo depois, dois indígenas “guajajaras” também foram assassinados em uma rodovia localizada na cidade de Jenipapo dos Vieiras (MA). Nesta situação, os “índios” Raimundo e Firmino Guajajara foram assassinados por tiros disparados de um “carro branco” por volta das 12h30, às margens da Rodovia Transbrasiliana (BR-226), entre duas aldeias indígenas chamadas de Boa Vista e El Betel.

Os sobreviventes do atentado fizeram protestos bloqueando a rodovia. Um dos sobreviventes chamado Nelci Olímpio Guajajara confirmou o fato do crime ter sido cometido por homens dentro de um carro branco. O mesmo relato se assemelha ao do cacique Magno Guajajara, também presente no local naquele momento. Ele afirmou à empresa pública de rádio difusão alemã Deutsche Welle que havia 5 pessoas no referido veículo, acrescentando: “Eles passaram atirando e atingiram nosso parente. É muito preconceito, muita intolerância” (JORNAL EL PAÍS, 07.12.2019).

Ao final das observações que fiz na AGERP pude perceber que a compreensão de Marluze Pastor em relação aos grandes projetos foi construída a partir de experiências vivenciadas quando participou da elaboração do PGTA na TI Araribóia.

A análise do material escrito no PGTA permite compreender a percepção que Marluze Pastor vêm construindo, na AGERP, sobre o que considera grandes projetos. Sua percepção revela uma visão análoga ao dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos por pesquisadores em bases bibliográficas, cuja perspectiva associa grandes projetos aos efeitos negativos causados por empreendimentos minerais, madeireiros e agropecuários em terras indígenas ocupadas pelos Tentehar/Guajajara.

No entanto, a percepção de Marluze Pastor difere do discurso atribuído por outro interlocutor, que também fala a partir de sua ação técnica. Pude me aproximar em julho de 2018 de Emanuel Martins, engenheiro agrônomo que atua como

---

<sup>38</sup> Os Guardiões da Floresta da TI Araribóia, ou *Ka'alwar*, são um coletivo formado pelos Tentehar/Guajajara. Desenvolvem atividades de monitoramento de invasões e denunciam criminosos envolvidos na extração de madeira ilegal junto às autoridades civis.

Analista de Desenvolvimento Regional na CODEVASF, empresa pública governamental com intensa atuação em “comunidades rurais” que vivem localizadas nas proximidades das bacias hidrográficas dos rios Itapecuru e Mearim onde, especialmente, se localizam povos indígenas como Tentehar/Guajajara, Krikati, Apaniekrá e Ramkokamekrá-Canela.

Emanuel Martins faz parte de uma equipe de trabalho responsável por executar ações visando a mitigação dos impactos causados por transformações econômicas provocadas pelo agronegócio em áreas ocupadas por “comunidades rurais” nos Vales do Itapecuru e Mearim.

Por “comunidades rurais”, Emanuel Martins compreende uma categoria ampla de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que, segundo o Plano Brasil sem Miséria<sup>39</sup> (BRASIL, 2011), são “populações” em situação de extrema pobreza. Para Emanuel Martins, essas comunidades rurais “são formadas por associações de trabalhadores rurais, associações de pescadores e ‘associações indígenas’” (EMANUEL MARTINS, entrevista realizada em 08.07.2018).

Dentro desta categoria, Emanuel Martins menciona que estão incluídas as “associações indígenas”. Para Coelho (1999) grande parte da sociedade brasileira concebe os povos indígenas de forma homônima aos trabalhadores rurais, não percebendo que são povos situados dentro de um território específico. Mesmo aqueles mais progressistas que atuam em favor da igualdade de direitos acabam negando aspectos pertinentes à diferença étnico-cultural.

Emanuel Martins me relatou ter realizado visitas nas TI Araribóia, Krikati, Kanela e Porquinhos. Quando conversei com ele, perguntei qual era a intenção da CODEVASF junto a essas “comunidades”. Para Emanuel Martins, seria executar planos direcionados a proteção das nascentes dos rios Itapecuru e Mearim, e projetos voltados a “grupos” em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, Emanuel Martins me falou que a CODEVASF passou a executar ações junto aos povos indígenas situados na região central do Estado visando o desenvolvimento de um projeto chamado “Quintais Produtivos”. Informou que esse projeto tem beneficiado algumas aldeias indígenas ocupadas pelos

---

<sup>39</sup> O Plano Brasil sem Miséria é um programa social voltado a retirar famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica da extrema pobreza. Foi criado durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Cf. Brasil (2011).

Tentehar/Guajajara na TI Araribóia que, em sua opinião, tenham alguma aptidão agrícola.

Inicialmente, o projeto “Quintais Produtivos” funcionou com recursos oriundos de verbas públicas do Plano Brasil sem Miséria (BRASIL, 2011). Após o fim do governo Dilma Rousseff (2011-2016), o projeto passou a atuar com recursos provenientes de emendas parlamentares de deputados maranhenses, e com o fomento destes recursos, surgiu a possibilidade de distribuição de materiais como equipamentos agrícolas e “kits produtivos” para as associações de “comunidades rurais”.

Os parlamentares que mais destinaram emendas para esta finalidade, entre os anos de 2017 e 2018, foram: André Fufuca (Partido Progressista- PP/MA), Roberto Rocha (Partido da Social Democracia Brasileira- PSDB/MA), Weverton Rocha (Partido Democrático Trabalhista- PDT/MA), José Reinaldo Tavares (PSDB/MA), Ildo Rocha e Sétimo Waquim, ambos vinculados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB /MA). Emanuel Martins ressalva que os parlamentares:

Tem muito contato com as comunidades rurais. Os deputados “tão” interessados em garantir o desenvolvimento rural pois eles entram em contato e fazem uma pesquisa “pra” saber quem são as comunidades que tem aptidão agrícola e depois entram em contato com “a gente” (EMANUEL MARTINS, entrevista realizada em 08.07.2018).

Observei, através da fala de Emanuel Martins, que certa vez uma “comunidade Guajajara” na TI Araribóia recebeu uma “patrulha agrícola” financiada por uma emenda parlamentar do deputado Sétimo Waquim (PMDB- MA), através de uma solicitação feita por uma associação local chamada Burerê, liderada por um cacique de nome Urupati.

“Patrulha agrícola” é o nome dado por Emanuel Martins a um conjunto de veículos e equipamentos rurais como trator, grades, carreta e outros maquinários “para os tratos culturais da produção *in lócus* (EMANUEL MARTINS, entrevista realizada em 08.07.2018).

A “comunidade guajajara” beneficiada foi representada por uma associação chamada Burerê. Emanuel Martins afirmou ter feito uma visita a Associação Burerê para averiguar se na aldeia indígena onde está localizada existe alguma “aptidão agrícola”.



Por “aptidão agrícola”, meu interlocutor compreende a realização de “tratos culturais” voltados ao cultivo de gêneros como cereais e leguminosas em uma área de produção correspondente a 500 m<sup>2</sup>, chamada por ele de “quintal produtivo”. Os gêneros podem ser diversos como feijões, arroz, milho, mandioca, quiabos, abóboras, entre outros usados na alimentação. Parte da produção é destinada a subsistência e o excedente é comercializado.

A área considerada um “quintal produtivo” é necessária para instalação de “kits de irrigação” que possuem cobertura de 500 m<sup>2</sup>. Após a realização da “visita técnica”, Emanuel diz que é averiguado se a associação solicitante é formalizada, tendo um estatuto próprio.

Portanto, os critérios usados por Emanuel na CODEVASF para beneficiar “associações indígenas” com equipamentos de produção agrícola são: o reconhecimento de associações formalizadas, a apresentação de um estatuto e uma área com diâmetro de 500 m<sup>2</sup> chamada de “quintal produtivo”.

Porém, os “quintais produtivos” nem sempre correspondem a 500 m<sup>2</sup>. Em uma aldeia chamada Escalvado, por exemplo, ocupada pelo povo Ramkokamekrá-Canela, não existe necessariamente um “quintal produtivo”, conforme os critérios definidos na CODEVASF, mas uma área classificada por Emanuel Martins como “campo agrícola”, pois excede os limites de cobertura dos “kits de irrigação”. Na fotografia abaixo é possível verificar um “campo agrícola de feijão” na Aldeia Escalvado.



**Figura 4 - Menino Ramkokamekra-Canela em campo agrícola de feijão.**

**Fonte:** Emanuel Martins. Acesso em: 25/07/2018.

Penso que a noção de “campo agrícola” usada por Emanuel Martins não seja adequada para compreender, em termos nativos, o local em que são realizadas as atividades agrícolas dos Ramkokamekrá-Canela. Em relatório de pesquisa produzido por mim no ano de 2018, abordei que esse povo indígena não usa “quintais”, ao contrário, fazem roças em locais chamados de *rom* (mata), onde plantam os alimentos que garantem a subsistência, já que as condições físicas do solo são boas, o que definem como *pjëtýc* (terra preta) (SERRA, 2018).

Em relação aos Tentehar/Guajajara, suas práticas agrícolas envolvem o manejo tradicional por meio de atividades como broca, derrubada, queimada e coivara. O instrumento mais usado é o machado, embora algumas famílias utilizem motosserra. Os terrenos destinados as roças são pequenos, variando de acordo com o número de pessoas na família e o excedente destinado para comercialização. Como é mencionado no Plano da CCOCALITIA (2017):

A nossa roça é tradicional, envolve as operações de broca, derrubada, queimada, coivara. O instrumento que mais usamos é machado, mas, algumas famílias possuem motosserras. As roças são pequenas, de acordo com as pessoas da família e as possibilidades de comercialização (CCOCALITIA, 2017: 33).

Árvores madeiras e frutíferas como pitombeira, ipê e cajazeira são protegidas durante as atividades de broca e coivara. Nas roças, os principais alimentos cultivados consistem em tubérculos, cereais, leguminosas e frutas como melancia, mandioca, macaxeira, milho, arroz, abóbora, feijão, fava, inhame/cará, gergelim e amendoim. Alguns cultivos agrícolas são realizados juntamente com espécies florestais como cedro, jatobá e jaborandi.

Assim, observo que Marluze Pastor e Emanuel Martins possuem percepções diferentes em relação aos projetos e suas repercussões. A primeira possui um discurso semelhante àquele desenvolvido por pesquisadores no campo acadêmico, enquanto o segundo constrói sua percepção numa perspectiva direcionada ao etnodesenvolvimento.

Entendo o etnodesenvolvimento como um conceito que qualifica o radical *desenvolvimento* através do prefixo *etno*, desvinculando o termo da ideia de progresso econômico. Verdum (2002) coloca que o etnodesenvolvimento surgiu em contraponto possível às teorias desenvolvimentistas que percebem as “sociedades

indígenas” ou comunidades tradicionais, de forma geral, como óbice ao progresso econômico.

Stavenhagen (1985) propõe outra definição, menos interessante e mais utópica a meu ver, que considera etnodesenvolvimento como uma forma de desenvolvimento que mantém a etnicidade de um povo em termos de sua diferença sociocultural. Refere-se ao controle exercido por uma “etnia” sobre o gerenciamento dos recursos naturais das terras que ocupam, tendo autonomia para negociar os próprios interesses junto ao Estado através de programas de apoio ou assistência social implementados por agências governamentais.

As agências governamentais implantam projetos de etnodesenvolvimento direcionados ao desenvolvimento de programas sociais que buscam a eliminação da “pobreza rural”. Assim, os povos indígenas frequentemente são vistos de forma análoga as comunidades rurais.

Os projetos de etnodesenvolvimento implantam modelos econômicos de produção exógenos que não correspondem às formas nativas de organização social/simbólica dos povos indígenas, induzindo-os à processos de mudança social pela supressão das diferenças socioculturais e sua transformação numa imagem parcialmente semelhante a dos povos localizados no Ocidente.

#### **4.3 O que dizem os Tentehar/Guajajara?**

Farei uma reflexão que parte de experiências vividas, nos últimos anos, no contexto da investigação acerca da pluralidade de concepções heterogêneas construídas por alguns indígenas do povo Tentehar/Guajajara sobre grandes projetos.

Nos anos de 2019 a 2020, realizei observações diretas e entrevistas semiabertas com três Tentehar/Guajajara provenientes das TI Araribóia, Rio Pindaré e Canabrava/Guajajara. Nessas ocasiões, colocava-se para mim o interesse em compreender como percebem o que consideram grandes projetos. Pude identificar dois posicionamentos distintos.

Um deles, ressalta os efeitos negativos do que consideram *grandes projetos* e a outra entrevistada aponta para uma concepção positiva, que desenha grandes

projetos como algo produzido por indígenas, para indígenas. Um dos interlocutores assume os dois posicionamentos fazendo uso de uma classificação que distingue grandes projetos elaborados por indígenas de grandes projetos elaborados por brancos.

Entre os meses de Agosto e Outubro do ano de 2020, mantive diálogos com dois Tentehar/Guajajara que vivem nas TI Rio Pindaré e Cana-Brava/Guajajara, através de aplicativos virtuais ligados aos *software WhatsApp* e *Instagram*. Primeiramente, usei o *WhatsApp* para conversar com o professor Flaubert Guajajara, que leciona na aldeia Januária, localizada na TI Rio Pindaré. Naquele momento, minha abordagem estava direcionada pela indagação sobre o que pensa em relação aos *grandes projetos*. O posicionamento desse interlocutor, expressa uma perspectiva negativa em relação a esses projetos.

Para o referido professor, “grandes projetos” remetem a presença da Rodovia Federal BR-316<sup>40</sup> e da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligada a mineradora Vale S.A. Informou-me que a BR-316 foi implantada às margens da TI Rio Pindaré. O mesmo ocorreu com a EFC, cujos trilhos ferroviários passam a aproximadamente 12 Km. Existem oito aldeias dentro dessa TI, conhecidas como Piçarra Preta, Januária, Novo Planeta, Aldeia Nova, Tabocal, Areão, Areinha e Aldeia Alto do Angelim. A área total é estimada em 15.002,9142<sup>41</sup> hectares.

Flaubert Guajajara entende que os “grandes projetos” causam impactos negativos porque trazem pessoas, aglomerações e cidades, o que propicia o contato de indígenas com não indígenas, a criação de povoados e, conseqüentemente, invasões na TI Rio Pindaré. Para ele, há um agravante para as “comunidades” devido à dependência que os indígenas têm dos recursos naturais, dificultando seu modo de vida.

A relação que esse interlocutor faz entre o que considera “vida indígena” e “grandes projetos” é “que esses últimos fazem uma ‘propaganda enganosa’”, pois

---

<sup>40</sup> A BR-316 é uma rodovia federal que tem um total de 2.030 Km de extensão, interligando estados como Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba e Maceió. Cf. IBGE (2020). Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=443994> > Acesso em: 28/11/2020.

<sup>41</sup> Consultei informações sobre a área total da TI Rio Pindaré no portal virtual da FUNAI (2021). Disponível em: < [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp) > Acesso em: 30/07/2021.

“ao nosso ver como indígenas, grandes projetos trazem prazeres momentâneos... é momentâneo porque trazem prejuízos na flora” (FLAUBERT GUAJAJARA, *entrevista* realizada em 27.09.2020).

Para ele, os “grandes projetos” são acompanhados pelo que chama de globalização, responsável por “vender” uma imagem promovida pelo capitalismo, que não causa benefícios como se costuma divulgar, mas apenas “morte, destruição e aquecimento global” (FLAUBERT GUAJAJARA, *entrevista* realizada em 27.09.2020).

Acrescentou que cientificamente é comprovado que a expansão de “grandes projetos” tem levado ao aumento da degradação ambiental, provocando acontecimentos que se manifestam na forma de desastres naturais. Como o próprio interlocutor diz: “cientificamente já foi comprovado que isso aumenta e causa uma degradação maior. A natureza se revela e manifesta na forma de vendaval, doenças que surgem por coisas que excedem o normal” (FLAUBERT GUAJAJARA, *entrevista* realizada em 27.09.2020).

A visão de Flaubert Guajajara sobre “grandes projetos” apresenta elementos pertinentes ao contexto da aldeia Januária, onde leciona. Porém, no decorrer da entrevista observei que meu interlocutor aciona outras noções, especialmente globalização, capitalismo e aquecimento global, para descrever os impactos diretos gerados pelos eixos rodoviários ou ferroviários instalados às margens da TI Rio Pindaré. Essas noções, cada vez mais apropriadas por diferentes repertórios do senso comum, são categorias acadêmicas que originalmente não fazem parte do campo semântico nativo dos Tentehar/Gujajara.

Por exemplo, o termo aquecimento global foi cunhado pelo pesquisador Wallace Smith Broecker através de um artigo publicado, em 1975, na revista científica *Science*<sup>42</sup> intitulado *Climatic Change: are we on the brink of a pronounced global warning?* (Mudança Climática: estamos à beira de um aquecimento global pronunciado?)<sup>43</sup>. Já a noção de globalização<sup>44</sup>, que sugere o “discurso comum” de integração econômica, social, cultural e política do planeta, não é um termo propriamente científico mas é constantemente discutido dentro e fora do espaço acadêmico.

---

<sup>42</sup> Cf. o sítio online da revista *Science* (2021). Disponível em: < <https://www.sciencemag.org/> > Acesso em: 30/07/2021.

<sup>43</sup> Cf. BIENVENIDO (2013).

<sup>44</sup> Para um melhor entendimento sobre o tema cf. os trabalhos de Hobsbawn (1995) e Sousa (2020).

Isso significa que Flaubert Guajajara apropria-se de categorias externas ao universo nativo para compreender os efeitos negativos causados pelos empreendimentos que chama “grandes projetos”, representados pela implantação de empreendimentos rodoviários e ferroviários.

Após a entrevista realizada com Flaubert Guajajara, conheci outra interlocutora chamada Ozany Tatainy, durante uma palestra virtual realizada no Instagram, que abordou o tema “Mulheres Indígenas na Política”. Na época, Ozany Tatainy era candidata a vereadora na cidade de Jenipapo dos Vieiras pelo partido Rede Sustentabilidade (REDE).

Essa interlocutora, que vive na aldeia Jurema, localizada na TI Canabrava/Guajajara, expressou uma visão positiva quando afirmou que os “grandes projetos” seriam “algo que beneficia ‘a gente’ (os indígenas). Isso é um grande projeto” (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020). Em nossa conversa, percebi que sua percepção difere em relação àquela mencionada por Flaubert Guajajara. Quando fiz referência a empreendimentos ligados a agroindústria, mineração e construção de eixos rodoviários e ferroviários, a candidata supracitada relatou-me que: “isso é um projeto dos *Karaiw*” (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020).

Ao ser indagada sobre o que seria *projeto dos Karaiw* ela se referiu a instalação da rodovia federal BR-226, que passa pelo interior da TI Canabrava/Guajajara. A BR-226, conforme a interlocutora, provoca graves impactos aos Tentehar/Guajajara que vivem neste território, entre os quais menciona assaltos, insegurança pública e mendicidade. Ozany Tatainy descreve que: “o que ‘a gente’ tem de ameaça implantada é a BR-226. Tem assaltos, mata crianças na beira da estrada, etc. Muitas crianças ficam na ‘BR’ (226) pedindo esmola e correndo o risco de serem estupradas (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020).

Na visão da interlocutora, esses problemas poderiam ter sido evitados caso o Estado tivesse capacitado os próprios indígenas para trabalharem como agentes de fiscalização da TI Canabrava/Guajajara. Ao questionar Ozany Tatainy sobre como deveriam ser feitas as fiscalizações, explicou-me que deveriam ser construídos “pontos” estratégicos dentro da terra indígena com câmeras para registrar os assaltos. Por ponto estratégico minha interlocutora compreende: “aquilo que pode

pegar as pessoas que fazem isso” (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020).

Caso existissem pontos estratégicos de fiscalização no interior da TI Canabrava/Guajajara, isso poderia ser considerado um *grande projeto* voltado ao benefício dos Tentehar/Guajajara. Na sua interpretação: “isso sim é um grande projeto que beneficia aos ‘índios’” (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020).

A interlocutora afirma que, ao contrário, o *projeto dos karaiw* (BR-226) só tem gerado consequências graves justamente por que sua implantação no meio da TI Canabrava/Guajajara, sequer considerou o povo que ocupa este território. Destaca que: “para nós, ‘a gente’ não foi incluído. Foi algo dos *Karaiw*, algo ‘pra’ eles se beneficiarem. Se fosse para pensar nos ‘índios’ não tinha colocado no meio da terra indígena” (OZANY TATAINY, entrevista realizada em 13.10.2020).

A percepção de Ozany Tatainy revela que seu entendimento sobre grandes projetos está muito próximo de algo que poderia ser feito para mitigar os efeitos negativos causados pelo *projeto dos karaiw*, como chama a BR-226. Para tanto, sugere algumas ações que poderiam ser implantadas no interior da TI Canabrava/Guajajara, visando melhorar a infraestrutura das aldeias, principalmente no que se refere a fiscalização de atividades ilícitas.

Pude observar que tanto Ozany Tatainy como Flaubert Guajajara associam o termo “grandes projetos” a implantação de eixos rodoviários nas terras indígenas onde vivem. Essa perspectiva difere da concepção de outro indígena Tentehar/Guajajara que entrevistei em meados de fevereiro de 2019.

O outro interlocutor foi Erisvan Bone. Minha primeira abordagem foi direcionada pela indagação sobre o que pensa em relação a “grandes projetos”. Inicialmente, pude perceber que dissocia os termos “grandes projetos” e “desenvolvimento”. Considera *desenvolvimento* como algo que pressupõe a implantação de um projeto voltado a apoiar grupos chamados de *minorias*. Nessa perspectiva, grande projeto é:

[...] um projeto “pra” desenvolver principalmente, acho que minorias, “né”? Essa palavra desenvolvimento é uma coisa que “a gente” também tem, pelo menos nós indígenas, “a gente” tem meio que uma “richazinha” com ele,

“né”? “Que a gente” não usa muito desenvolvimento, “a gente” usa mais o envolvimento, “né”? Que eu acho que o “povo” fala tanto desse desenvolvimento que tem, e aí ontem com a Sônia mesmo “a gente tava”... ah, mas por que desenvolver, “né”? Porque não envolver ao invés de desenvolvimento. E aí eu acho que eu entendo um pouco desse desenvolvimento. Dessa questão de abranger um pouco de projetos... Eu entendo que possa é... ajudar de alguma forma algumas minorias. Assim, não sei se eu “tô” indo muito no sentido, entendeu? Mas o que eu entendo um pouco disso. Projetos de desenvolvimento que possa ajudar alguma comunidade ou algum indígena ou algum povo que “teja” passando por algum problema (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Observei que Erisvan Bone prefere usar a noção de “envolvimento” ao invés de “desenvolvimento”. Essa percepção também é partilhada, segundo ele próprio menciona, por outros indígenas como sua irmã Sônia Guajajara, por exemplo. Em seguida, explica que as minorias referidas que podem ser favorecidas por “projetos de desenvolvimento” são representadas pelos povos indígenas.

Perguntei a Erisvan Bone se poderia externar, de forma mais meticulosa, sua percepção em relação a minorias. No entanto, desconsiderou minha indagação e expressou seu ponto de vista no que diz respeito ao termo grandes projetos. Pude entender que o termo grandes projetos:

[...] pressupõe um projeto. É basicamente isso, “né”? Eu acho que.... eu acho que é uma coisa que abrange bem mais, bem mais gente, acho como um todo pegando assim, por exemplo, grandes projetos de pegar povos de diferentes, diferentes etnias, sei lá, diferentes segmentos, e “tá” trabalhando dentro dele com... com uma forma “acho que pudesse ‘aglobar’” todos os assuntos, mas que pudesse ter um resultado positivo que abrangesse todos os povos (indígenas) e suas especificidades, não sei se eu “tô” indo no sentido (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Percebo que tanto o termo “desenvolvimento” como “grandes projetos” equivalem a realização de um projeto. Contudo, o significado atribuído a ambos é diferente. “Grandes projetos”, segundo Erisvan Bone, não apenas envolve, mas também abrange como ele próprio compreende povos de diferentes “etnias” ou “segmentos”, buscando um resultado positivo que proporcione englobar as particularidades de diferentes povos indígenas (minorias) que podem ser contemplados na implantação de um projeto.

As colocações feitas por Erisvan Bone me levaram a perceber que ao fazer uma pergunta ou propor uma questão, obtive uma resposta dentro do que faz sentido para meu interlocutor. Durante a entrevista, procurei perceber se meu entrevistado tinha alguma percepção sobre a presença de projetos direcionados a



instalação de empreendimentos vinculados a instalação de rodovias, ferrovias, entre outros. Ao questioná-lo acerca do que pensa em relação a esses empreendimentos, que Ozany Tatainy conceituou como *projetos dos Karaiw*, explicou-me:

[...] então é... “a gente” vive aqui, por exemplo, assim, aqui no Maranhão, no meio “que” um território meio que cheio de ruralista, “né”, tipo assim, tem muitos fazendeiros, na nossa região mesmo, “se você indo” lá você percebe, a nossa aldeia é bem pequena... é bem pequena, e tem um povoado que divide, “né”, tô dizendo assim, tem um povo não indígena, que é dentro da TI, onde o núcleo de produção do agronegócio é muito grande, então você vai ver fazendas, pastos, gado, bem nítido, então vendo de cima, tipo, de um drone, você vê a diferença daquele verde de onde os indígenas vivem, que é tipo um círculo mesmo pequeno, que ainda é verde e ao redor todo cheio de pastos e fazendas e gados, então daí tu sente a diferença, que o povo sempre fala, “né”, que o agronegócio sustenta o Brasil, aliás, o Brasil que sustenta o agronegócio, como eu sempre falo muito isso, eu sempre falo o contrário, é o Brasil que sustenta o agronegócio, tem umas coisas que é meio que complicada “pra” nós indígenas que vivem lado a lado com o pessoal do agronegócio porque existe muito conflito, “né”, e o agronegócio é um pessoal capitalista “que eles só pensam” no bem deles e eles chegam a afetar as nossas terras (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

A partir da minha provocação sobre o que eu estava compreendendo como “grandes projetos”, Erisvan Bone abordou a questão do agronegócio, o que poderia sugerir que se enquadraria na categoria “grandes projetos”, mas não assumiu essa categorização.

A fala de Erisvan Bone expõe a dinâmica de conflitos agrários existente na região central maranhense. Nesta região, considerada pelo interlocutor um território repleto de ruralistas, fica situada a aldeia Lagoa Quieta, localizada na TI Araribóia. Nas proximidades desta aldeia, existe um “núcleo de produção do agronegócio” formado por fazendeiros (não indígenas) que desenvolvem atividades voltadas a pecuária bovina, cujos efeitos têm ocasionado a transformação da floresta nativa<sup>45</sup> em áreas de pastagem para criação de gado. Erisvan Bone explicou-me como acontecem os conflitos ocasionados pelo “pessoal capitalista” (os fazendeiros) que na sua percepção somente priorizam os próprios interesses econômicos:

[...] nas proximidades das nossas aldeias tem muitas nascentes. E aí, muitas vezes um fazendeiro é que tem uma fazenda lá. Ele acaba tampando lá como já aconteceu várias vezes, eles “tampa” a nascente tipo de um rio que passa na aldeia, ele faz uma barragem “pra” fazer um açude

<sup>45</sup> Segundo dados do ISA (2020) a cobertura florestal da TI Araribóia é formada por 97, 58% de mata amazônica e 2,42% de cerrado. Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3600> > Acesso em: 31/07/2021.

“pra” produzir água “pros” animais, “pro” gado, “né”, que “tá” lá. E aí, o nosso rio acaba secando, “né”, porque tapa a nascente. Aí, ali a água não desce mais “pras” aldeias. E aí, o rio meio que seca porque a nascente não vai e acaba prejudicando culturalmente os povos que ali vivem (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

O interlocutor me disse que a TI Araribóia possui 158 aldeias por onde passam diversos afluentes fluviais cujas nascentes estão localizadas em fazendas de produção agropecuária. Os proprietários rurais frequentemente obstruem as nascentes para construção de açudes direcionados a criação de animais.

Os impactos gerados pela obstrução das nascentes fluviais impedem os Tentehar/Guajajara de manterem a relação espiritual que possuem com a água e, também, inviabiliza a realização de atividades de pesca, responsáveis por garantir parte da subsistência alimentar nas aldeias. Erisvan Bone explica que os:

[...] guajajara, “a gente”, tem uma relação muito espiritual com a água, e “dalí” também tem, é, a sustentação alimentar. É o peixe, “a gente” come muito peixe, “né”? E aí quando você barra ali, você meio que “ta” tirando a vida alimentar de um povo que vive daquela alimentação. Então, o agronegócio muitas vezes dentro das nossas proximidades ele barra muito disso, e também tem o desmatamento, “né”? (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Os Tentehar/Guajajara, como outros povos indígenas que vivem às margens de rios, possuem uma relação muito forte com a água. Segundo Erisvan a relação dos Tentehar/Guajajara com a água começa nas primeiras horas do dia quando sentem a presença da mãe d’água ao tomar banho nos rios. É nesse momento que retiram todas as impurezas e males que estão em seus corpos. Contou-me que esse é um momento sagrado no qual existem alguns tabus como, por exemplo, ser silencioso para não atrapalhar a mãe d’água que também está tomando banho. Sobre esse ritual diz que:

[...] os “povos” que vivem às margens de rios têm muita relação com a água. “Pra” guajajara a relação com a água começa com a mãe d’água. “A gente” começa de manhã cedo na aldeia, porque a água tira todo mal do corpo. Sempre é bom nesse horário. O banho é tomado de 5 “pra” 6 h, quando os caciques dizem que a mãe d’água “tá” tomando banho. Você sempre sente uma energia forte, parece que alguém que “tá” te lavando. Tem alguém que sempre canta. Aconteceu alguma coisa que as pessoas não cantam mais, elas desmaiam, sentem dor de cabeça. Quando você vai cantar a mãe d’água quer silêncio (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Os impactos causados pelo agronegócio têm inviabilizado a prática de outros rituais na TI Araribóia. O desmatamento é um problema recorrente na visão de Erisvan Bone. De fato, o Boletim Sirad- Isolados, do ISA (2021)<sup>46</sup>, classifica que esse problema avança de forma progressiva. O cenário é tão alarmante a ponto do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso ter solicitado ao governo federal, em 2020, a apresentação de um plano de retirada de invasores da TI Araribóia. No entanto, até o momento as autoridades civis não cumpriram com as determinações.

Para conter o avanço do agronegócio, informou-me que os Tentehar/Guajajara vêm impedindo a entrada de fazendeiros no interior da TI Araribóia a partir das ações de monitoramento realizadas pelos *Wazayzar*. Foi enfático durante a entrevista ao dizer que os Tentehar/Guajajara resistem: “há 519 anos tentando proteger e salvar o pouco verde que ainda existe nos nossos territórios” (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Meu interlocutor falou que a chegada do agronegócio em áreas próximas a TI Araribóia influenciou diretamente a destruição da floresta nativa, causando o desaparecimento de diversas espécies animais e vegetais. Isso impede os Tentehar/Guajajara de caçar espécies que são específicas para realização de determinados rituais (festas tradicionais) como a festa da Menina Moça também chamada de festa do Moqueado. A solução pensada pelos indígenas para amenizar esse problema foi começar a caçar em outras terras indígenas, no Maranhão, menos impactadas. Destacando esse problema Erisvan Bone diz que:

[...] a chegada do agronegócio meio que chegou a destruir muito a população indígena, assim, porque você vai acabando com o verde, vai deixando o desmate, vai acabando culturalmente a tradição de um povo que vive ali, que depende da mata “pra” manter aquela tradição. Por que sem a mata “a gente” não consegue fazer as festas tradicionais do nosso povo por que tem, por exemplo, a festa da menina moça, tem uma caça específica “pra” que ela seja realizada. Então, sai os caçadores ficam 2, 3 meses caçando, só que se não tiver mato não tem como caçar, só que hoje em dia a maioria das nossas lideranças, os nossos caciques eles tem que sair da nossa terra, “pra” ir caçar em outra terra, por que a demanda do agronegócio dominou tanto a mata, a região, que meio que não tem como você mais produzir ali, caçar ali “pra” poder manter a tradição da festa. Então, hoje muitos saem mesmo “que” não tem mais animal, não tem mais

---

<sup>46</sup> Cf. o texto Isolados em perigo: desmatamento na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau dobra em junho. Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isolados-em-perigo-desmatamento-na-terra-indigena-uru-eu-wau-wau-dobra-em-junho> > Acesso em: 31/07/2021.

caça dentro da nossa terra, então tem que ir “pra” outra aldeia, “pra” outro território, “pra” poder trazer aquela caça que é específica “pra” aquela festa. Então meio que varia muito. Então, o agronegócio ele meio que chegou, se aproximando muito, é... das terras indígenas, e ele sempre visa um capital, “né”, e “agente” visa o espiritual que é proteger, reflorestar, e eles vem “pra” derrubar, massacrar, e vai assim (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

O relato de Erisvan Bone expõe as diferenças relacionadas ao uso que os Tentehar/Guajajara e o “pessoal capitalista” (fazendeiros) fazem do território. Enquanto os Tentehar/Guajajara visam a proteção do lugar onde vivem a partir do reflorestamento de áreas degradadas pelo agronegócio, fazendeiros buscam apenas a redução da mata nativa convertida em fonte de produção de *commodities* agrícolas destinadas a geração de capital (lucros).

A visão que Erisvan Bone possui sobre o que chama de capital remete a definição formulada por Marx & Engels (2000). Estes autores afirmam que o capital significa a soma da riqueza produzida através de um conjunto de meios de produção monopolizados por uma parte da sociedade chamada de burguesia, agente do capitalismo. O uso da palavra “capitalista” usada por Erisvan adjetiva os fazendeiros vinculados ao agronegócio. Essa palavra remete a uma forma de desenvolvimento baseada no modo de produção do capitalismo utilizada em seu sentido moderno por Marx & Engels (2000).

No decorrer da entrevista, perguntei para Erisvan se além do agronegócio existiam outras formas de desenvolvimento econômico prejudiciais aos Tentehar/Guajajara na TI Araribóia. Meu interlocutor destacou alguns exemplos de empreendimentos como a ferrovia vinculada a EFC, que fica localizada em áreas muito próximas a diferentes terras indígenas ocupadas pelos Tentehar/Guajajara.

Enfocou como exemplo uma proposta feita por uma empresa chamada Aldo Biodiesel de implantação de uma usina de produção de Etanol no interior da TI Canabrava/Guajajara, que funcionaria produzindo batata-doce como fonte de matéria-prima. A Usina Flex de Etanol seria instalada na aldeia Mainumy liderada pela cacique Libiana Pompeu Guajajara.

Erisvan Bone diz que a proposta de implantar a Usina Flex de Etanol na TI Canabrava/Guajajara tem gerado muitos conflitos entre os Tentehar/Guajajara.

Existem aqueles que são a favor do empreendimento e outros que recusam a proposta. Para convencer os Tentehar/Guajajara a aceitarem a instalação deste empreendimento na aldeia Mainumy, a empresa Aldo Biodiesel argumenta que os indígenas serão beneficiados posto que serão os produtores da batata-doce usada como matéria-prima para produção de etanol. Meu interlocutor destaca que:

[...] agora mesmo aqui no Maranhão tem uma aldeia aí que vai abrir uma fábrica de etanol, entendeu? É Usina Flex de Etanol que vai ser instalada na área indígena lá em Barra do Corda. E aí, o pessoal de lá é guajajara, é uma mulher que é a cacique de lá, Libiana Guajajara lá de Barra do Corda. Ela que é a cacique que assinou esse... que “tá” levando “pra” lá. Então já gerou muitos conflitos com os outros “povos” (guajajara) da região lá. Porque uns aceitaram outros não. E “tá” uma briguinha mesmo que bem chata lá, sabe? Porque, querendo ou não, ela aceita “pra” uma aldeia, mas vai afetar outros povos que não aceitaram, e então meio que tem uma confusão (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Para Erisvan Bone, à cacique Libiana Pompeu Guajajara é a principal interessada na instalação da Usina Flex de Etanol. Na sua percepção, apesar de muitos indígenas serem contrários a propostas, existem aqueles que buscam ganhar dinheiro às custas da implantação deste tipo de projeto. Por isso, “se vendem”, diz Erisvan Bone, sem pensar nos demais que vivem naquele território. Discorre que:

[...] então, querendo ou não, “a gente” meio que não deve generalizar todo mundo, mas tem indígenas que realmente “que hoje” se vendem, é... tem aqueles parentes que se vendem realmente por dinheiro. E, tipo assim, eles não pensam nos outros que vivem ali. É tipo um cacique de uma aldeia, aí ele meio que fecha uma parceria com alguma empresa e meio que não liga que os mais velhos ali vivem, “né”. Só visam o capital que é o financeiro. E eu sempre falo, o dinheiro acaba, “né!” (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Erisvan Bone continua falando que empresas como a Aldo Biodiesel propagam a ideia de que a instalação de projetos como a Usina Flex de Energia proporcionará aos indígenas resultados positivos a partir da geração de emprego e renda. No entanto, ressalva que nesses casos costuma acontecer o contrário, visto que os recursos compensatórios que os indígenas recebem são irrisórios. Afirma que muitos Tentehar/Guajajara não tem sequer conhecimento sobre valores monetários como, por exemplo, o valor de um salário mínimo.

Somado a isso, após determinado período, as empresas costumam retirar os projetos de mitigação dos impactos causados por projetos instalados em áreas

ocupadas por povos indígenas. O pouco dinheiro que os indígenas conseguem amearhar com os projetos de apoio não perdura por muito tempo, pois é usado para manutenção de sua subsistência. Nesse sentido, Erisvan Bone menciona que os indígenas são enganados, ludibriados, para terem suas terras ocupadas por projetos não indígenas instalados de forma legalizada, documentada, sem que depois seja possível haver contestação. Como ele mesmo falou:

[...] e é muito assim... eles vem muito assim, por exemplo, com essa ideia de entrar a TI ou com a ideia de... ah, vai gerar emprego, vai gerando renda, só que tipo assim, é uma mixaria, “pros” parentes que não tem muito conhecimento do que é o dinheiro, do que é o salário, entendeu? Eles pegam e aceitam, só que “a gente” vai indo ali, mas depois o dinheiro acaba, então eles vão tentando enganar, enrolar até... aí depois, depois que você vai ver o tanto que vai ser prejudicial, “né”? Essa construção dessa usina dentro do território indígena, até que você for abordar, e ver como é que é já vai ser tarde, “né”? Já vão ter comprado todo mundo, já vai “tá” lá 100%, vai “tá” legalizada, vai “tá” documentada e aí não vai ter como tu reagir depois (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Questionei porque a empresa Aldo Biodiesel procurou a cacique Libiana Guajajara. Ele respondeu-me que: “As empresas procuram as lideranças mais influentes da TI” (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019). Interpreta o interlocutor que os Tentehar/Guajajara são facilmente convencidos pelas empresas envolvidas na implantação deste tipo de empreendimento, uma vez que são pessoas com pouco conhecimento sobre esse tema. O interlocutor aponta que:

[...] vai ser prejudicial e o dinheiro acaba. As empresas procuram as lideranças mais influentes da terra indígena. Elas podem trazer coisas que o Estado não dá. Traz benefícios e isso “tá” na fala da Libiana. Vai gerar emprego e mudar as vidas dos povos que ali vivem. São homens do campo, da roça. “Pra” quem não ganha muito é uma proposta tentadora. “Pra” quem não ganha muito dinheiro é tentador. O benefício não tem continuidade (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Ao longo da entrevista aludiu como exemplo a uma aldeia ocupada pelos Tentehar/Guajajara chamada Maçaranduba, localizada na TI Rio Pindaré. De acordo com Erisvan Bone, essa aldeia vem sendo beneficiada há alguns anos por um projeto elaborado pela empresa mineradora Vale S.A., visando a compensação dos impactos ambientais e sociais causados pela instalação da EFC no entorno da TI Rio Pindaré.

A relação que os Tentehar/Guajajara da aldeia Maçaranduba possuem com a mineradora Vale S.A. é perpassada por momentos bons e ruins, diz Erisvan Bone. No entanto, essa relação foi um processo que demorou muito para ser construído. Relata que, embora a instalação da EFC tenha ocasionado muitos impactos, em alguns momentos a Vale S.A. ameaçou cancelar Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas (PACI). Como reação ao cancelamento dos recursos, os indígenas fazem manifestações, interditando o trecho da EFC que passa próximo a TI Rio Pindaré. Como ele fala:

[...] tem a aldeia Maçaranduba. O pessoal da Vale deu ajuda, mas não perpetuou. Começaram a fazer manifestações. Foi muita luta “pra” conseguir continuar com o apoio da Vale. Hoje, tem uma relação boa com a Vale, e foi uma coisa muito demorada “pra” se formar. No começo é maravilha, mas depois vêm os impactos. Os “índios” fazem conflito no primeiro problema interditando a ferrovia. Os “índios” são ludibriados no final das contas porque não tem continuação dos recursos (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

Erisvan Bone afirmou que uma estratégia de resistência usada pelos indígenas frente aos desafios provocados pelo contato com esses empreendimentos tem sido a criação de projetos elaborados pelos próprios indígenas em veículos de comunicação, chamados de novas mídias em redes sociais na internet, fato observado por ele:

[...] outras pessoas de “outros grupos” têm feito parte disso, e tem usado a comunicação, por que “a gente” viu que podia dar um passo mais além, e passou a usar a comunicação “pra” conseguir espaço. “A gente” conseguiu visibilidade através dos veículos de comunicação “pra” contar a história como ela realmente deve ser contada, “pra” mostrar que nós podemos ser protagonistas da nossa própria história (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02.2019).

O uso da comunicação, segundo Erisvan Bone, tem possibilitado envolver alguns indígenas Tentehar/Guajajara em redes hipermediadas no ciberespaço. Isso torna possível a eles construir projetos dirigidos a abranger/englobar outros povos indígenas. Destaca como exemplo a Mídia Índia, um grande projeto criado pelo próprio Erisvan Bone juntamente com outros Tentehar/Guajajara para dar visibilidade aos problemas vividos pelos indígenas em contextos de invisibilidade na área da comunicação.

Erisvan Bone refere-se a uma rede digital que funciona como veículo de comunicação vinculado à rede social Instagram e a plataforma de vídeos YouTube que permite a jovens indígenas Tentehar/Guajajara e de outros povos, manejar meios de comunicação criados por não indígenas, adaptando-os aos próprios contextos nativos de produção da informação. Isso os torna capazes de serem os protagonistas de suas próprias narrativas (histórias).

Ao destacar a Mídia Índia Erisvan Bone explana dois posicionamentos distintos que distingue “grandes projetos” que podem ser construídos tanto por indígenas como por brancos. Embora tenha uma compreensão do que são os grandes projetos feitos por brancos como agronegócio, ferrovia e usina de energia, meu interlocutor não propõe uma categoria equivalente para classificar esses empreendimentos, tal como Ozany Tatainy que propõe a noção de “projeto dos Karaiw”, ou de Flaubert Guajajara, que usa categorias externas a seu campo semântico nativo, especialmente “aquecimento global” e “globalização”, para mencionar os efeitos negativos causados pela instalação de grandes projetos direcionados a implantação de eixos rodoviários e ferroviários em áreas próximas a terra indígena onde leciona.

Erisvan Bone apresenta sua concepção de grandes projetos ao referir-se a Mídia Índia. Ao seu ver, a Mídia Índia é resultado do envolvimento de alguns Tentehar/Guajajara em projetos elaborados por brancos, no Maranhão, cujo resultado possibilitou-lhes construir projetos direcionados ao protagonismo dos povos indígenas em redes sociais hipermediadas no ciberespaço. No próximo item, faço uma reflexão inspirada na rede de comunicação Mídia Índia, buscando perceber aspectos relacionados ao seu contexto de criação a partir do envolvimento dos Tentehar/Guajajara em projetos implantados por não indígenas, na TI Araribóia.

#### **4.4 “Grandes projetos” são coisa de “índio”: a Mídia Índia**

Eu soube da existência do projeto Mídia Índia em fevereiro de 2019, através de minha aproximação com Erisvan Bone na cidade de Imperatriz (MA). Procurei compreender o processo de criação da Mídia Índia através de entrevista realizada



por mim e outra feita por pesquisadores vinculados ao Instituto Socioambiental (ISA)<sup>47</sup>.

A entrevista realizada pelo ISA (2018) me permitiu entender que a Mídia Índia surgiu a partir de experiências vivenciadas por Erisvan Bone e outros indígenas Tentehar/Guajajara chamados Edivan Guajajara e Ronilson Lima Flai Guajajara, quando participaram de um projeto chamado “Coisa de Índio, Alma Brasileira”.

Busquei informações pertinentes ao projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira. Localizei uma plataforma de dados<sup>48</sup> na qual observei que o referido projeto foi resultado de um “programa de compensação” elaborado pela empresa brasileira Suzano Papel e Celulose (SPC) S.A.<sup>49</sup>. A SPC possui uma fábrica instalada na cidade de Imperatriz (MA) que foi inaugurada em meados do ano de 2014.

Analisei no Plano da CCOCALITIA (2017) que a SPC precisou elaborar este programa para obter uma licença ambiental que permitisse sua instalação em Imperatriz. A implantação da SPC geraria como efeito a expansão da produção de eucalipto na região centro-sul maranhense, afetando diretamente as TI Araribóia, Governador e Krikati.

Para Oliveira (2019), após a implantação de uma unidade industrial da SPC, em Imperatriz (MA), ocorreu a expansão da silvicultura<sup>50</sup> de produção de eucalipto na Amazônia legal maranhense, ocasionando diversas transformações socioambientais em áreas ocupadas por povos indígenas. Pantoja & Pereira (2016) mencionam que a SPC reconhece e classifica determinadas terras indígenas, no Maranhão, impactadas diretamente pela sua instalação, especialmente: Araribóia,

---

<sup>47</sup> A entrevista foi feita por Selma Gomes, Beatriz Murer, Mariana Furtado e Mario Brunoro quando Erisvan Bone estava participando do 15º Acampamento Terra Livre (ATL). Cf. ISA (2018). Disponível em:

< [https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CDesde\\_quando\\_eu\\_fazia\\_faculdade,\\_eu\\_tive\\_uma\\_ideia:\\_como\\_eu\\_poderia\\_dar\\_um\\_retorno\\_para\\_a\\_minha\\_aldeia%E2%80%9D](https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CDesde_quando_eu_fazia_faculdade,_eu_tive_uma_ideia:_como_eu_poderia_dar_um_retorno_para_a_minha_aldeia%E2%80%9D) > Acesso em: 06/07/2021.

<sup>48</sup> Cf. Plataforma Coisa de Índio. Disponível em: < <https://www.coisadeindio.com.br/blank-r13x2> > Acesso em: 26/07/2021.

<sup>49</sup> A SPC é considerada a maior produtora mundial de celulose proveniente de eucalipto (*Eucalyptus ssp.*) e líder global no mercado de produção de papel.

<sup>50</sup> A Silvicultura é a ciência que estuda o cultivo de florestas através do manejo agrícola, com o objetivo de produzir madeiras e seus derivados para satisfazer as necessidades do mercado, dentro do uso racional de exploração dos recursos florestais. Cf. Site da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPECTO). Disponível em: Acesso em: < <https://www.to.gov.br/adapec/vegetal/sanidade-vegetal/silvicultura/> > Acesso em: 01/02/2019.

Governador, Geralda Toco Preto, Bacurizinho, Canabrava/Guajajara, Kanela e Porquinhos.

Nesse sentido, o Plano feito pela CCOCALITIA (2017) aponta que a SPC elaborou um “programa de compensação” visando à mitigação dos impactos causados pela produção de eucalipto no entorno de terras ocupadas por povos indígenas. Os recursos provenientes da SPC foram parcialmente<sup>51</sup> aplicados na elaboração de um projeto denominado Coisa de Índio, Alma Brasileira dirigido a formação de comunicadores indígenas através da realização de oficinas de capacitação audiovisual.

As oficinas foram ministradas por profissionais ligados a uma ONG chamada Coletivo 105<sup>52</sup>, em parceria com o Instituto Makarapy<sup>53</sup> e com a empresa Ybirá Consultoria<sup>54</sup>. Localizei uma plataforma de dados<sup>55</sup> na qual observei que o referido projeto foi implantado nas TI Araribóia, Governador e Krikati, respectivamente ocupadas pelos povos Tentehar/Guajajara, Gavião Pukobiê e Krikati (vide ilustração 03).

---

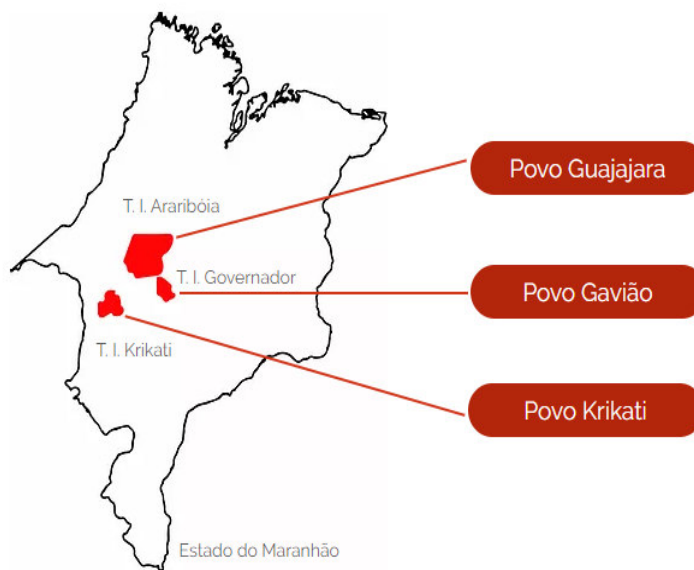
<sup>51</sup> O Plano da CCOCALITIA (2017) informa que os recursos financeiros da SPC foram aplicados em outras atividades como reunião com caciques e lideranças; apoio ao protagonismo indígena; desenvolvimento da produção agrícola; infraestrutura da educação indígena (casa do estudante indígena para formação universitária); resgate de celebrações, festas culturais, indumentárias, artefatos e recursos audiovisuais; combate a incêndios florestais, incluindo assistência aos grupos de Guardiões da Floresta; apoio à implantação de plano de gestão territorial; e equipação de espaço para formação local de lideranças indígenas chamado casa de eventos.

<sup>52</sup> O Coletivo 105 trabalha com a produção de material audiovisual direcionado aos “povos tradicionais” e ao tema da sustentabilidade. Cf. Coletivo 105. Disponível em: < <https://www.coletivo105.com.br/> > Acesso em: 26/07/2021.

<sup>53</sup> O Instituto Makarapy é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos. Cf. Instituto Makarapy. Disponível em: < [https://www.instagram.com/makarapy\\_instituto/](https://www.instagram.com/makarapy_instituto/) > Acesso em: 26/07/2021.

<sup>54</sup> A Ybirá Consultoria e Projetos Ambientais é uma empresa dos setores de Engenharia Floresta e Ambiental. Cf. Ybirá Consultoria. Disponível em: < <http://ybira.com/empresa> > Acesso em: 26/07/2021.

<sup>55</sup> Cf. Plataforma Coisa de Índio. Cf. Coisa de Índio. Disponível em: < <https://www.coisadeindio.com.br/blank-r13x2> > Acesso em: 26/07/2021.



**Figura 5 – Mapa das TI contempladas pelo Projeto Coisa de Índio, Alma brasileira.**

**Fonte:** Plataforma Coisa de Índio. Acesso em: 25/07/2021.

A inauguração do projeto supracitado ocorreu na TI Araribóia durante a celebração da Festa do Mel em setembro de 2015. Nesse período, 12 jovens Tentehar/Guajajara participaram das oficinas de capacitação e produção audiovisual concluídas em 2016. As oficinas foram desenvolvidas em três etapas: introdução à fotografia e à produção audiovisual (TI Araribóia – setembro/2015); edição e montagem no cinema digital (Brasília – outubro/2015); e oficinas de produção audiovisual, de rádio e de serigrafia (TI Araribóia – abril/2016).



**Figura 6 - Indígenas Tentehar/Guajajara aprendendo a usar câmera audiovisual durante oficina.**

**Fonte:** Plataforma Coisa de Índio. Acesso em: 26/07/2021.

Posteriormente, o Projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira foi direcionado para TI Krikati, onde foram ministradas novas oficinas junto a quinze jovens do povo Krikati, finalizadas em 2017. Em setembro deste mesmo ano, outros quinze jovens Gavião Pykobjê, na TI Governador, também receberam capacitação audiovisual. A fotografia abaixo divulgada pela empresa patrocinadora Suzano Papel e Celulose registrou a cerimônia de entrega dos certificados para os Gavião Pykobjê que concluíram as oficinas no ano de 2018.



**Figura 7 - Entrega dos certificados para indígenas Gavião Pykobjê.**

**Fonte:** Suzano Papel e Celulose. Acesso em: 25/07/2021.

As atividades de capacitação audiovisual desenvolvidas possibilitaram a construção de um acervo histórico acerca da cultura dos povos envolvidos. No total, foram capacitados 42 comunicadores indígenas ao longo de 600 horas de aula ministradas durante a realização das oficinas.

Pude observar na plataforma Coisa de Índio que os resultados produzidos pelos indígenas favoreceram a criação de um acervo de material audiovisual, fotografias e produtos gráficos. Foram realizadas 04 mostras de “cinema indígena” apresentadas nas TI Araribóia, Krikati e Governador; 07 exposições fotográficas (1 em Brasília, 2 em Imperatriz/MA e 3 em Terras Indígenas); 19 documentários de curta metragem realizados por jovens indígenas; 1 animação de curta metragem; 2

centros de produção audiovisual instalados em Terras Indígenas (Araribóia e Krikati); 2 podcasts; e 1 documentário de média metragem<sup>56</sup>.

Na Plataforma Coisa de Índio tive acesso a uma animação chamada “A Festa dos Encantados” produzida por cineastas Tentehar/Guajajara que participaram da oficina sobre “introdução à fotografia e à produção audiovisual” realizada em setembro de 2015. Trata-se de um desenho animado de aproximadamente 13 minutos narrado pelo tamuiz<sup>57</sup> Vicente considerado um sábio Tentehar/Guajajara que viveu na TI Araribóia



**Figura 4 - Na foto, estão tamuiz Vicente e um produtor audiovisual Tentehar/Guajajara.**

**Fonte:** Plataforma Coisa de Índio. Acesso em: 26/07/2021.

Quando assisti a animação pude perceber que foi baseada em aspectos mitocsmológicos de uma lenda do povo Tentehar/Guajajara. Apresenta a saga de um pajé que, à procura do irmão desaparecido, descobre um mundo subterrâneo habitado por seres sobrenaturais chamados de encantados. Enquanto permanece nesse outro mundo, observa todas as festas e cantos feitos pelos encantados, aprendendo sobre as várias celebrações realizadas por eles. Quando sente saudade

---

<sup>56</sup> Observei na Plataforma Coisa de Índio dados quantitativos sobre o material audiovisual produzido pelos indígenas. Contudo, não foi possível ter acesso a maior parte desse material.

<sup>57</sup> *Tamuiz* é um termo da língua tentehar/guajajara que designa uma pessoa idosa, melhor dizendo, um ancião sábio.

de sua família, retorna para sua aldeia de origem, onde ensina ao seu povo tudo que aprendeu acerca das celebrações realizadas pelos encantados<sup>58</sup>.

A animação foi apresentada em 11 festivais de cinema, sendo premiada em quatro deles entre os quais menciono: Jumara Festival Internacional de Cine Indígena de Panamá, Festival de Cinema Brasileiro de Brasília, Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM) e o Festival de TV e Cinema do Interior do Espírito Santo (FECIN). Durante as exibições em festivais, cerca de 25.000 pessoas puderam assistir ao curta-metragem. Posteriormente, a animação também foi transformada em um livro ilustrado que beneficiou cerca de 2.000 alunos de escolas indígenas no Maranhão. O livro foi publicado em formato online pelo Coletivo 105, responsável por ministrar as oficinas de comunicação audiovisual, nas versões em inglês e português.

O Projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira também possibilitou a instalação de um centro de produção audiovisual na TI Araribóia que recebeu o nome de Centro Audiovisual Maria Santana Guajajara. Procurei por informações a respeito deste centro até que encontrei um vídeo em exibição na plataforma Coisa de Índio apresentado por Erisvan Bone, principal interlocutor desta pesquisa. No vídeo, Erisvan Bone descreve o processo de instalação do prédio abordando que:

[...] então, aqui é onde vai ser o centro, “né”, audiovisual Maria Santana Guajajara. E aqui a equipe está trabalhando na produção do local, “né”! Na estrutura física... nós vamos ter dois ambientes, “né”, dois espaços. Aqui vai ser a sala de serigrafia. Os meninos “tão” terminando o acabamento. E aqui vai ser a sala de audiovisual, a sala de produção, onde “a gente” vai trabalhar com fotos, com rádio, com gravação. É uma estrutura toda pensada e toda montada “pra” gente poder exercer o que a gente aprendeu durante essa capacitação “em que” fizemos. Então “pra gente” é uma grande conquista por que pela primeira vez nós índios vamos estar contando a nossa história ao nosso modo de “vista”, do jeito que “a gente” vê. “A gente” não vai precisar de nenhum branco “pra tá” contando a nossa história. E que hoje aqui a TI Araribóia ela vai ter um centro de cultura e esse centro que vai levar o nome da nossa protetora da terra que é a Maria Santana conhecida como Kariamora na língua. “Pra gente” é uma grande conquista. Então, “a gente” teve um período de capacitação, aprendemos a mexer com fotografia, a fazer rádio, a fazer serigrafia e todo esse trabalho com esses 12 alunos que foram capacitados eles vão exercer essa função nesse espaço onde vocês tão vendo que está sendo montado, então “a gente” só tem a agradecer, “né”? E vamos partir “pra” que esse sonho seja realizado e que no futuro “a gente” possa contar, “né”, “pros” nossos filhos,

---

<sup>58</sup> A Festa dos Encantados pode ser assistida na plataforma Coisa de Índio. Cf. Coisa de Índio. Disponível em: < <https://www.coisadeindio.com.br/blank-b1pzd> > Acesso em: 02/08/2021.

sobre... “pros” nossos antepassados (ERISVAN BONE, observado na Plataforma Coisa de Índio em 26.07.2021)<sup>59</sup>.

No vídeo Erisvan Bone ressalta a importância de ser implantado no interior da TI Araribóia um espaço com infraestrutura adequada para realização de atividades focalizadas nas áreas de serigrafia, rádio, gravação e produção audiovisual. O local destinado para essa finalidade recebeu o nome de Centro Audiovisual Maria Santana em homenagem a uma importante liderança do povo Tentehar/Guajajara também conhecida como Dona Maria Santana<sup>60</sup> ou Kariamora, na língua nativa. A inauguração aconteceu no ano de 2018 durante uma cerimônia registrada pelo Coletivo 105 (vide fotografia 06).



**Figura 5 - A homenageada Maria Santana e a líder indígena Sônia Guajajara segurando a placa de inauguração, e outros Tentehar/Guajajara durante a inauguração do Centro Audiovisual Maria Santana.**

**Fonte:** Coletivo 105. Acesso em: 26/07/2021.

A instalação do referido centro representa, segundo Erisvan Bone, um grande avanço que permite aos comunicadores Tentehar/Guajajara falar sobre as narrativas míticas, históricas e culturais de seu povo a partir do ponto de vista nativo, sem depender para isso da interferência de não indígenas chamados por ele de

---

<sup>59</sup> O vídeo está disponível em formato online com o título “Guajajara”. Disponível em: < <https://www.coisadeindio.com.br/guajajara> > Acesso em: 02/08/2021.

<sup>60</sup> Kariamora, também conhecida como Dona Maria Santana (ALMEIDA, 2019), é uma importante liderança do povo Tentehar/Guajajara que nasceu na TI Araribóia. Fundou, em 1992, uma aldeia chamada Lagoa Quieta chefiada por ela própria.

“brancos”. Como o próprio Erisvan Bone menciona: “nós mesmos vamos mostrar a realidade para que as vozes dos guajajara sejam ecoadas pelo mundo” (ERISVAN BONE, observado na Plataforma Coisa de Índio em 26.07.2021).

A narrativa acima revela a intenção de contar a história dos Tentehar/Guajajara para sociedade não indígena através do ponto de vista nativo. De certa forma, Erisvan Bone pôde consolidar essa intenção em meados do ano de 2017, quando criou com outros indígenas Tentehar/Guajajara um “grande projeto” na área de comunicação formado por indígenas de diferentes povos do Brasil que recebeu o nome de “Mídia Índia”.

Esse “grande projeto” foi resultado das experiências vividas por alguns Tentehar/Guajajara que participaram das oficinas de capacitação audiovisual referentes ao projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira. Isso permitiu a eles adquirir conhecimentos em áreas como redes sociais, novas mídias <sup>61</sup>, reportagem, fotografia, produção audiovisual e internet.

Inicialmente, o projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira foi o contexto que possibilitou a criação de uma rede digital dirigida ao protagonismo de comunicadores indígenas. Encontrei uma entrevista realizada com Erisvan Bone, em Brasília, feita por profissionais ligados ao ISA (2018) que me permitiu compreender melhor o contexto em que surgiu a Mídia Índia. Nesta entrevista, perguntaram a Erisvan como ocorreu o processo de criação da Mídia Índia:

[...] então, a Mídia Índia foi um processo que, desde quando eu fazia faculdade, quando terminei minha faculdade, eu tive uma ideia: como eu poderia dar um retorno para a minha aldeia? Como eu poderia dar um retorno do que eu tive na cidade e levar para a aldeia? (ERISVAN BONE, entrevista realizada pelo ISA em 2018).

Erisvan Bone, ao contrário de grande parte dos Tentehar/Guajajara, possui uma trajetória escolar diferenciada, realizada fora de uma terra indígena. Durante a adolescência viveu em Imperatriz (MA), onde recebeu toda formação educacional secundária em uma escola não indígena. Após concluir o ensino médio, iniciou os estudos superiores no curso de jornalismo, da UFMA, concluído no ano de 2015

---

<sup>61</sup> Novas mídias são Novas Tecnologias de Comunicação e Informação (NTIC) que têm ganhado espaço em diversos veículos de comunicação a partir da internet. Difere-se de outros veículos de comunicação como televisão, jornal, etc. (NOGUEIRA & BRASILEIRO, 2019).



sob orientação do professor Ben Rholdan Sousa Pereira<sup>62</sup>, jornalista especializado na área de comunicação e marketing, com ênfase em novas mídias e redes sociais na internet.

Foi neste curso que Erisvan Bone pôde adquirir uma formação profissional direcionada a áreas como comunicação, internet, redes sociais e multimeios<sup>63</sup>, influenciada por sua aproximação com Ben Rholdan Sousa Pereira. Na UFMA, passou a refletir em relação a possibilidade de usar o conhecimento que aprendeu no campo acadêmico para criar projetos em sua própria aldeia chamada Lagoa Quieta.

Foi nesse processo de reflexão que Erisvan Bone disse-me ter pensado em desenvolver uma “ideia” através de recursos provenientes do projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira, cujo resultado possibilitou a capacitação profissional de outros indígenas Tentehar/Guajajara em áreas voltadas a comunicação e produção audiovisual. Erisvan Bone contou aos entrevistadores do ISA (2018) que:

[...] a partir dessa ideia, do “Coisa de Índio”, a gente capacitou 12 indígenas guajajara, ensinando eles a usar a câmera, como se faz vídeo, como que edita, como que produz curta, como que se faz longa. E a partir desse processo, os jovens ganharam empoderamento na área de comunicação. Então, a princípio, “a gente”, depois que fundamos esse projeto e capacitamos esses jovens para eles serem protagonistas da sua própria história, nós tivemos a ideia de dizer “acho que a gente pode ir além”. Por que não ir além? Então vamos procurar um meio de criar uma mídia que possa abranger todos os povos (ERISVAN BONE, entrevista realizada pelo ISA em 2018).

De acordo com Erisvan Bone, a capacitação dos Tentehar/Guajajara envolvidos no projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira criou as condições necessárias para construção da Mídia Índia. Ao descrever esse processo, Erisvan coloca que entre os anos de 2015 e 2016 estavam sendo realizadas assembleias na TI Araribóia, onde alguns Tentehar/Guajajara discutiam a criação de uma rede digital voltada ao protagonismo dos povos indígenas. Em uma delas, organizada pela CCOCALITIA, em meados de 2017, surgiu a ideia de criar a Mídia Índia que

---

<sup>62</sup> Em 2015, Ben Rholdan Sousa Pereira era professor vinculado a coordenação do curso de ciências contábeis do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia (CCSST) da UFMA. Cf. Portal da UFMA (2021). Disponível em: <[https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2149322&lc=en\\_US](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2149322&lc=en_US)> Acesso em: 02/08/2021.

<sup>63</sup> Borges (1999) aponta que *Multimeios* (meios multissensoriais) são todos os recursos usados na comunicação. É uma área da comunicação social que estuda os meios ou veículos utilizados para se comunicar uma idéia, mensagem, imagem, informação ou qualquer conteúdo audiovisual.

funcionaria a partir de plataformas vinculadas a novas mídias digitais, como Instagram e YouTube. Sobre esse processo relata que:

[...] foi aí que surgiu a ideia da Mídia Índia. Foi em uma reunião nossa, da Associação dos Caciques da TI Araribóia (CCOCALITIA), lá na nossa região... E aí, a partir daí, “a gente” veio para o ATL no ano passado e “a gente” veio com o “chamamento” de reunir todos os comunicadores indígenas para discutir uma pauta que falasse sobre a comunicação e pudesse abranger todos os povos. “A gente” se encontrou ano passado, se reuniu com os comunicadores — tinha aqui presente 57 comunicadores indígenas — e a partir daí a gente lançou oficialmente a Mídia Índia, que foi no ATL no ano passado (ERISVAN BONE, entrevista realizada pelo ISA em 2018).

O interlocutor coloca que o processo de construção da Mídia Índia foi resultado de discussões coletivas realizadas de forma conjunta com outros indígenas. Quando o entrevistei, recordo-me dele haver mencionado que criou a Mídia Índia juntamente com outros indígenas cujos nomes são Edivan Guajajara e Ronilson Lima Flai Guajajara, todos membros do povo Tentehar/Guajajara. Procurei levantar informações sobre ambos através de uma plataforma virtual vinculada a ONG norte-americana If Not Us Then Who<sup>64</sup> que apresenta alguns elementos biográficos pertinentes aos dois. Destaco a seguir o que foi possível selecionar.

Edivan Guajajara vive na Aldeia Zutiwa, situada na TI Araribóia. Atua na Mídia Índia como designer e editor de vídeo realizando atividades de fotografia que registram a luta dos Tentehar/Guajajara pela proteção territorial e defesa do meio ambiente. Uma parte do texto analisado faz referência a uma fala mencionada por Edivan Guajajara acerca da importância da produção audiovisual para os Tentehar/Guajajara. Representa uma:

[...] oportunidade para mostrarmos a nossa cultura e a nossa resistência, hoje temos nosso próprio meio de comunicar e divulgar nossos trabalhos para que as pessoas possam conhecer a nossa verdadeira história e possa fortalecer a nossa luta (EDIVAN GUAJAJARA, observado no portal virtual da If Not Us Then Who em 26.07.2021).

Já Ronilson Lima Flai Guajajara, conhecido popularmente como “Flay Guajajara”, é um cineasta e fotógrafo que exerce um cargo que a If Not Us Then

---

<sup>64</sup> ONG direcionada ao apoio de povos indígenas e “comunidades locais”. Cf. If Not Us Then Who (2021). Disponível em: < <https://ifnotusthenwho.me/pt-br/who/edivan-guajajara/> > Acesso em: 07/07/2021.

Who chama de Coordenador de Comunicação da TI Araribóia. Foi um dos jovens Tentehar/Guajajara que participou das oficinas de produção audiovisual do Projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira.

Tanto Edivan Guajajara como Ronilson Lima foram juntos com Erisvan Bone para o 14º Acampamento Terra Livre (ATL). O ATL é um movimento político que ocorre há 17 anos reunindo indígenas de diferentes povos do Brasil visando o fortalecimento e articulação da luta e resistência do “movimento indígena”<sup>65</sup>. Nesse evento, pretendiam reunir um total de 57 comunicadores indígenas pertencentes a diferentes povos. Foi nesse momento que começaram a fazer a divulgação da Mídia Índia, buscando selecionar novos membros para fazer parte do projeto.

Erisvan Bone relatou-me pessoalmente que durante o ATL foram selecionados 06 comunicadores para compor o quadro de membros efetivos da Mídia Índia. Pude identificar quem são os membros efetivos através de uma sugestão feita por Erisvan Bone que me disse para consultar o perfil oficial da Mídia Índia registrado no Instagram<sup>66</sup> através do perfil virtual “@mídiaindiaoficial”.

A Mídia Índia é composta por 09 membros efetivos que compõem o quadro da equipe técnica de comunicadores. O primeiro deles é Erisvan Bone que exerce o cargo de repórter, função também desempenhada por Djuena Tikuna, indígena membro do povo Tikuna, graduada em jornalismo. O segundo refere-se a Benício Pitaguary, membro do povo Pitaguary, geógrafo que atua na equipe como fotógrafo, atividade também desenvolvida por Priscila Tapajowara, membro do povo Tapajó. Também integra a equipe técnica Tipuici Manoki, especialista em redes, além dos indígenas do designer Edivan Guajajara e do cineasta Ronilson Lima Flai.

É possível percebermos que a equipe técnica da Mídia Índia é formada por indígenas de diferentes povos o que remete a noção de grandes projetos construída por Erisvan Bone como algo que possibilita *envolver, abranger e englobar* diferentes povos e suas especificidades.

---

<sup>65</sup> Cf. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB, 2017). Disponível em: < <https://apiboficial.org/2017/03/27/convocatoria-acampamento-terra-livre-2017/> > Acesso em: 06/07/2021.

<sup>66</sup> Cf. o perfil da Mídia Índia no Instagram chamado “@mídiaindiaoficial”. Disponível em: < <https://www.instagram.com/midiaindiaoficial/> > Acesso em: 02/08/2021.

O projeto também conta com outros membros secundários chamados de colaboradores, que podem ser tanto indígenas como não indígenas. Contudo, não foi possível identificá-los por meio do perfil online da Mídia Índia no Instagram.

Quando entrevistei Erisvan, fui informado que a intenção dos membros efetivos que compõem a Mídia Índia era conseguir desenvolver, por meio de atividades realizadas por eles próprios, a capacitação profissional de jovens indígenas em projetos de comunicação audiovisual. Tal estratégia busca selecionar novos membros, efetivos ou colaboradores. Erisvan relatou-me que:

[...] no total, nós somos 10, hoje, e a ideia esse ano é que esses 10 possam capacitar outros que “possa” multiplicar esse número, entendeu? “A gente” quer que a Mídia Índia hoje possa ter 10, 20, 30, 40 50, que “a gente” possa chegar até 1000 componentes que “possa” ter junto com “a gente” (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02. 2019).

Em uma das estratégias usadas para atrair novos componentes, efetivos ou colaboradores, Erisvan falou-me que todos os membros efetivos da Mídia Índia pretendiam ir novamente à Brasília durante a organização do 17º ATL, ocorrido entre 24 e 26 de abril de 2019, buscando recrutar indígenas de ao menos dois povos diferentes por região do país, na perspectiva de capacitar uma equipe que fizesse a cobertura do evento.

Fui informado por Erisvan Bone que a agenda da Mídia Índia também inclui um projeto que previa a realização de oficinas em aldeias indígenas localizadas fora do Maranhão, visando à qualificação profissional de indígenas na produção de material voltado a comunicação audiovisual. As oficinas são realizadas em encontros ocorridos exclusivamente em TI, por exigência coletiva dos comunicadores indígenas.

Meu interlocutor disse que a capacitação de profissionais indígenas na comunicação busca a formação de pessoas interessadas em produzir conteúdo audiovisual que desnaturalize classificações ou estereótipos negativos divulgados por grandes veículos de comunicação que:

[...] só falam do “povo indígena” do lado negativo. Tu nunca vai ver alguém falando bem de “indígena”. Por exemplo, quando “a gente” vai “pra” fazer alguma ocupação, alguma manifestação, eles nunca falam ocupar, eles falam invadem, “né”? Então, sempre eles falam mal dos indígenas. “A

gente” quer vim “pra” tirar esse tabu que índio vive na mata, que anda pelado e pronto. Tipo assim, “muita gente” não aceita que “o indígena” possa ter celular, que “o indígena” possa ter computador, que o “indígena” possa ter carro. Então, “muita gente” tem essa visibilidade ainda “tapada”. Ah, tu deixou de ser “índio” por que tu saiu da aldeia e não é assim. E “a gente” meio que vem quebrando com essa... com essa ideia, entendeu? Que é dar visibilidade é... às raízes tradicionais desse Brasil. Que a gente sabe o Brasil é indígena. E aí, é mostrar que nós podemos ser quem vocês são sem deixar de ser quem somos. Tipo assim, não é que eu saí da minha aldeia, que eu moro na cidade, que eu deixei de ser indígena. Então “a gente” quer quebrar muito esse tabu que tem hoje em dia que as pessoas pensam que praticamente é assim, e não é (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02. 2019).

Ao término da entrevista, questionei Erisvan Bone acerca da repercussão que a Mídia Índia tem alcançado nos veículos de comunicação. Segundo Erisvan Bone, este projeto vem ganhando uma visibilidade muito ampla por meio do apoio de artistas nacionais, notadamente atores, atrizes e cantores.

Meu interlocutor mencionou nomes como Maria Gadú, Rafael Viana, Mel Lisboa, Bruno Gissoni, entre outras pessoas não indígenas, que atuam na Mídia Índia enviando pautas e divulgando notícias em veículos de comunicação para melhorar o engajamento nas redes sociais.

Para Erisvan Bone, a intenção é envolver o maior número de pessoas possíveis, sendo elas indígenas ou não. Envolvimento para Erisvan Bone significa abranger as pessoas no sentido de uma transformação, não somente voltada aos povos indígenas, mas também para os indígenas. Segundo ele:

[...] é que “a gente” sempre fala não é por que “a gente” é indígena que “a gente” vai trabalhar só com indígena, “né”. Assim, “a gente” quer envolver todo mundo, e conscientizar aqueles que não são indígenas, não só os indígenas, “pra” demarcar novos territórios e novos direitos (ERISVAN BONE, entrevista realizada em 22.02. 2019).

O sentido de envolver todo mundo expressa a vontade que Erisvan Bone possui de tornar a Mídia Índia um projeto direcionado a visibilização dos povos indígenas, buscando conscientizar aqueles que não são indígenas a partir de histórias narradas pelos próprios indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, realizei uma reflexão acerca do uso da noção de “grandes projetos” a partir de experiências vivenciadas, inicialmente, com pesquisadores alocados em instituições universitárias e governamentais e, em segundo momento, com alguns indígenas do povo Tentehar/Guajajara.

Primeiramente, analisei os discursos produzidos por pesquisadores alocados em instituições universitárias, através de alguns trabalhos acadêmicos mapeados em bases de dados bibliográficas. Mapeei trabalhos que vêm sendo desenvolvidos nas áreas de Antropologia, Geografia e Sociologia, por pesquisadores que associam grandes projetos a empreendimentos vinculados a mineração e ao agronegócio em terras ocupadas pelos Tentehar/Guajajara, no Maranhão. Os impactos causados por esses empreendimentos têm produzido inúmeros efeitos negativos relacionados ao desmatamento, queimadas e invasões.

No Maranhão, a “frente mineradora industrial” atraiu uma frente agrícola oriunda das regiões sul e sudeste, resultando em mudanças na estrutura agrária do Estado que trouxeram consequências negativas para as forma de organização social e simbólica dos povos indígenas, principalmente em relação aos Tentehar/Guajajara.

Para atenuar os problemas causados pelo avanço das atividades minerais e agroindustriais, os povos indígenas, especialmente aqueles localizados no Maranhão, vêm buscando respostas em nível local, regional e nacional junto a movimentos de articulação que reúnem diferentes povos indígenas, além de órgãos estaduais e federais e Organizações Não-Governamentais (ONG), sensibilizadas junto a esses povos. A principal resposta encontrada pelos indígenas consiste na construção de associações indígenas, conselhos e redes sociais na internet.

Em seguida, analisei os posicionamentos atribuídos por alguns agentes governamentais, com base em trabalho de campo. Por meio de entrevistas semiabertas, reuni um material que me permitiu entender concepções produzidas por eles em relação ao que chamam de “grandes projetos”.

Na AGERP, entrevistei uma agente técnica que associa grandes projetos a empreendimentos ligados ao extrativismo, mineração e agronegócio. Na CODEVASF, o interlocutor que entrevistei associou grandes projetos a um projeto desenvolvido por esta agência pública chamado “Quintais Produtivos”. Ambos

associam o termo a experiências de trabalho vividas nas instituições governamentais em que trabalham.

Também realizei entrevistas semiabertas com três indígenas Tentehar/Guajajara que vivem nas TI Rio Pindaré, Canabrava/Guajajara e Araribóia, buscando perceber as percepções que produzem em relação ao que chamam de “grandes projetos”.

Meu primeiro interlocutor, Flaubert Guajajara, apropria-se de categorias acadêmicas para descrever os efeitos negativos causados pela implantação de eixos rodoviários e ferroviários, enquanto a segunda interlocutora, Ozany Tatainy, classifica esses empreendimentos como *projeto dos karaiw*. Entende que “grandes projetos” seria algo produzido por indígenas, para indígenas. Essa percepção difere daquela construída por Erisvan Bone, que dissocia grandes projetos da noção de desenvolvimento. Este interlocutor, classifica dois tipos: “grandes projetos” elaborados por indígenas e “grandes projetos” elaborados por brancos.

Como exemplo de um “grande projeto” elaborado por indígenas citou a Mídia Índia. Trata-se de um veículo de comunicação voltado ao protagonismo de indígenas de diferentes povos em áreas como internet e redes sociais hipermediadas no ciberespaço.

Dei ênfase a este “grande projeto”, fazendo uma descrição do contexto que possibilitou a sua criação: o projeto Coisa de Índio, Alma Brasileira, implantado por não indígenas na TI Araribóia, que possibilitou a alguns Tentehar/Guajajara criarem um projeto de comunicação audiovisual nativo. Pude concluir que há tanto uma polifonia interna como externa aos “grandes projetos”, a partir das concepções produzidas por pesquisadores, agentes governamentais e indígenas Tentehar/Guajajara.

## REFERÊNCIAS

ALBERT, B. Introdução. In: \_\_\_\_\_. RAMOS, A. R. (Org). *Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no Norte Amazônico*. São Paulo: UNESP, 2002.

ALMEIDA, E. R. M. A política vai à festa. Sagacidade e estratégia tentehar nas relações interétnicas. 2019. 235f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília.

AMARAL, V. E. S. POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: formulação e execução do acesso na Universidade Federal do Maranhão. 2019. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão.

ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL (APIB). CONVOCATÓRIA ACAMPAMENTO TERRA LIVRE 2017. 27 de março de 2017. Disponível em: < <https://apiboficial.org/2017/03/27/convocatoria-acampamento-terra-livre-2017/> > Acesso em: 06/07/2021.

BACHELARD, G. A noção de obstáculo epistemológico: Plano da obra. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALANDIER, G. A Noção de Situação Colonial. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 3, p. 107- 131, 1993.

BARBOSA, Z. M. MESQUITA, U. J. S. Movimentos sociais indígenas em transformação: a estruturação política das lutas étnicas e suas organizações na Amazônia maranhense. *Revista Brasileira de Sociologia*, (Impresso), v. 05, n. 09, p. 59-85, jan./abr. 2017.

BORGES, G. L. A. *Multimeios na Educação Superior: aspectos referentes à seleção e utilização de recursos em sala de aula*. Instituto de biociências. Câmpus de Botucatu, UNESP, 1999.

BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Linguísticas*. 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.



BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Brasil sem Miséria*. Brasília: Governo Federal, 2011.

BRUSTOLIN, C. PROJETO DE ESTÁGIO NACIONAL - A “QUESTÃO” DO AGRONEGÓCIO NO MARANHÃO UFMA/DESOC. Projeto de Pesquisa, 2018.

BUZATTO, C. B. De Projetos a Projéteis: a trajetória da violência contra os povos indígenas no Brasil. *Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2015*, CIMI, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Sobre o diálogo intolerante. In: GRUPIONI, L. VIDAL, L. FISCHMANN, R. (Org). *Povos indígenas e tolerância*. São Paulo: EDUSP, 2001.

CEDI. *Aconteceu. Povos Indígenas no Brasil – 1987 / 88 / 89 / 90*. São Paulo, 1991.

CIDADE BRASIL. Microrregião do Médio Mearim, 2021. Disponível em: < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-do-medio-mearim.html> > Acesso em: 12/01/2021.

COELHO, E. M. B. As novas políticas indigenistas de educação. *REVISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA)*, São Luis, v. 5, n.1/2, p. 22-37, 2001.

COELHO, E. M. B. *Cultura e Sobrevivência dos Índios no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1987.

COELHO, E. M. B. FERREIRA, B. L. B. Novas dimensões sobre o cotidiano Awá. In: HERNANDO, A.; COELHO, E. M. B. (Org). *ESTUDOS SOBRE OS AWÁ: CAÇADORES-COLETORES EM TRANSIÇÃO*. São Luís: Ed. EDUFMA/IWGIA, 2013.

COELHO, E. M. B. Fora dos trilhos: o projeto carajás e o povo awá. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. *Anais eletrônicos...* 38º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2014.

COELHO, E. M. B. ÍNDIOS NO MARANHÃO: DA SELVA AOS TRILHOS DE CARAJÁS. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 2, n. 1, p. 62-71, jan./jul. 1986.

COELHO, E. M. B. Políticas indigenistas: o papel da igreja no processo civilizatório no Maranhão provincial. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 6, n. 2, p. 9-21, 2002.

COELHO, E. M. B. Territórios em confronto: A dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão. 1999. 252f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará.

Coletivo 105. Disponível em: < <https://www.coletivo105.com.br/> > Acesso em: 26/07/2021.

Coordenação da Comissão dos Caciques e Lideranças da Terra Indígena Araribóia (CCOCALITIA, Brasil). *PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA TERRA INDÍGENA ARARIBÓIA (PGTA)*. TI Araribóia, 2017.

CROCKER, W. O Movimento Messiânico Canela: Uma introdução (1967). In: SHADEN, E. *Leituras de Etnologia Indígena*. São Paulo: CEN, 1976.

DESCOLA, P. *OUTRAS NATUREZAS, OUTRAS CULTURAS*. São Paulo: Editora 34, 2016.

DINIZ, E. *Os Tenetehara-Guajajara e a Sociedade Nacional: Flexibilidade Cultural e Persistência Étnica*. Belém: Universidade Federal do Pará/CNPq, 1994.

FERREIRA, K. N. C. *Os Timbira*. São Paulo: Mimeo, 2001.

FIGUEIREDO JÚNIOR, J. D. G. “QUEREMOS DIZER PARA O BRASIL INTEIRO QUE NÓS ESTAMOS VIVOS E EXISTIMOS”: o processo de afirmação étnica e a luta por território dos Krenyê no Maranhão. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Maranhão.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Terras Indígenas, 2021. Disponível em: < [http://sii.funai.gov.br/funai\\_sii/informacoes\\_indigenas/visao/visao\\_terras\\_indigenas.wsp](http://sii.funai.gov.br/funai_sii/informacoes_indigenas/visao/visao_terras_indigenas.wsp) > Acesso: 08/08/2021.

GEERTZ, C. “O saber local: fatos e lei em uma perspectiva comparada”. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 85-107.

GOMES, M. P. *O índio na História: o povo Tenetehara em busca de liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. ISBN 631

GOMES, M. P. *The ethnical survival of the Tenetehara indians of Maranhão, Brazil*. Flórida: PhD University of Flórida, 1977.

HOBBSAWN, E. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

If Not Us Then Who. Edivan Guajajara, 2021. Disponível em: < <https://ifnotusthenwho.me/pt-br/who/edivan-guajajara/> > Acesso em: 07/07/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Catálogo. 2020. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=443994> > Acesso em: 28/11/2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *O BRASIL INDÍGENA*. Brasília, 2010. 5 p.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO). Ministério do Meio Ambiente. *Atlas dos Manguezais do Brasil*. Brasília, 2018. 178 p.

Instituto Makarapy. Instagram, 2021. Disponível em: < [https://www.instagram.com/makarapy\\_instituto/](https://www.instagram.com/makarapy_instituto/) > Acesso em: 26/07/2021.

Instituto Socioambiental (ISA). “Desde quando eu fazia faculdade, eu tive uma ideia: como eu poderia dar um retorno para a minha aldeia?”, 2018. Disponível em: < [https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CDesde\\_quando\\_eu\\_fazia\\_faculdade,\\_eu\\_tive\\_uma\\_ideia:\\_como\\_eu\\_poderia\\_dar\\_um\\_retorno\\_para\\_a\\_minha\\_aldeia%E2%80%9D](https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CDesde_quando_eu_fazia_faculdade,_eu_tive_uma_ideia:_como_eu_poderia_dar_um_retorno_para_a_minha_aldeia%E2%80%9D) > Acesso em: 06/07/2021.

Instituto Socioambiental (ISA). Terra Indígena Araribóia, 2021. Disponível em: < <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3600> > Acesso em: 28/11/2020.

MALHEIRO, B. C. OUVIR O TERRITÓRIO E PENSAR POR OUTRAS (GEO) GRAFIAS: TERRITORIALIDADES EM R-EXISTÊNCIA À MINERAÇÃO NA AMAZÔNIA. In: XIII Encontro Nacional da ANPEGE, 2019, São Paulo. *Anais Eletrônicos*. São Paulo: USP, 2019.

MARTINS, L. S. Os filhos de Maíra: territorialidade e alteridade entre os Tentehar “da Araribóia”. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília.

MARX, K. ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MELATTI, J. C. O índio na história (Resenha). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, n.1, p. 259-269, 2003.

MIGNOLO, W. *Histórias Locais e projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

MOASSAB, A. A prática da ecologia de saberes: reflexões sobre a hipermídia educativa a invenção do outro na mídia semanal. *e-cadernos CES*, (Online), n. 02, p. 1-11, dez. 2008.

MONZA, B. *O massacre do alto alegre*. 1ª ed., Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2018.

MUNIZ, M. C. S. “ALÉM DE ÍNDIO, AINDA É DOIDO”: o processo de internação de um indígena em uma instituição total. 2020. 147f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.

NIMUENDAJÚ, C. *The Eastern Timbira*. University of California Press, Berkeley e Los Angeles, 1946.

NOGUEIRA, D. D. BRASILEIRO, T. S. A. A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NO COMPORTAMENTO SOCIAL DOS ALUNOS: PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO 6º AO 9º ANO DA ESCOLA UBALDO CORREA. *RECH-Revista Ensino de Ciências e Humanidades*, (Online), v. 5, n. 2, p. 351-376, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, A. L. R. APANIEKRÁ E RAMKOKAMEKRA-CANELA, DESENVOLVIMENTO E CONFLITOS TERRITORIAIS NO CERRADO MARANHENSE. In: V REA e XIV ABANNE, Maceió, 2015. *Anais eletrônicos...* Maceió: UFAL, 2015a.

OLIVEIRA, A. L. R. *Messianismo Canela: entre o indigenismo de Estado e as estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: EDUFMA, 2011.

OLIVEIRA, A. L. R. O Movimento Indígena no Brasil: do Associativismo à Autodeterminação. *Série Políticas Públicas em Debate*, São Luís, v. 4, n. 2, 2004.

OLIVEIRA, A. L. R. Povos Indígenas, Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais: Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, Poder Tutelar e Agronegócio no Sertão Maranhense. *Tessituras*, v. 3, p. 42-65, 2015b.

OLIVEIRA, A. L. R. Povos Indígenas, Poder Tutelar e Processos do Desenvolvimento no Cerrado Maranhense. *Revista Antropológicas*, v. 25, n. 2, p. 71-93, 2014a.

OLIVEIRA, A. L. R. Processos de Desenvolvimento, Conflitos Socioambientais e Povos Indígenas no Cerrado Maranhense. UFMA/DESOC. Projeto de Pesquisa, 2017.

OLIVEIRA, A. L. R. PROJETO E PROGRAMA CARAJÁS: DESENVOLVIMENTO, MUDANÇAS SÓCIOAMBIENTAIS E POVOS INDÍGENAS NO CENTRO-SUL DO MARANHÃO. In: Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental, 2014, São Luís, MA. *Anais do Seminário Internacional Carajás 30 anos*, 2014b. v. 01. p. 822-835.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Galvão e os estudos de aculturação no Brasil: ou “Santo de casa também pode fazer milagres”. In: FAULHABER, P. TOLEDO, P. M. (Org). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. 796 p.

PANTOJA, V. M. L. PEREIRA. J. M. GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA: a Suzano Papel e Celulose no Maranhão. *Revista de Ciências Sociais*, (Online), nº 45, p. 327-340, jul./dez. 2016.

PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, (Online), v. 2, p. 1-11, dez. 2008.

PLATAFORMA COISA DE ÍNDIO. Formação de comunicadores indígenas, 2021. Disponível em: < <https://www.coisadeindio.com.br/blank-mpvle> > Acesso em: 06/07/2021.

PORTAL DA UFMA. COCC - COORDENAÇÃO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS/CCSST, 2021. Disponível em: < [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2149322&lc=en\\_US](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/docente/portal.jsf?siape=2149322&lc=en_US) > Acesso em: 02/08/2021.

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, D. Os índios urubus. Ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical. In: Shaden, E. (Org). *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1976.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SAMAIN, E. A VONTADE DE SER: NOTAS SOBRE OS ÍNDIOS URUBU-KAAPOR E SUA MITOLOGIA. *Revista de Antropologia*, (Impresso), n. 27, v. 28, p. 245-262, 1985.

SANTOS, B. S. PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL: DAS LINHAS GLOBAIS A UMA ECOLOGIA DOS SABERES. In: SANTOS, B. S. MENESES, M. P. (Org). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71.

SCHRÖDER, P. *Economia Indígena. Situação Atual e Problemas Relacionados a Projetos Indígenas de Comercialização na Amazônia Legal*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

SCIENCE. Disponível em: < <https://www.sciencemag.org/> > Acesso em: 30/07/2021.

SERRA, A. A. M. Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, sertanejos e processos de desenvolvimento: etnografia visual das relações interétnicas no centro-sul maranhense. Relatório científico. São Luís; 2018.

SERRA, A. A. M. Representações sobre o agronegócio no campo das Ciências Agrárias e Humanas. 2019. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão.

SIMMEL, G. Die Großstädte und das Geistesleben [1903]. In: *Georg Simmel Gesamtausgabe*. v. 7. Frankfurt/ M: Suhrkamp, 1995. p. 116-131.

SITE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS (ADAPECTO). Silvicultura, 2019. Disponível em: Acesso em: < <https://www.to.gov.br/adapec/vegetal/saude-vegetal/silvicultura/> > Acesso em: 01/02/2019.

SOUSA, V. A globalização disseminou-se e é mais dissimulada e eficaz. A mudança passa por inverter a invisibilidade dos mais desfavorecidos. *Comunicação e sociedade*, (Online), vol. 38, p. 265-271, 2020.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Open Edition Journals*, (online), v. 9, n. 1, p. 11-44, 1985.

UBBIALI, C. *O FILHO DE MA'IRA*. São Paulo: EDUSP, 1997.

VARGA, T. A insustentável leveza do estado: devastação, genocídio, doenças e miséria nas fronteiras contemporâneas da Amazônia, no Maranhão. *Acta Amazônica*, (Impresso), v. 38, n. 1, p. 85 - 100, dez. 2008.

VELHO, O. *Frentes de expansão e estrutura agrária (estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERDUM, R. Etnodesenvolvimento e mecanismos de fomento do desenvolvimento dos povos indígenas: a contribuição do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). In: SOUZA LIMA, A. C. BARROSO-HOFFMAN, M. (Org). *Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa & LACED, 2002. p. 87-105.

WAGLEY, C. GALVÃO, E. *Os índios Tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

WEBER, M. *METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

ZANNONI, C. *Conflito e Coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: CIMI, 1999.